



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5637
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Processo nº. E-12/003.124/2017

Concessionária CEG

Parecer nº 001/2021 - WLSM- Procuradoria da AGENERSA

Ilmo. Sr. Conselheiro Silvio Carlos Santos Ferreira

**REVISÃO QUINQUENAL REFERENTE À
CONCESSIONÁRIA CEG. AVALIAÇÃO DO
QUINQUÊNIO 2013-2017. PROJEÇÃO DO QUINQUÊNIO
2018.2022. REVISÃO DAS TARIFAS. CONTRATO DE
CONCESSÃO CONFORME DISPOSITIVO DA
CLÁUSULA SÉTIMA, §§ 2º E 3º COMINADOS AO
ARTIGO 4º, INCISO III, DA LEI DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO (ERJ). LEI 4.556/2005. FIXAÇÃO DE NOVAS
ADEQUAÇÕES REGULATÓRIAS CONFORME O
RESULTADO DA PRÓPRIA REVISÃO. CONFORME O
INCISO V E XV, DO MESMO ARTIGO 4º, DA
SUPRACITADA LEI.**

O presente processo foi aberto para o cumprimento legal imposto a esta autarquia especial que, a cada ciclo de 05 (cinco) anos, tem como obrigação contratual, efetuar a Revisão Quinquenal da Concessionária.

Inicialmente será apresentado o relatório de todos os pontos relevantes ao objetivo do feito, à luz do entendimento de cada parte, respeitando-se os Direitos Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, bem como, também, o respeito aos mais adequados elementos de Controle Social, ao caso concreto, e estabelecidos na legislação nacional vigente. Além destes aspectos, se examinará a possibilidade de atendimento dos pleitos das partes e a conciliação de interesses diversos, desde que os mesmos não se afastem da



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

legalidade e do interesse público e, desde que os mesmos estejam sustentados por evidências factuais e técnicas, conforme preceitua a Lei de Introdução do Direito Brasileiro, recentemente adequada, em que fixou parâmetros e princípios para nortear as decisões tomadas pelas autoridades que exerçam cargo público.

Encerrada a apresentação do resumido preâmbulo do presente parecer jurídico, a seguir é relatado, de forma objetiva, apenas os pontos que tem impacto jurídico ao objetivo da Revisão. Caso ajam aspectos periféricos ou que ainda estejam em fase de avaliação regulatória, estes até poderão ser citados, mas não estarão contidos no objeto da análise.

DO RELATÓRIO

A – DA INSTAURAÇÃO DA REVISÃO QUINQUENAL

1. Através do Ofício Agenersa 058/2017, de 08/02/2017, às fls. 5, esta AGENERSA, informa à Concessionária, que estava constituindo o Grupo de Trabalho, para dar início a 4ª Revisão Quinquenal.
2. A publicação do ato administrativo citado acima, Portaria AGENERSA nº 500, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), de 10/02/2017.
3. Atas de Reunião do Grupo de Trabalho (GT)
 - às fls. 10-13, é acostada a Ata da 1ª Reunião do GT, realizada em 13/02/2017, onde cita a necessidade de julgamentos de processos específicos e elenca algumas informações que a Concessionária deve prover: Comprovantes de Regularidade Fiscal, Lista de Bens reversíveis (Deliberação AGENERSA nº 3.042/17) e o Plano de Investimento para o quinquênio 2018-2022. O anexo



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 569
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

desta Ata, também solicita o conjunto de documentos básicos para que se dê início a Revisão: Oferta e Demanda, Dados de Aquisição da Molécula, Dados sobre os investimentos, Dados sobre a base de ativos, Contas da Concessionária, Dados sobre as Receitas (fluxo de caixa e cálculo de remuneração de capital).

- às fls. 21-22, é acostada a Ata da 2ª Reunião do GT, realizada em 02/03/2017, a qual solicita, ainda, mais alguns pontos a serem fornecidos e esclarecidos pela Concessionária: Definição da metodologia da compensação dos valores não investidos, conforme (Deliberação AGENERSA nº 1.051/2012, da 2ª Revisão) e estudo da Deloitte no bojo da 3ª Revisão; e a abordagem e definição dos impactos do III Termo Aditivo (III TA). Sugestão de Reunião prévia, antes da Audiência Pública (AP) e Consulta Pública (CP).

- às fls. 73-76, é acostada a Ata da 3ª Reunião do GT, realizada em 27/03/2017, onde os temas em discussão e entendimentos foram: III TA – a outorga não ensejará equilíbrio econômico (Deliberação AGENERSA nº 1.796/2013), devolução de investimentos não realizados à modicidade tarifária, saldo dos investimentos não realizados (adoção da proposição da Deloitte, 3ª Revisão Quinquenal), Porto do Açu (segue a lógica dos investimentos não realizados), Bens Reversíveis (os do ativo intangível e vinculados às atividades operacionais), Taxa de Remuneração (conforme Cláusula Sétima do Contrato de Concessão), Autoprodutor e Auto-importador (Lei do Gás) sem definições específicas (Deliberações AGENERSA nº 3.076/2017 e 3.042/2017, até esta data ainda em recursos).

4. Ofício AGENERSA/PRESI, às fls. 176-177, solicitando posição quanto ao material a ser remetido pela Concessionária para efeitos de início da Revisão, informando o prazo final de 30/06/2017. Às fls. 179, através da DIJUR-E-0376/2017, solicita dilação de 30 dias. Às fls. 180, a AGENERSA deferiu o



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

pedido de dilação de prazo da CEG, através da DIJUR-E-0007/17, de 31/05/2017, às fls. 185-196, solicita maior prazo e alega ser o motivo, as indefinições sobre os temas: compensação de investimentos quinquênio anterior, definição da base de ativos, aplicação da Lei do Gás, aplicação do III TA, tratativas junto ao Poder Concedente no que tange a definição de investimentos. E através da DIJUR-E-0523, de 06/06/2017, às fls. 197-198, solicita mais 120 (cento e vinte dias). Às fls. 199-200 a AGENERSA nega este último pleito. E, após, reverte este entendimento, concedendo à Concessionária mais 120 (cento e vinte dias, a contar de 30/06/2017), às fls. 205, Ofício AGENERSA/PRESI nº 246/2017, de 07 de 06/2017. Esta decisão foi corroborada pelo Subsecretário de Desenvolvimento, através do Ofício CC/SDE/30/2017, às fls. 226. Esta decisão foi formalizada através da publicação no DOERJ, de 04/07/2017, às fls. 231. A PRESI -012/17, de 11/10/2017, pleiteia a entrega do Relatório em 02 (duas) etapas, o que foi rechaçada pela AGENERSA. Apesar da negativa da AGENERSA, a CEG acordou que os temas Cálculo de Distribuição de Investimentos Não Realizados, Base de Ativos Regulatória e Taxa de Remuneração, para que fossem deliberados pela AGENERSA, preliminarmente, antes da conclusão dos trabalhos, acordo este discutido em reunião de 10/09/2017, às fls. 232-233. Ata da 28ª Reunião Interna (RI), de 19/10/2017, acorda em remeter os pleitos da CEG ao Poder Concedente, às fls. 234. Ata da 29ª RI, de 26/10/2017, às fls. 238, aprova a dilação do prazo de entrega do relatório para 27/11/2017, desde que o mesmo esteja completo. Às fls. 241-248, esta AGENERSA remete o Ofício PRESI 379/2017, de 31/10/2017, reiterando seu entendimento e cálculos a respeito do III TA.

5. Distribuição do Processo – Ata da 11ª Reunião Interna, de 02/05/2017, Processo sobre a Relatoria do Conselheiro José Bismarck Vianna de Souza.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

B – DO CONTROLE SOCIAL

1. Reunião Prévia à CP e AP – O PRESI-AGENERSA efetua Convocação de inúmeras Instituições, às fls. 28-45, como a seguir: ALERJ- Comissão do CDC (Defesa do Consumidor), Defensoria Pública do ERJ, Concessionárias de Energia, Petrobras, ABEGÁS (Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás), ABRACE (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia), ABIVIDRO (Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro), ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro), FIRJAN (Federações das Indústrias do ERJ), IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás), ANACE (Associação Nacional dos Consumidores de Energia), Sindicato da Indústria da Extração de Sal do ERJ), SINDISAL (Sindicato da Indústria da Refinação e Moagem de Sal do ERJ), PGE (Procuradoria Geral do ERJ) e Prumo Logística.

2. Ata da 3ª Reunião Pública da 4ª Revisão Quinquenal, às fls. 72, onde registra os presentes: Concessionárias, Petrobras, ABRACE, SINDSAL, FIRJAN, ACRio, Secretarias da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, além dos servidores da AGENERSA.

3. Contribuições dos Participantes da Reunião Prévia

3.1. Lei do Gás

- Petrobras, às fls. 85-99 solicita inclusão da tarifa específica (Deliberação AGENERSA nº 1.250/2012).

- Petrobras, Despacho Termelétrico (demanda) – muito acima do projetado na 3ª Revisão, às fls. 99.

- Petrobras, Pactuação de Aditivo Contratual conforme Deliberação AGENERSA nº 3.029/2016.



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5694
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

3.2. Taxa de Remuneração

- ABRACE, às fls. 100-145, de CAPM para WACC.

3.3. Investimentos

- ABRACE, às fls. 100-145, devem ser correlacionados com o crescimento de clientes.

- ABRACE, os não realizados devem ser devolvidos para a garantia da modicidade tarifária.

- ABRACE – memória de cálculo e transparência por parte das Concessionárias.

3.4. Custos Operacionais

- ABRACE – custos eficientes e Fator X.

3.5. III TA (GNC e GNL).

- ABRACE – custos devem ser afastados das tarifas (CP 001/2015).

- ABRACE – anulação do III TA.

- ABRACE – não pode haver a inserção dos investimentos do III TA à base de ativos.

3.6. Controle Social

- ABRACE – III TA sem observar as regras de transparência.

- ABRACE – necessidade de transparência – Parecer da Kaercher, Baggio e Costa Filho.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

3.7. Custos da Molécula e Tarifas¹

- FIRJAN – apresenta excelente visão do *status quo* do mercado de gás.

C - DO RELATÓRIO DA CONCESSIONÁRIA - 4ª REVISÃO QUINQUENAL

1. Documentos

Às fls. 258-259, a CEG remete a Carta PRESI-015/17, de 27/11/2017, cumprindo desta maneira o prazo acordado. Esta solicita confidencialidade para os documentos 6.3.2.1 e itens 2 e 3 do anexo 12, em face a obrigações contratuais pretéritas.

2. Sumário dos Itens essenciais

Às fls. 260-661, a CEG apresenta a proposta completa de revisão, onde, na sequência, destaco os pontos fulcrais para a apreciação do mérito do feito.

De forma sumária, a CEG relata que haverá um impacto de 7,0 % (sete por cento) na tarifa média praticada para os consumidores finais.

2.1. Taxa de Remuneração – através do estudo da Boston Consulting Group (BCG), apresentam uma taxa de 12,23 % (doze inteiros e vinte e três centésimos por cento), às fls. 264

¹ A discussão travada neste primeiro volume em relação ao reajuste de fev/2017, não é objeto do presente feito



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

2.2. Demanda² – 2018-2022 – 2.779,73 (2018), 2.048,71 (2019), 2.052,60 (2020), 2.56,49 (2021) e 2.060,15 (2022), valores expressos em Mm³/ano, às fls. 265.

2.3. Custos Operacionais – 2018-2022 – taxa anual média de crescimento de 3,1 % (três inteiros e um décimo por cento) anual, às fls. 265.

2.4. Receitas Correlatas – 2018-2020 – taxa anual de 1,5 % (um inteiro e cinco décimos) de crescimento, às fls. 266.

2.5. Base de Ativos – conforme KPMG, de R\$ 3.721,82 milhões – base dez/2016, às fls. 266.

2.6. Investimentos – 275,82 (2018), 275,44 (2019), 274,16 (2020), 264,27 (2021), 249,67 (2022). Base dez/2016, em milhões de R\$, às fls. 267.

2.7. Base Final de Ativos – 3.806,50 (2018), 3.884,59 (2019), 3.952,42 (2020), 4.003,73 (2021), 4.003,58 (2022). Base dez/2016, em milhões de R\$, às fls. 267.

2.8. Compensação de Investimentos – R\$ 60 milhões – base dez/2016.

2.9. Depreciação e JCC (juros de capital próprio) – respectivamente, 191,14 e 100,66 (2018), 197,35 e 113,05 (2019), 206,33 e 126,38 (2020), 212,97 e 126,38 (2021) e 219,82 e 126,38 (2022) - Base dez/2016, em milhões de R\$, às fls. 268.

2.10. Compensação de Retroatividade – 25,18 - Base dez/2016, em milhões de R\$, às fls. 269.

² 0,2% AA no mercado convencional



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

2.11. Custos autorizados pela AGENERSA – 3,65 - Base dez/2016, em milhões de R\$, às fls. 268.

2.12. Índice de Reposição Tarifária – (m)- margem – 1,3467, a partir de 01/01/2018.

3. Solicitação de informações complementares

Após a apresentação efetuada pela Concessionária, conforme material acostado às fls. 672-709, o GT solicita informações extras, conforme se observa através do texto da 4ª Ata de reunião, realizada em 14/12/2017, às fls. 716.

Dentre os pontos que requeriam maiores esclarecimentos/complementação, foram citados na referida ata: lista de bens reversíveis, comprovantes de regularidade fiscal, cronogramas físico-financeiros dos investimentos de forma individualizada, arquivos digitais abertos para conferência dos dados lançados, dados de aquisição da molécula, mais especificamente, a abertura dos dados da conta gráfica, relatórios físico-financeiros de investimentos em formatação diversa, receita e demanda em outra formatação. Em relação a estas complementações, a Concessionária remeteu a Carta DIRPIR/002/18, com as explicações solicitadas, às fls. 734-771.

Às fls. 772-773, através do Ofício 009/2018, a PRESI AGENERSA, solicita mais informações: Projeto das Olimpíadas, reforço da rede para atender a região metropolitana do ERJ, sobre o Biometano, Gasoduto da ETE Baixada Fluminense, Adrianópolis e Gasoduto Presidente Kennedy.

Às fls. 77-778, o Ofício PRESI/AGENERSA nº 39/2018, de 16 de janeiro de 2018, solicita que sejam atendidas as solicitações da 5ª Ata do GT (que não se encontra nos autos), e lista uma série de obrigações de fazer, como a seguir: relação e detalhamento de todos os empréstimos com a finalidade de cada empréstimo e demais informações financeiras referentes a estes, além de informar como foram lançados no quinquênio, fornecimento da certidão negativa



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

de FGTS, certidão de regularidade fiscal junto ao Município e certidão de regularidade fiscal junto ao ERJ. Por fim, os valores da receita líquida, separada por faixa de consumo (Maricá e Mangaratiba), além dos volumes comercializados nestes dois municípios.

Mais a frente, através de um novo Ofício, o PRESI solicita que a Concessionária apresente as despesas com pessoal e folha de pagamento, bem como, também, informações sobre os custos de planos de saúde (funcionários e pensionistas) e, somado a essas informações, outras pertinentes ao Fundo de Pensão Gausius, que impactem nas margens.

Em relação a 6ª ATA do GT, fls. 786-787, outras questões foram levantadas que requeriam os esclarecimentos da delegatária tais como: custos da paulista Gás Brasileiro, se as despesas de pessoal incluem os planos de benefícios para funcionários e aposentados, dados sobre as contratações de serviços e obras que podem estar sujeitas aos artifícios contábeis de planejamento tributário, informações sobre a natureza de deslocamentos de Diretores, falta de respostas em relação as questões levantadas anteriormente sobre financiamentos, falta detalhamento a respeito da repartição de custos de funcionários e falta de detalhamento em relação a operação da Gás Natural Serviços (GNS) e pontos a elucidar em relação aos dados das perdas.

As fls. 788-793, através da DIRPIR-009/018, de 05/02/2018, esclarece que quanto a regularidade fiscal não é impositiva a apresentação nos ciclos revisionais mas, apenas, no período em que fosse prorrogada a Concessão. Frise-se, entendimento da Concessionária. Mesmo assim, a Concessionária esclarece, detalhadamente, a situação e, como a mesma está sendo tratada em relação ao que se refere às questões municipais.

Quanto às despesas com pessoal, a CEG solicita dilação de prazo de 30 (trinta) dias, a contar do deferimento.

Em relação às informações em relação aos projetos, a CEG informa, através da DIRPIR/014/2018, de 15/02/2018, a situação de cada ponto solicitado pela AGENERSA, às fls. 798-803.

Handwritten signature



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5649
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 806-808, pode se observar a Ata da 7ª(sétima) Reunião do GT, que aborda os seguintes temas: o cumprimento das solicitações complementares, além da sugestão de datas para a Consulta Pública (PB), de 26/02 a 26/03/2018, e para a Audiência Pública (AP), para 05/04/2018 na Firjan. Nesta mesma ata, o GT analisa alguns incrementos anormais no OPEX (*Operation Expenditures*) no que tange a salários, expatriados, propaganda, perdas de gás, serviços gerais corporativos e associações e serviços advocatícios.

Às fls. 2829-2830, através do Ofício PRESI nº 96/2018, de 21/02/2018, a AGENERSA solicita ao Poder Concedente para que o mesmo se manifeste a respeito das diretrizes da Política Econômica do ERJ a serem adotadas para o próximo quinquênio.

Às fls. 2.831-2.904, é encaminhado Ofício AGENERSA/PRESI nº 100, de 21/02/2020, à Concessionária, solicitando esclarecimentos em relação aos pontos ainda pendentes: Base de Remuneração de Ativos, Perda de Gás, Prestação de Serviços, Gastos com Aluguel, Serviços Gerais Corporativos e Associações, Serviços Advocatícios, Expatriados, Custo de Pessoal e Serviços Corporativos entre CEG e CEG-RIO, além da lista de ativos que não estão bem identificados e que prejudicam a análise desta AGENERSA.

Às fls. 2917-2918(CD), a Concessionária envia o certificado de regularidade estadual que estava pendente.

Às fls. 2.927- 2932, a Concessionária, através da DIRPIR/021/18, de 08/03/2018, elucida os pontos faltantes em relação às questões de custos e despesas com pessoal.

Às fls. 3.129-3140, a CEG encaminha a DIRPIR 038/18, de 03 de abril de 2018, onde segue apresentando os esclarecimentos requeridos pela AGENERSA. Nesta carta aborda os seguintes aspectos que estavam pendentes:

- Base de Remuneração de Ativos – esclarece aspectos sobre os imóveis, sobre as novas fontes de suprimento e destaca especificamente os ramais de fornecimento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

- Perda de Gás – elucida que o valor de perdas de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centavos por cento) é com a exclusão das termelétricas. Considerando-se o sistema como um todo este valor é da ordem de 1,4% (um inteiro e quarenta centésimos de por cento).
- Prestação de Serviços – fornece os contratos de serviços contratados *Facilities* (Utilidades), Segurança, Informática, Serviços de Atendimento ao Cliente, Serviços Econômicos e Financeiros e Serviços Informáticos e Aditivos).
- Gastos com Aluguel – esclarece que os gastos de aluguel possuem aconselhamento profissional da CB Richard Ellis e que sempre avaliam a melhor alternativa entre alugar e comprar.
- Serviços Gerais, Corporativos e Associações – apresentam os contratos e as explicações detalhadas, a lista das Associações e um quadro sumário com todos os valores dos Serviços Advocatícios que atingem o valor de R\$ 39.843.414,00 (anual – base dez/2016).
- Custo com Pessoal – caso não tenha equívoco na leitura do gráfico apresentado, às fls. 3.135, o custo médio por funcionário é de aproximadamente de R\$ 320.000,00/ano, neste valor incluso custos dos benefícios de saúde.

Às fls. 3.416-3.508, a CEG através da DIJUR-E-0418, de 17/04/2018, disponibiliza as Demonstrações Financeiras de 2017, efetuadas pela empresa PWC (Price Waterhouse Coopers), além dos relatórios de negociações efetuadas com consumidores.

Às fls. 3.604, através do ofício AGENERSA/PRESI nº 230/2018, de 24/04/2018, a AGENERSA solicita à CEG, que envie em um prazo de 05 (cinco) dias, os Relatórios da Boston Consulting contendo o detalhamento do cálculo do Beta. (TRC).

Às fls. 3.612, através da DIJUR-E-0494/18, de 02/05/2018, atende a solicitação acima, em relação ao cálculo do Beta. E informa que já havia enviado anteriormente. Os dados estão acostados às fls. 3.613-3.614.

Às fls. 3.610, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 241/2018, de 25/04/2018, a AGENERSA solicita que a Concessionária envie, em um prazo de



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls. 5651
ID: 5018.246.3 Rubrica: [assinatura]

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

10 (dez) dias, a listagem dos bens do ativo com classificação e identificação dos bens reversíveis, em obediência ao pacificado pelo Conselho Diretor nos processos E-33/120/231/2006 e E-33/120/232/2006.

Às fls. 3.658, através do Ofício AGENERSA/PRESI, de 03/05/2018, a AGENERSA solicita que a Concessionária envie em um prazo de 5 (cinco) dias, o histórico trimestral de perdas físicas e não físicas dos anos de 2013-2017, em volume e seus respectivos percentuais, já que as informações anteriores não contemplavam os volumes de termelétricas.

Às fls. 3.662, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 261/2018, de 09/05/2018, a AGENERSA solicita à Concessionária que forneça o contrato de fornecimento de gás nº 266/2018, de 15/05/20, celebrado com a AMBEV/Santa Cruz.

Às fls. 3.664, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 266/2018, de 15/05/2018, a AGENERSA solicita que a Concessionária justifique, em um prazo de 5 (cinco) dias, as diferenças de valores relativos aos ativos da concessão, da Proposta de Revisão e a Informada nas Demonstrações Financeiras.

Às fls. a delegatária apresenta, através da DIRPIR-049/2018, de 18/05/2018, os esclarecimentos solicitados em relação as diferenças apresentadas entre a proposta e as demonstrações financeiras. Informa que a diferença é proveniente das diferentes metodologias de lançamento. A RTI é atualizada e a Contábil é apresentada pelos valores históricos.

Através da DIJUR-E-0704/2018, de 30/05/2018, a Concessionária fornece cópia do Contrato com a AMBEV, que se encontra nos autos às fls. 3.674-3.686.

4. Da solicitação de Revisão da Proposta

Às fls. 3.143-3.145, através da PRESI/003/2018, de 09/04/2018, a Concessionária solicita a postergação do prazo fixado nos Ofícios AGENERSA/PRESI nº 129 e 130/2018, onde estes limitaram como a data final da entrega, o dia 20/04/2018, alegando a necessidade de todos os envolvidos,



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fis. 5652
ID: 5018.246.3 Rubrica: [assinatura]

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

terem ciência da proposta da Consultoria UFF, que só seria apresentada na Audiência Pública. Solicitam para apresentarem a revisão em 03/09/2018, 30 (trinta dias) após a UFF entregar o Relatório IV.

5. Da Retificação do Anexo 12 - item 2 - Tabela: demanda global por segmento, inclusive por tipo de gás - anteriormente entregue através da PRESI 015-17.

Às fls. 3.660, através da DIRPIR -045/18, informa que os volumes do Anexo 12 devem ser cancelados e o que passa a valer são os volumes do Anexo, desta DIRPIR, expressos às fls. 3.661.

D - DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO

1. Publicações no DOERJ

Após o recebimento das propostas, a AGENERSA informa, às fls. 662, através de publicação no DOERJ, de 29/11/2017, o recebimento das mesmas.

Às fls. 666, a AGENERSA publica no DOERJ, de 01/12/2017, o pleito da CEG e CEG-RIO, para reajuste da margem "m". No presente caso concreto, solicita o aumento de 34,67% (trinta e quatro inteiros e sessenta e sete centésimos por cento).

Às fls. 712-715, esta AGENERSA informa à Secretaria da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Procuradoria Geral do ERJ, Defensoria Pública do ERJ e ALERJ que as propostas da CEG e CEG-RIO, estão disponíveis no site da autarquia. Esta publicação vem de encontro à solicitação da ABRACE, às fls. 720-724.

Às fls. 2.905, foi publicado no DOERJ, de 23/02/2018, a convocação para a Consulta Pública (CP) 04/2018 e as regras. Lá é indicado o link para acesso



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

dos documentos na Internet. O período fixado para as colaborações foi 26/02/2018 a 26/03/2018.

Às fls. 2.908, foi publicado no DOERJ, de 28/02/2018, conforme capítulo X, do Regimento Interno (RI), a convocação para a Audiência Pública (AP) 01/2018, local e data, 04/04/2018, 10 às 18, no Auditório da Firjan, além da disponibilização das informações pela internet e regras de participação.

Às fls. 2.921, a finalização das tratativas que a CAPET efetuou junto a delegatária, no sentido de atender a solicitação efetuada pela ABRACE, às fls. 2.909-2.912.

As informações foram publicadas no site AGENERSA, conforme Ofício AGENERSA/PRESI nº 121/2018, de 06/03/2018, às fls. 2.922-2.923, assim como, também, no DOERJ, de 08/03/2018, às fls. 2.924.

Entre as fls. 2.937-2.978, a AGENERSA faz solicitações junto à Concessionária, no sentido de atender pleitos da Petrobras e da ABRACE, que solicitam disponibilizações de informações. Na sequência, convoca reunião para 26/03/2018 com este objetivo, conforme Ofício AGENERSA/PRESI nº 139/2018, de 14/03/2018.

Às fls. 3.006, esta AGENERSA, publica no DOERJ, de 28/03/2018, o cronograma de trabalho apresentado pela Consultoria UFF.

Às fls. 3.019-3.020, publica no jornal "O Fluminense", a convocação para CP 05/2018. Às fls. 3.021-3.023, a convocação via *site* da AGENERSA. Às fls. 3.024, DOERJ, de 28/02/2018, comunica sobre as contribuições via CP (Consulta Pública). Às fls. 3.035, confirmação em RI, da data da Audiência Pública, Ata da 4ª RI. De 26/02/2018. Às fls. 3.044, DOERJ, de 28/03/2018, com as regras da AP, que são reiteradas, em 01/04/2018, via DOERJ, bem como, também, nova publicação no Jornal o Fluminense, às fls. 3.047. Outra reiteração via DOERJ, de 02/04/2018, e mais uma publicação do supracitado periódico, às fls. 3.049.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3.152, através do Ofício AGENERSA/PRESI/2018, de 12/04/2018, esta AGENERSA disponibiliza os documentos solicitados pela FIRJAN, ABIVIDRO, ABEGÁS, ABRACE e PETROBRAS, durante a Audiência Pública.

Às fls. 3.415, a AGENERSA publica no DOERJ, de 13/04/2018, a liberação de documentos, solicitados pela Associação de Consumidores, durante a Audiência Pública realizada em 04/04/2018 e informando que estariam disponibilizados no site da AGENERSA.

O Escritório Décio Freire solicita cópia do Processo da Revisão e, na sequência, o arquivo é remetido por email, conforme pode ser comprovado, às fls. 3.698.

Às fls. 3.851, a AGENERSA publica a informação, no DOERJ, de 06/07/2018, que o relatório 2 da Consultoria UFF já estava disponibilizado no site da AGENERSA.

Às fls. 3.990, através da CI AGENERSA SECEX nº 1.382/2018, de 10/08/2018, informa sobre publicação no DOERJ, de 02/08/2018, às fls. 3.991, da Convocação de Audiência Pública em 13/09/2018, na sede da Procuradoria Geral do ERJ.

Às fls. 3.992-4.012, são acostados os convites emitidos pela AGENERSA, para os principais interessados no processo: CEG, Secretaria da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Parcerias Público-Privadas, ALERJ - Comissão de Defesa de Minas e Energia e Comissão de defesa do consumidor, Mesa da ALERJ, Defensoria Pública, PGE-ERJ, Prefeitura do Município do RJ, FIRJAN, NEOGÁS, ABIQUIM, ABIVIDRO, SINDISAL, PETROBRAS, IBP, ABRACE, ABEGÁS, e ABAR.

Às fls. 4.184, através da CI AGENERSA/SECEX nº 1.552/2018, de 04/09/2018, a AGENERSA informa que o Relatório Final da Consultoria, Relatório 4 da UFF, já estava disponibilizado no site da AGENERSA. Às fls. 4.183, a cópia do DOU (Diário Oficial da União), de 16/08/2018.

Às fls. 4.196, a mesma publicação, similar a que foi publicada acima, mas, agora, no DOERJ, de 04/09/2018.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 4.960, é publicado no DOERJ, de 30/11/2018, a Revisão do Cronograma da Revisão Quinquenal, onde especifica a Sessão Regulatória para julgamento em 27/02/2019.

E – DA CONSULTA PÚBLICA

Às fls. 3.057-3.056, a SECEX informa sobre as contribuições da Consulta Pública, onde participaram ABRACE, ABIVIDRO, FIRJAM e PETROBRAS.

1. Data Base - A ABIVIDRO³, pleiteia que a data base da Revisão seja dez/2017, ao invés de dez/2016.
2. Taxa de Remuneração de Capital – A ABIVIDRO apresenta cálculos da Gas Energy , de 10,22 % (dez inteiros e vinte dois centésimos por cento). ABRACE⁴ sugere a adoção da metodologia WACC – custo médio ponderado de capital e exclusão do Beta (Risco Regulatório) conforme ANEEL nº 180/2014, já que a CEG tem sua estrutura financeira com alavancagem de recursos de terceiros. Cita que a ANEEL e ARSESP já efetuaram a mudança. Taxa livre de risco (rf) de 10 (dez) anos. Para a consideração do Beta, prazo de 5 (cinco) anos. Para o risco Brasil, sugere a mediana dos últimos 10 (dez) anos.
3. Demanda – A ABIVIDRO alega que a demanda foi subestimada no ciclo anterior e ainda neste em análise. ABRACE entende que a demanda para as termelétricas e para as indústrias está subestimada. PETROBRAS, na mesma linha das anteriores cita que a premissa de despacho menor para termelétricas, volume termelétrico subestimado, gerou grande distorção entre a receita prevista e a receita realizada. Propõe tarifas específicas para as UTEs (Unidades

³ Fls. 3.059-3.071

⁴ Fls. 3.079-3.096



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Térmicas de Energia). Cita também um aumento de margem neste segmento de 60% (sessenta por cento), a partir de 2019.

4. Custos Operacionais – A ABIVIDRO sugere a metodologia de benchmarking e registra que algumas informações ficaram faltando a apresentar. Reclama da forma de apresentação desses dados pela CEG. ABRACE – recomenda a adoção do fator X e entende que os custos do OPEX estão inflados.
5. Custos de Gasodutos dedicados – ABIVIDRO entende que deva ser partilhado pelos consumidores que deles se beneficiem.
6. Investimentos – Comedimento nos investimentos a serem realizados já que a CEG não tem cumprido o estabelecido. Solicita a compensação de investimentos não realizados. Alocação de custos direcionados aos beneficiários. ABRACE contesta a forma de apresentação da CEG em relação aos investimentos não realizados. Cita que é confusa. Cita a não execução da mudança de Sede Administrativa conforme Deliberação AGENERSA nº 3.042/2017. Proposta de investimentos descasada com a demanda.
7. Transparência - A ABIVIDRO relata a falta de transparência em relação a apresentação dos dados por parte da Concessionária. Descentralização administrativa e dever de publicidade, citando vários dispositivos legais que embasam esta sustentação.
8. Preço da Molécula – ABIVIDRO se rebela contra a falta de publicidade por motivos de confidencialidade.
9. Estrutura Tarifária – ABRACE entende que os custos devam ser alocados conforme cada categoria e sem subsídio cruzado entre categorias.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

PETROBRAS⁵ pondera a necessidade de rever a metodologia do ramal dedicado para que esta leve em conta as especificidades e cita as Deliberações AGENERSA nº 3.164/2017 e nº 3.244/2017 que determinou desconto de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) para autoprodutores e autoimportadores. PETROBRAS alega que a fórmula das termelétricas não contempla o desconto de comercialização de 1,9% (um inteiro e noventa centésimos por cento) conforme Deliberação AGENERSA nº 3.243/2017. Cita, também, que a Deliberação AGENERSA nº 3.029/2016 recomenda ao Poder Concedente a realização de aditivo ao Contrato de Concessão.

10. III TA – ABRACE – entende que os investimentos não foram realizados e que foi incorreta a inserção de 400 milhões de reais à base de ativos. Entende que o III TA deve ser nulo. A base para esta afirmação é suportada por parecer jurídico da Mundie Advogados.

Às fls. 3.158-3.159, a PETROBRAS, aproveitando a dilação de prazo para recebimento de informações da Consulta Pública, que foi fixado em 16/04/2018, não inova em seus pleitos, mesmo após a Audiência Pública. Apenas reitera suas posições anteriormente pronunciadas.

F – DA VALIDAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS PELO PODER CONCEDENTE

Às fls. 3.141-3.142, o Poder Concedente através do titular da Casa Civil, Sr. Christino Áureo, Ofício Casa Civil 430/2018, de 04 de abril de 2018, confirma que está de acordo com o que foi apresentado e proposto. Destaca que entende pela manutenção da estrutura tarifária atual, ressaltando que está em estudo a criação de um setor de cobre em desenvolvimento em Itatiaia, além de requerer

⁵ Fls. 3.104-3.116



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

a inclusão das regras para os consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores, para eliminar as incertezas provenientes do ciclo tarifário passado. Em destaque, alerta da importância em dotar ao ERJ de tarifas competitivas para a manutenção do desenvolvimento

Às fls. 3.672, através do Ofício CC/SDE nº 47/2018, de 29/05/2018, a Secretaria da Casa Civil, solicita uma complementação do Ofício 430/2018, e solicita a previsão de investimentos em projetos estruturantes nos municípios de Itaperuna e Araruama.

Através do Ofício Casa Civil nº 562/2018, de 05/06/2018, às fls. 3.687, é solicitado para que a AGENERSA avalie a possibilidade de que os reajustes sejam efetuados semestralmente. E conclui, argumentando que o ERJ está perdendo em competitividade em relação com outros entes da Federação que tem prazo mais longo para reajuste.

G – DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às fls. 3.117, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 172/2018, de 28/03/2018, indefere o pleito de adiamento da Audiência Pública, que havia sido solicitado pela Concessionária e ABIVIDRO.

Às fls. 3.162, a SECEX formaliza através da CI AGENERSA/SECEX nº 633/2018, de 16/04/2018, a lista das contribuições apresentadas na Audiência Pública (AP) : Concessionárias, AGENERSA-CAENE, AGENERSA-CAPET, UFF, SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS, ABIVIDROS, ABRACE, FIRJAN, ZENERGÁS, NOVIX e PETROBRAS.

1. Apresentação da CEG E CEG-RIO

Às fls. 3.163-3.222, é acostada a contribuição da Concessionária. Somente os pontos, que de alguma maneira impactam a presente análise, serão destacados neste relato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3165, a CEG apresenta a composição da fixação da tarifa: Molécula do Gás (66,0%), Distribuidora (12,0%) e Tributos (22,0%). Ainda apresenta uma comparação de custos na América Latina: Brasil (8,9 US\$/Mbtu), Argentina (5,3 US\$/Mbtu), Colômbia (6,2 US\$/Mbtu), México (5,1 US\$/Mbtu), EU (6,7 US\$/Mbtu), Espanha (8,1 US\$/Mbtu). Cabe ressaltar que não é apresentada a fonte bibliográfica dos dados apresentados.

Às fls. 3170, apresenta a seguinte variação de volume: 2007 (7,5 Mm³/dia) e 2017 (6,3 Mm³/dia).

Às fls. 3172, apresenta um sumário de algumas informações pertinentes ao feito, tais como: total de clientes (2017) => 939.000 e total de clientes (2022) => 1.109.000; crescimento das vendas: convencional = 0,2% (dois centésimos por cento) e termelétricas = - 21,1% (menos vinte e um inteiros e dez centésimos por cento); Investimentos-base dez 2016 = R\$ 1.339.000.000,00 (2018-2022), custo operacional-base dez 2016 = R\$ 2.728.000.000,00; Taxa de remuneração = 12,23 % (doze inteiros e vinte e três centésimos por cento), "m", aproximadamente, 34 % (trinta e quatro por cento).

Às fls. 3183, apresenta os investimentos singulares: Santa Cruz – reforço AMBEV = R\$ 40.000.000,00; Estação de Compressão e Modulação = R\$ 11.000.000,00; Biometano = R\$ 30.000.000,00 e Projeto de Infraestrutura Diversos = R\$ 24.000.000,00 (base dez-2016).

Às fls. 3185, apresenta os investimentos não realizados que tem o montante de R\$ 69.000.000,00 (base dez-2016).

Entre às fls. 3187-3222, apresenta o trabalho da PSR sobre a demanda termelétrica prevista para o próximo ciclo quinquenal.

2. Apresentação da CAENE- AGENERSA

Às fls. 3225, apresenta o número de clientes da CEG = 940.298. E informa que os clientes incorporados no ciclo revisional, às fls. 3226, foi de 142.009 clientes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3.227, apresenta os volumes do ciclo anterior, que totalizam 2.331, 80, m³/mês de GN equiv., durante o quinquênio, com a média de 466,36 m³/mês de GN equiv.

Às fls. 3.230, apresenta um gráfico de perdas no quinquênio, onde o pico de perdas se deu no 1º trim. de 2016, onde atingiu 4,17 % (quatro inteiros e dezessete centésimos por cento) e o vale se deu no 1º trim. de 2014, onde atingiu 1,72 % (um inteiro e setenta e dois centésimos por cento). No mesmo gráfico, a CAENE também explicita o valor máximo estabelecido pelo Contrato de Concessão, no caso 3,0 %. (três por cento).

Às fls. 3.233, a CAENE mostra o número total de clientes incorporados projetados, mas está claro se esta projeção foi para o ciclo anterior ou para o vindouro.

Às fls. 3.234, a CAENE lista os investimentos físicos para o novo ciclo revisional, Redes AP/GNC = 34.418 m; Redes MP/BP = 696.957 m; Redes Renovação = 139.462 m; Redes Outros = 250 m; Ramais Novos = 29.463 unidades; Ramais Renovação = 7.538 unidades; ERM (não cita o que significa) = 126 unidades; Aquisição de Medidores = 535.802 unidades e Instalações Comunitárias = 240.586 unidades.

3. Apresentação da CAPET - AGENERSA

Às fls. 3.238-3244, a CAPET apresenta a legislação aplicável a sua competência, qual seja, a de efetuar a revisão tarifária zelando para a manutenção do equilíbrio-econômico e a modicidade tarifária. Apresenta a metodologia de cálculo fixada através do Contrato de Concessão.

Às fls. 3.246, a CAPET discorre sobre as Deliberações que fixaram o arcabouço vigente até a presente data, quais sejam, as Deliberações ASEP-RJ/CD nº 555/2004, Processo E-04/077.489/2002, exarada no âmbito da 1ª Revisão Quinquenal e a Deliberação AGENERSA nº 371/2007, Processo E-12/020.214/2007, exarada no 2º ciclo revisional.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3.247, explica como é a composição do método de CAPM (Capital Asset Pricing Model) e as partículas que o compõe.

Às fls. 3.248, apresenta a outra metodologia chamada WACC (Weight Average Capital Cost) - Custo Médio Ponderado de Capital, cuja diferença para a anterior é a estrutura de capital. A primeira baseada no custo de capital próprio e a segunda baseada no custo de capital de mercado, ponderada pelo volume de alavancagem financeira.

Às fls. 3.249, apresenta uma outra alternativa de se apurar a remuneração de capital, IRR (Internal Rate of Return), onde é expressa a taxa interna de retorno do capital, ou TIR (Taxa Interna de Retorno).

Às fls. 3.251-3.254, apresenta os elementos que são avaliados no transcorrer de uma Revisão Quinquenal, nos moldes do Contrato de Concessão ajustado. Dentre eles: Receitas Correlatas, Compensações, Custos e Despesas Operacionais, Investimentos e Base de Remuneração de Ativos.

4. Apresentação da Consultoria contratada pela AGENERSA - UFF (Universidade Federal Fluminense).

Às fls. 3.255-3.272, a UFF descreve o objetivo do trabalho ao qual foi contratada, apresenta o seu Portfólio de Atividades e seu histórico como instituição, discorre sobre o escopo da Contratação, apresenta o conteúdo dos relatórios que serão desenvolvidos no percurso da revisão, apresenta o cronograma previsto, lista a equipe que participará da empreitada e por fim apresenta os *curriculums* da equipe.

5. Apresentação do Escritório Siqueira Castro Advogados

5.1 Do Terceiro Termo Aditivo - III TA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3.273-3.290, defende a tese de não nulidade do III TA, apresenta a estrutura geral do III TA, isto é, que o mesmo foi celebrado entre o ERJ e as Concessionárias, com anuência da AGENERSA, que o mesmo altera as obrigações dispostas em Aditivos anteriores, para substituição de investimentos em determinados gasodutos físicos por estruturas de GNC (Gás Natural Comprimido) e GNL (Gás Natural Líquido), desenvolvimento de infraestrutura local de distribuição e pagamento de outorga compensatória, que passa a integrar a base de ativos regulatórios. Como fundamentação jurídica elenca o Marco Regulatório composto por leis gerais e outros diplomas, a Lei de Licitações, Lei 8.666/93, especificamente o artigo 65, inciso I, a Lei das Concessões, Lei 8.987/95, especificamente o artigo 23, inciso V, o Princípio da Atualidade e a noção jurídica da Teoria dos Contratos que define, doutrinariamente, a ocorrência no campo da regulação dos contratos incompletos em virtude dos mesmos serem de longo prazo ou quase séries perpétuas.

Às fls. 3.283, elucida que o aditamento é o meio idôneo para alteração dos contratos, desde que respeitada, "a manutenção do núcleo duro do objeto contratual", onde as cláusulas de serviço e as cláusulas econômicas, não fariam parte deste "hardcore contratual".

Às fls. 3.284-3.285, enumera as razões da legalidade do referido aditivo, já que as formalidades foram cumpridas. Na sequência, avalia a competência para a realização do ato e conclui que o mesmo foi efetuado por quem possuía tal prerrogativa, no caso, o Poder Concedente. Avalia também que o ato era essencial para a dinâmica do contrato e adequado "à realidade, social, ambiental e econômica".

Às fls. 3.286, defende que a outorga possui característica de ágio, elemento inerente aos leilões de venda de ativo.

Mais uma vez, às fls. 3.287, a argumentação remete a assinatura do aditivo, como se fosse àquela metodologia fixada no início da Concessão, onde



Governo do Estado do Rio de Janeiro

*Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro*

os bens arrematados foram atribuídos ao ativo intangível da Concessão. E cita Cláusula Sétima, § 6º, alínea b e § 7º, do Contrato de Concessão.

Por fim, às fls. 3.288, cita Deliberação CVM (Comissão de Valores Imobiliários) nº 654/2010, onde é aprovada a orientação OCPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata de sobre contratos de concessão.

Cita o item 17, e destaca que "... o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito deve ser reconhecido no ativo intangível."

E conclui, às fls. 3.289, que o III TA respeitou a legislação e, que o mesmo, nada mais era que uma adequação contratual, entende que todas as formalidades para a formação do ato administrativo foram cumpridas e que a inclusão da outorga compensatória na base de ativos regulatórios não inovaria o Contrato de Concessão.

6. Apresentação da ABIVIDRO

A ABIVIDRO, às fls. 3.293, inicia sua exposição elencando Princípios que, em sua visão, entende sejam os mais importantes: - Transparência, Prudência, Consistência, Estrutura Tarifária e Incentivo à Eficiência.

Segue sua apresentação e cita como contraponto, às fls. 3.294, a observância de alguns aspectos que devem ser levados em consideração no transcorrer da Revisão Tarifária Quinquenal. Dentre estes, o aspecto do monopólio, da transparência de preço, da estrutura tarifária e subsídio cruzado e a competição com outros energéticos.

As fls. 3.301, a ABIVIDRO faz uma análise crítica em relação aos componentes de formação da margem, como a seguir:

6.1 Taxa de Remuneração do capital (TRC)

Cita que a Concessionária majorou este parâmetro em 25 % (vinte e cinco por cento) em relação ao valor anterior. Em análise às fls. 3.313, após



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

detalhamento de todas as partículas que compõe a TRC, sugere a adoção de 10,02 % (dez inteiros e dois centésimos por cento).

6.2. Demanda

Afirma que, com exceção ao segmento de cogeração, geração distribuída e climatização, a Concessionária apresentou a demanda estagnada para o período. No estudo mais detalhado, às fls. 3.315-3.322, só tece comentários em relação a CEG-RIO, salvo melhor juízo.

6.3. Custos Operacionais (OPEX)

Estes estão projetados 20 % (vinte por cento) acima dos realizados em 2016. Da mesma maneira da demanda, a ABIVIDRO faz análise, às fls. 3.325-3.340, citando sempre a referência CEG-RIO. O resultado que chega para o fator de eficiência (Fx) dentro deste estudo é de 1,67 % (um inteiro e sessenta e sete por cento ao ano) a.a. , às fls. 3.336.

6.4. Investimentos Futuros

De maneira geral, a Concessionária não realiza os investimentos previstos. O estudo realizado chega a um resultado, às fls. 3.344, e propõe um patamar de 80 % (oitenta por cento) dos investimentos apresentados pela Concessionária. Mais uma vez as citações são referentes à CEG-RIO.

6.5. Base de Remuneração dos Ativos (BRA)

Entende que deveriam ser considerados os investimentos futuros. A ABIVIDRO apresenta os resultados, às fls. 3.345, mais uma vez referenciando a CEG-RIO.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

6.6. Compensação de Investimentos Não Realizados

Da mesma forma que as análises acima, a ABIVIDRO faz estudo mas só aborda as questões da CEG-RIO.

6.7. Retroatividade

A ABIVIDRO sugere a adoção do IGPM (Índice Geral de Preços - FGV) pois entende que este saldo não deva ser remunerado com base na TRC.

6.8 - Margem de Reposicionamento ("m").

A ABIVIDRO sugere, apenas, a taxa referente à CEG-RIO, mais uma vez. Este valor ficou na ordem de 0,7566.

As fls. 3.527, a ABIVIDRO solicita a AGENERSA que acoste aos autos, uma Reratificação das contribuições, às fls. 3.528-3.593, referentes à Consulta Pública de 04/2018.

Face ao relatório da ABIVIDRO contemplar, de forma prioritária, os dados da CEG-RIO, como o objeto do presente feito é a CEG, não há muito que se fazer alteração. Em uma rápida visão, muito pouco se modificou, no que tange aos parâmetros mais importantes.

7.0. Apresentação da ABRACE

A ABRACE inicia sua explanação convergindo com os dois princípios apresentados pela ABIVIDRO: Prudência e Eficiência, às fls. 3.361.

7.1. Investimentos



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fis. 5686
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A ABRACE cita a inclusão da outorga no plano de investimentos anterior, na ordem de 400MM BRL e solicita: a anulação dos aditivos, a devolução dos investimentos e o acesso à BRA, às fls. 3.362. Alerta, na folha subsequente, que os investimentos estão bem acima do ciclo anterior e que os mesmos não impactam no volume. Solicita que os investimentos sejam viáveis e realista.

7.2. Taxa de Remuneração do capital (Taxa de Retorno, menção ABRACE).

Cita, às fls. 3.366, que 43 % da estrutura de capital é capital de terceiros e sugere a adoção para as partículas da TRC, o intervalo de 10 (dez) anos para a taxa livre de risco, a taxa de mercado e taxa do risco Brasil. Também não aceita a inclusão do risco regulatório.

7.3. Custo Operacional - (OPEX).

A ABRACE, às fls. 3.368, pleiteia a utilização de fatores de eficiência (Fx) e cita que as perdas da CEG aumentaram em 80 % (oitenta por cento).

7.4. Demanda

A ABRACE afirma que a demanda do segmento térmico e industrial foi subestimada e que a receita do ciclo anterior superior à aprovada.

7.5. Estrutura Tarifária

Solicita que a estrutura de tarifas seja transparente e a garantia de não incidência de subsídios cruzados entre categorias distintas.

8.0. Apresentação da FIRJAN (Federação das Indústrias do ERJ)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A apresentação da FIRJAN, às fls. 3.375, inicia por expor a conjuntura econômica do ERJ demonstrando que houve a redução nos últimos 10 (dez) anos: redução de 40 clientes industriais, redução de 1,0 MMm³ na demanda industrial, que a venda de GNV aumentou em 0,1 MMm³ e que, a consequência deste cenário, foi o índice de desemprego atingir a 15% (quinze por cento) no ERJ.

Às fls. 3.376, a FIRJAN solicita o alinhamento dos pleitos às Deliberações 3.303 e 3.304. Somado-se a isso, pleiteia que a BRA seja de fato os ativos que devam ser remunerados pelos clientes e que a demanda esteja alinhada com a realidade da economia estadual.

8.1. Demanda

Às fls. 3.377, informa que a retomada do consumo no segmento do GNV não está considerada na projeção.

8.2. Compensação do Investimento Não Realizado

Às fls. 3.378, conclui que a CEG deve devolver à tarifa, o montante de 59,73 à VP (valor presente) mas não cita a referência de tempo considerada no estabelecimento do VP, se da data base da revisão dez/2016 ou da apresentação.

8.3. Taxa de Remuneração de Capital (TRC)

Apresenta uma comparação entre a TRC fixada para ANEEL e a TRC pleiteada pela CEG, respectivamente 7,56 % (sete inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) e 12,06 % (doze inteiros e seis centésimos por cento), às fls. 3.379.



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 56
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

8.4. Custos Operacionais (OPEX)

Menciona que ainda não foi considerada a Deliberação AGENERSA nº 3.303, que alterava de R\$ 511 milhões para R\$ 425 milhões. Sugere a aplicação de um fator X. Cita, também o desalinhamento do crescimento do OPEX em relação à demanda. Demanda crescendo 1,0% (um por cento) e o OPEX 13 % (treze por cento) - dados extraídos das fls. 3.380.

8.5. Investimentos

Apresenta uma comparação do investimento realizado de R\$ 259 milhões para o projetado para a 4ª RTQ, que é de R\$ 268 milhões, às fls. 3.381.

Por fim, a FIRJAN encerra sua apresentação frisando que mais indústrias geram maior atividade econômica que, conseqüentemente, gera mais geração de empregos, renda e tributos.

9. Apresentação da NOVIX

A NOVIX apresenta o conteúdo em três pontos centrais: Exclusividade, Remuneração do Capital e Regime Tarifário conforme fls. 3.385.

9.1. Exclusividade

A NOVIX descreve a área de exclusividade da Concessionária no que tange a distribuição de gás canalizado e cita a Cláusula Segunda do Contrato de Concessão.

9.2. Taxa de Remuneração do Capital (TRC)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3.387, a NOVIX extrai o texto acordado para a 2ª RTI, que já está incorporado no Contrato de Concessão como é transcrito nesta apresentação. E conclui nas fls. 3.389, que "...Os assuntos referentes ao contrato de Concessão devem ser discutidos como o Poder Concedente fora do âmbito da RTI.." Cita também a premissa de "Price Cap" adotada para a tarifa.

9.3. Margem Acumulada versus Aprovada

Às fls. 3.392, a NOVIX apresenta gráfico mostrando que ambas são quase superpostas durante o último ciclo revisional. Depois conclui que "... já existe na RTI mecanismo para transladar as tarifas os ganhos de produtividade. O risco de demanda faz parte do risco de negócio e deve ser considerado na taxa de remuneração. E por fim "...adequada performance do Deliberado para 4º ciclo vs. o realizado."

9.4. Compensação de Investimentos Não Realizados

Apesar da conclusão que chega a NOVIX no item 9.2, acima, de que questões do contrato de concessão não poderiam ser discutidas pela AGENERSA, a CEG, às fls. 3.797, envia a esta AGENERSA, através da DIRPIR-0527/2018, de 15/06/2018, um estudo sobre a compensação dos investimentos não realizados, desenvolvido pela NOVIX e pela ZENERGÁS.

Às fls. 3.802, o estudo explica que a "... metodologia alternativa consiste em calcular a compensação como a margem real que foi arrecadada em excesso por ter sido aprovado um investimento maior que o realizado."

Às fls. 3.812, apresentam no Quadro 6, uma simulação do quadro do cálculo de m, da 3ª Revisão Quinquenal com o abatimento do subinvestimento de R\$ 366,280 milhões. Parcela em 4 vezes, no item XI, saldo Capex, valores de R\$ 91,57 milhões para cada ano, a partir de 2014.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3.821, a NOVIX sumariza o resultado de todos os cálculos e conclui por um valor a devolver pelo subinvestimento da CEG de R\$ 59,72 milhões e para a CEG RIO de R\$ 36,64 milhões, salvo melhor juízo.

10. Apresentação da Petrobras

Às fls. 3.396 aborda a questão do ramal dedicado e afirma que este tema havia sido direcionado para ser discutido no bojo na 4ª Revisão Quinquenal. Relata que o tema não foi abordado na proposta da CEG. Destaca e lista duas Deliberações da AGENERSA, a 3.164/2017 e 3.244/2017.

10.1 Demanda

A PETROBRAS elabora gráfico onde demonstra que o despacho termelétrico adotado no 3º ciclo foi muito subestimado. Defende que o excesso de receita seja compensado no ciclo seguinte e direcionado para o segmento termelétrico, às fls. 3.398. Afirma que houve sobre receita de R\$ 505 milhões, mas não especifica a base temporal deste valor. Cita na folha seguinte o acréscimo de 60 % (sessenta por cento) na margem de termelétricas da CEG, a partir de 2019. Cita que a tarifa de termelétricas deveria ser uma ponderação entre a média entre a expectativa de volume ou outra que a AGENERSA venha a adotar. Ressalta que para os ramais dedicados, as tarifas deveriam ser específicas.

10.2. Estrutura Tarifária

A PETROBRAS ressalta, às fls. 3.401, que o desconto de comercialização de 1,9 % (um inteiro e nove centésimos por cento) não está contemplado dentro das fórmulas de tarifas termelétricas, tese esta defendida pela Concessionária.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

11. Apresentação da ZENERGAS

A ZENERGAS faz uma explanação detalhada dos eventos que podem ocorrer no ciclo regulatório e elabora uma série de hipóteses em relação a variação de previsões efetuadas no ciclo anterior confrontadas com o valor efetivamente realizado, às fls. 3.402-3.414.

Ao fim, conclui citando uma simulação em relação ao que entende como patamares razoáveis de compensação de investimentos não realizados. Esta simulação chega a valores na ordem de 10 a 30 % em cinco anos, conforme o exemplo citado, mas não detalha quais as premissas que sustentam tal afirmativa.

12. Relatório da UFF - Audiência Pública realizada na Firjan em 04/04/2018.

Às fls. 3.616-3.657, está acostado aos autos, Relatório enviado pela UFF, através do Ofício nº 007-2018/ESC-UFF, de 02/05/2018, onde faz um relato de tudo que foi observado na AP em epígrafe. Cabe aqui ressaltar, que não discorreremos sobre o seu conteúdo, em face deste já está relatado no presente parecer jurídico acima. Como a UFF apenas descreve, sem emitir sua posição técnica, pois esclarece que irá fazer nos relatórios seguintes, entendo que não há necessidade de duplicar o mesmo conteúdo.

H - DA CONSULTORIA DA UFF - RELATÓRIO 2 (Universidade Federal Fluminense).

Às fls. 2.908-3.005, a UFF apresenta o Plano de Trabalho a ser efetuado para a realização da 4ª Revisão Quinquenal da CEG.

Através do Ofício nº 12-2018/ESC-UFF, de 03/06/2018, a UFF envia o Relatório nº 2, emitido em 25/06/2018, que a seguir passo a relatar.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3.704, a UFF apresenta as melhores práticas de regulação, efetuando aquilo que a doutrina da área de gestão, intitula de *benchmarking*.

Apresenta o histórico da regulação e inicialmente a metodologia do "custo do serviço" onde o capital investido é remunerado para garantir o resultado do operador do monopólio. Nesta metodologia, o intervalo de tempo entre as revisões é mais curto, normalmente fixado em 1 (um) ano.

1. Taxa de remuneração de Capital (TRC)

Nas palavras da Consultoria, "a regulação evoluiu" buscando uma redução de custo mais "eficiente" que gerassem "benefícios aos consumidores" conferindo "maiores incentivos à redução de custos". Dentre as metodologias que surgiram nesta evolução, a Consultoria menciona a regulação por "price cap", que é a utilizada no Contrato de Concessão da CEG e a de *benchmarking*. A característica temporal diferencial destas metodologias é que os intervalos de análise são mais longos e, normalmente se utiliza o período de 5 (cinco) anos entre as revisões. Este maior intervalo permite segundo os termos utilizados pela Consultoria " maior apropriação de parcelas dos ganhos com a redução de custos até o próximo reposicionamento tarifário, incentivando a busca por maior eficiência".

Mais adiante, às fls. 3.706, a Consultoria elabora uma breve explicação de como funciona a regulação por incentivos. " A taxa de remuneração do capital ... é atualizada a cada revisão tarifária para refletir mudanças conjunturais inerentes ao período extenso da concessão, ..." e segue, " a taxa de remuneração de capital não incide indiscriminadamente sobre todo o capital investido, mas sobre a base regulatória de ativos, indicada pela sigla BRA, citando (VISCUSI et al, 2005). "

Outro aspecto importante que se extrai do texto da Consultoria, ainda no trecho em que os autores supracitados acima, relatam que "...A BRA pode ser determinada considerando custos históricos dos ativos, custos de reposição dos



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

ativos ou mesmo o valor de aquisição (outorga) do capital depreciado em processos de privatização. "

Na sequência, a Consultoria citando (STERN, 2013), explica que "... Uma vez determinada a BRA, a atualização da base leva em conta a recomposição do seu valor real (inflação), a depreciação regulatória dos ativos e a incorporação dos novos investimentos realizados. ..." e finaliza indicando a importância pelo dever de cuidar do regulador, no que tange BRA, "... o regulador também deve zelar pela proteção da base de ativos no sentido de impedir que investimentos imprudentes sejam inadequadamente incorporados, resguardando os consumidores e a própria viabilidade da concessão (VISCUSI et al., 2005)." já às fls. 3.707.

Antes de se prosseguir no relato, importante destacar que a extração destes textos tem o objetivo de servirem de suporte quando da discussão do Mérito deste parecer jurídico, já que as questões recortadas da doutrina, abarcam os temas centrais do debate.

A seguir, a Consultoria demonstra a diferenciação dos cálculos de TRC nos sistemas WACC e CAPM. No caso do WACC, o trecho mais importante e que interessa ao presente momento de estágio regulatório da concessão é "... WACC, que leva em conta o custo de oportunidade do capital próprio e o custo de capital, isto é, o custo da dívida, citações da ANP (Agência Nacional do Petróleo e ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), expoentes e precursores da regulação nacional.

Em relação ao CAPM, a Consultoria explica, às fls. 3.709, que " O modelo CAPM calcula o custo de oportunidade do capital próprio, que expressa a taxa de retorno requerida para um ativo específico."

Às fls. 3.711, ainda discorrendo sobre as características do cálculo via CAPM, a Consultoria explica que " Países em desenvolvimento não apresentam , em geral, mercado de capitais maduros, comprometendo a aplicação do modelo CAPM. ...É prática regulatória comum a utilização, nesses casos, do CAPM adaptado para países emergentes (Country Spread Model),



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

considerando um mercado de referência maduro (em geral, o mercado norte-americano) e incorporando o prêmio de risco-país ao cálculo da taxa de remuneração requerida."

Em relação ao TRC, a Consultoria visita o Contrato de Concessão da CEG, Cláusula Sétima, § 9º, onde indica a utilização do CAPM, e esclarece que, apesar desta indicação ... "Entretanto, não especificam explicitamente a consideração do capital de terceiros no cálculo da taxa de remuneração, desconsiderando o benefício do endividamento das concessionárias."

A Consultoria destaca o entendimento da ABRACE que o WACC poderia ser utilizado pela AGENERSA sem a necessidade de adaptação contratual. A Consultoria desta maneira, recomenda estudo específico sobre o tema para que o benefício de endividamento seja incorporado ao cálculo da taxa de remuneração de capital, compartilhando-o com os consumidores.

Dando prosseguimento ao relatório, a UFF apresenta as partículas que compõem o CAPM: taxa livre de risco; prêmio de risco do mercado; beta; e risco país. Às fls. 3.715-3.716, apresenta dados sobre os parâmetros do CAPM como referências para o presente estudo.

2. Demanda

Logo no início, a Consultoria ensina que no "...modelo regulatório pelo preço-teto, o risco de demanda (ou volume) é suportado pela concessionária."

Transcrevendo ainda mais um pouco o texto, "... Em geral, as variações de volume total de vendas projetado para cada segmento são consideradas risco inerente ao negócio da concessionária, podendo resultar em margem obtida maior ou menor do que a projetada e, portanto, em remuneração mais ou menos elevada.Ao alocar o risco de demanda para a concessionária cria-se desafio importante para o processo de revisão tarifária, que é uma previsão acurada da demanda."



Governo do Estado do Rio de Janeiro

*Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro*

O interesse em transcrever especificamente o texto acima, é que o mesmo será muito útil para a discussão de temas fulcrais para a conclusão desta revisão quinquenal, tendo em vista que a subestimação de receita no ciclo anterior é posição unânime de todos aqueles que abordaram este aspecto na AP (Audiência Pública).

Para mitigar o risco do regulador, a Consultoria busca o exemplo da ARSESP que introduziu o fator K para a correção de variabilidades de demanda. Cita que este fator expurga a variabilidade do setor de termelétricas.

Em relação ao fator K, a Consultoria ressalta que no Rio de Janeiro não está previsto o termo de ajuste K ao longo do ciclo e tampouco as revisões tarifárias levam em conta a discrepância entre margem máxima e margem obtida no ciclo anterior. O risco de volume é considerado um risco inerente ao negócio da concessionária, que pode se beneficiar ou se prejudicar com a evolução da demanda.

E, por fim, a Consultoria complementa alertando que o peso do setor termelétrico no ERJ é muito elevado e que a alocação do risco do volume termelétrico para as concessionárias de gás natural no Brasil não tem respaldo teórico e ainda resulta em prejuízos para os consumidores. Desta maneira a Consultoria sugere o estudo da AGENERSA para introduzir mecanismo regulatório que torne neutra a demanda termelétrica em termos de efeitos tarifários para as concessionárias e consumidores.

A Consultoria compilou uma tabela com os dados de clientes, 2017 em relação a 2016, às fls. 3.724, e o resultado está explicitado a seguir: Residencial (+3,63%); Comercial (+4,04); Industrial (-1,64%); Geração Elétrica (0,0%); GNV (2,00%). Cabe ressaltar que este quadro também tem impacto quando se trata da estrutura tarifária. Na página seguinte, a UFF informa que as vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 13,1 milhões de m³/dia em 2017, apresentando crescimento de 23,4 % (vinte e três inteiros e quarenta centésimos por cento) frente ao ano anterior. Afirma também que este crescimento se deu a



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

partir do crescimento do mercado termelétrico e o mercado de GNV que cresceu 11,8% (onze inteiros e oitenta centésimos por cento).

Já em volume, a UFF, compilou uma tabela, às fls. 3.726, onde os resultados 2017 em relação a 2016 foram: Residencial (+1,24%); Comercial (-14,14%); Industrial (+3,13%), GNV (+11,82%) o que projeta crescimento para o mercado convencional de 6,58 %. Em relação a Termelétricas e ATR (Acesso de Terceiros a Rede), houve crescimento de 23,42 %.

Às fls. 3.737-3.743, a Consultoria demonstra vários cenários de despacho termelétrico durante o ciclo revisional. Por fim, apresenta um gráfico, onde demonstra claramente sua divergência em relação as projeções da CEG (PSR) sobre o tema.

Às fls. 3.743-3.759, se observa que poucas divergências foram encontradas entre as projeções de demanda da CEG (PSR) e da UFF, em relação ao consumo convencional, havendo uma leve discordância, apenas, nos segmentos residenciais e de GNV. Nas fls. 3.761-3.762 a UFF apresenta 3 (três cenários).

3. Custos Operacionais - OPEX

Neste ponto a Consultoria aborda a questão do Fator X, tema recorrente na regulação e sem um entendimento pacificado, já que a dinâmica econômica do Brasil ainda reserva muitas surpresas e variabilidade, onde a implementação de modelos e teorias importadas causam grandes distorções.

Através do próprio trabalho da Consultoria, às fls. 3.720, se observa a complexidade do tema: " O dimensionamento correto do Fator X não é trivial e pode gerar distorções para a concessionária."

Em relação a este assunto, a UFF indica que a AGENERSA, através das Deliberações 2.726/2015 e 2.727/2015, determinou que a aplicação do Fator X deveria ser incorporada aos contratos de forma explícita por meio de aditivos, estabelecendo a sua aplicação como um redutor dos reajustes anuais.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

No tocante as projeções dos custos operacionais, a UFF sumariza as principais variações, às fls. 3.775, como a seguir: Quase que literalmente transcrevo: "...Entre 2013-2016, a CEG apresentou elevação média de 2,0 % (dois por cento) a.a (ao ano) nos custos operacionais em termos reais, já que foi descontada a inflação. Em 2016, atingiu 425 milhões (base - 2016), dos quais 58,0 % (cinquenta e oito por cento) de despesas operacionais, 10 % (dez por cento) serviço a clientes, 10 % (dez por cento) de atividade comercial, 8,0 % (oito por cento) em conservação e manutenção. Somado a isso, 28 % (vinte oito por cento) com despesa de pessoal e 11 % (onze por cento) com perdas. Os destaques de aumento foram aluguéis que aumentaram 42 % (quarenta e dois por cento) e perdas que aumentaram 32 % (trinta e dois por cento). O OPEX detalhado da quase totalidade do ciclo anterior da CEG, está apresentado, às fls. 3.776, com incremento no ultimo período de 58 % (cinquenta e oito por cento).

Às fls. 3.777, a UFF compara o OPEX projetado para o último ciclo com o OPEX realizado. O resultado 2013 (+5 %); 2014 (-10 %); 2015 (-14 %); 2016 (-5 %).

Às fls. 3.778, a UFF compila gráfico que demonstra o descasamento do OPEX projetado pela CEG com a realidade e o conjunto da proposta.

Às fls. 3.780, a UFF compila gráfico que demonstra o descasamento do custo por cliente se comparado com o ciclo anterior.

Analisando mais detalhadamente o OPEX, a UFF destaca algumas despesas que não tem correlação com o cenário apresentado pela CEG para o próximo ciclo, tais como: Consultorias e Outros Serviços, Publicidade, Propaganda e Relações Públicas, Leitura de Medidores e Envio de Faturas, Serviços de Tele Atendimento, Subscrições, documentos e outros serviços.

A tabela 38, indica em seu rodapé que o Opex é da CEG-RIO, o que não é o escopo do presente parecer jurídico, mas como o OPEX da CEG- RIO é consolidado na CEG, é bem provável que estes valores sejam da CEG. No



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

decorrer desta análise, tentarei esclarecer este ponto, pela leitura dos documentos restantes que se apresentarem nos autos.

4. Compensação de Investimentos Não Realizados

Esta parte do relatório da Consultoria não vai diretamente ao ponto da metodologia adequada a ser efetivada, mas elabora o que ocorre no mundo da teoria regulatória.

A parte mais importante e destacada aqui, é o trecho onde o relato se equipara a realidade da Concessão da CEG, onde o regulador (após a anuência do Poder Concedente), acorda com a concessionária, os investimentos para o ciclo regulatório.

Neste modelo regulatório que leva em consideração a assimetria de informação entre as partes, a UFF explica que a concessionária se apropria de parte dos ganhos se os custos forem menores ou participa de parte dos custos extras se o valor realizado superar a estimativa aprovada. Portanto, as metas físicas de investimentos não se confundem com os montantes financeiros a serem investidos.

5. Perdas

Em relação a este item, o essencial é transcrito pela Consultoria, às fls. 3.723, onde expõe a experiência internacional. Esta aconselha a estabelecer limites de perdas nos sistemas, com metas de redução gradual com o tempo.

Além do relato acima, a UFF indica não considerar os volumes dos ramais dedicados na aferição das perdas da concessão. Este tema está aqui em destaque, em face da discussão da Lei do Gás em relação aos consumidores livres.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 3.780, a UFF informa a projeção da CEG em relação as perdas. Já no início afirma que a elevação é significativa de R\$ 46 milhões (2016) para R\$ 84 milhões (2022) e adjetiva esta elevação como preocupante.

As perdas passariam do patamar de 1,5 % em 2016 para 2,8 % na média do quinquênio. Cita também que o contrato de concessão limita estas perdas ao máximo de 3,0%.⁶

A UFF ainda recorda que o item perda não tem apenas o viés financeiro mas também ambiental.

Tabela com a evolução das perdas da Concessionária é expressa, às fls. 3.781, como a seguir: 0,65 % (2013); 0,43 % (2014); 0,58 % (2015); 1,46 % (2016).

A UFF rechaça o pleito da CEG de forma direta e afirma que não há metodologia para se fixar incrementos da ordem de 0,85 % a.a e que, com este acréscimo, as perdas já extrapolariam a meta contratual já em 2018.

A Consultoria propõe em contrapartida, o estabelecimento para o presente ciclo revisional, a fixação das perdas em 2016 e, gradativamente e proporcionalmente durante o ciclo, a redução até o valor do ciclo anterior, conforme pode ser observado, às fls. 3.782. A adoção desta meta reduziria o valor das perdas em 70 % do projetado pela CEG e, se o regulador entender que não é factível, tecnicamente, que estabeleça ao menos o valor de 2016, ou seja, 1,43 % (um inteiro e quarenta e três centésimos por cento). Esta última proposta, que é alternativa, reduziria os custos em 50 % do projetado pela CEG. A UFF demonstra estes dados na Tabela 37, às fls. 3.783.

6. Investimentos

Às fls. 3.728, apresenta a relação entre investimentos de renovação e investimentos em redes novas. Para a primeira, 45 % (quarenta e cinco por cento) e para a segunda, 40 % (quarenta por cento). O total de investimentos da

⁶ As bases usadas para medição destas perdas não ficaram explicitadas. Por exemplo, se o ramal dedicado da Petrobras está dentro desta conta.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

CEG atingiram um valor de R\$ 274,3 milhões em 2017, 6,7 % (seis inteiros e setenta centésimos por cento) acima de 2016. Demais investimentos em frota, TI e instalações totalizaram o montante de R\$ 42,6 milhões.

As fls. 3.729, a CEG apresenta demonstrativo ano a ano: 2013 (R\$ 174,972 milhões); 2014 (R\$ 228,744 milhões); 2015 (R\$ 266,915 milhões); 2016 (R\$ 257,037 milhões); 2017 (R\$ 274,318 milhões).

As fls. 3.770-3.771, a UFF relata os investimentos projetados pela CEG para o período 2018-2022, como a seguir: 2018 (R\$ 275,8 milhões); 2019 (R\$ 275,4 milhões); 2020 (R\$ 274,2 milhões); 2021 (R\$ 264,3 milhões); 2022 (R\$ 249,7 milhões). O montante total para o ciclo revisional é de R\$ 1.339,4 milhões. Os investimentos singulares se concentram em 4 (quatro) projetos: Santa Cruz - Distrito Industrial, Projeto de reforço AMBEV, estação de compressão de GNC da CEG e aumento de rede para possibilitar a utilização de biometano. Totalizando para os investimentos singulares o montante de R\$ 105,34 milhões. Para os investimentos fixos a CEG pretende investir o montante de R\$ 720,66 milhões durante o ciclo revisional, conforme tabela , às fls. 3.772. A UFF identificou um acréscimo de 28,0 % (vinte e oito por cento) nestes investimentos em relação ao período anterior e sugere que a CEG explique. Para completar o quadro de investimentos, a CEG informa que investirá R\$ 513, 36 milhões como montante total dos investimentos variáveis, conforme quadro, às fls. 3.373. A partir destes dados e da comparação destes com os do ciclo anterior onde houve um acréscimo de 35 % (trinta e cinco por cento), a UFF recomenda que a CEG revise estes dados para o próximo ciclo. A UFF efetuou cálculos para aquisição de novos clientes, em face das projeções de aumento de clientes residenciais, chegando a um acréscimo de 23 % (vinte e três por cento) conforme tabela, às fls. 3.775.

7. Indicadores Financeiros



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Estes não serão comentados pois não interferem diretamente no resultado da Revisão Quinquenal já que são estritamente demonstrações contábeis e que não necessariamente estão em linha com as avaliações e valores regulatórios, que tem contabilidade própria. O que se infere dos mesmos, é que a CEG se encontra em boa condição financeira e econômica.

Apenas para registrar e que pode ser útil para a discussão do mérito da TRC, listo o índice de Dívidas Totais de Capital Próprio: 2013 (56 %); 2014 (60 %); 2015 (60 %); 2016 (55 %) e 2017 (57 %).

8. Aspectos Jurídicos e Societários

Quanto a estes aspectos, às fls. 3.733-3.737, como servem apenas para ilustrar detalhes da operação da empresa e da concessão, e como não interferem diretamente com a RTI, não serão transcritos os detalhes, já que os interessados nestes pontos poderão acessá-los diretamente no processo.

9. Lei do Gás - Aumento da Oferta de Gás e de Fornecedores

Na época da emissão do relatório, haviam ainda muitos entraves para a implementação da Lei do Gás de forma plena e que beneficiasse a sociedade. Neste momento, tempo em que se escreve este parecer jurídico, muitas decisões e acordos já foram fixados. Para manter o relatório da UFF no *status quo* de seu tempo, abordo o texto como se novas ações não tivessem sido tomadas. A junção dos dois tempos se dará na evolução do presente texto, mas na hora e local apropriado.

As fls. 3.763-3.769, apresenta a evolução da oferta de gás no país que não apresenta grandes variações segundo o gráfico da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), mas apresenta a diversidade maior de supridores e o grande espaço de crescimento do produto na malha energética nacional.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

O relatório menciona o Programa do Governo Federal para implementar a Iniciativa do Gás para Crescer. À época, apenas um PL 6.407. Com a aprovação deste marco regulatório, haveria espaço para que novos participantes ousassem em novos projetos. À época, a UFF cita a impossibilidade de adentrar nas discussões do custo da molécula, pois o contrato entre Petrobras e CEG, ainda possuía caráter confidencial. É dentro deste cenário, que foram efetuadas as projeções de investimentos.

10. Manifestação da CEG após o informe da publicação do Relatório 2 da UFF.

As fls. 3.852, a CEG envia a esta AGENERSA, a Carta PRES-0008/18, de 13/07/2018 e na folha seguinte ressalta algumas questões. Alerta sobre um provável equívoco de fórmula ou da base utilizada em sua avaliação sobre vendas residenciais. Também cita aspectos sobre perdas e OPEX e afirmam que já estavam delineados, mas não explicam o que significa o termo "delineados".

A CEG relata conclusões contraditórias já que a UFF afirma que as projeções estão convergindo com a CEG e que a diferença é de apenas 2 % (dois por cento) e, mais adiante, no item 4.4.2 apresenta diferença de 51 %, apontando uma demanda de 875 milhões de m³ contra 579 milhões de m³ de demanda projetada pela CEG.

Para a demanda termelétrica, não foi possível encontrar no Produto 02, qualquer menção às condições futuras de operação energética, para o quinquênio 2018-2022, assim relata a CEG na Carta.

A seguir a CEG defende seus parâmetros da demanda termelétrica de longo prazo, pois alega que ela foi balizada pelas informações da ONS - Operador Nacional do Sistema e afirma que as projeções da UFF, baseadas na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica são de curto prazo. A



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

CEG mais a frente engloba como premissas da sua projeção o grau de comprometimento operativo das turbinas das termelétricas em operação.

Por fim depois de explanações que o relatório PEN é o que deve ser considerado, solicita reunião para o esclarecimento destas questões.

Às fls. 3.859-3.896, é acostado aos autos, o Plano da Operação Energética 2017/2021- PEN 2017.

Às fls. 3.903, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 360/2018, de 18/07/2018, é aceita a solicitação da CEG de se fazer uma reunião para o esclarecimento do Relatório 2 da UFF. O agendamento é feito para 31/07/2018.

Às fls. 3.913, é acostada aos autos a lista de presença da Reunião de 31/07/2018, no sentido de ressaltar o respeito aos Princípios Constitucionais da Ampla Defesa e do Contraditório.

Às fls. 3.914, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 384/2018, de 31/07/2018, é concedida a prorrogação do prazo, até 02/08/2018, para manifestações, quanto ao Relatório 2 da UFF.

Às fls. 3.915, a CEG envia, através da DIRPIR-064/18, de 02/08/2018, suas manifestações, após a realização da reunião de 31/07/2018, referente ao Relatório 2 da UFF.

11. Manifestações após a reunião de 31/07/2018

11.1. CEG

11.1.1 - Demanda

Termelétrica - A CEG apresenta em anexo, às fls. 3.960-3.989, o novo Relatório Técnico da PSR, Relatório Técnico 1 - V2, de julho de 2018, com o cenário hidrológico mais atualizado, para suportar o debate sobre qual a previsão de demanda termelétrica provável. Como o relatório é estritamente técnico e



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

estatístico, não será discutido em detalhes, com destaque para a conclusão, às fls. 3.989, conforme transcrito abaixo.

A PSR conclui: " A determinação de um cenário de despacho para um conjunto de termelétricas não é simples devido à incerteza sobre as vazões afluentes às usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional, e devido ao despacho termelétrico estar relacionado (mais propriamente falando, negativamente relacionado) com estas vazões. Ao longo do relatório mostrou-se que existem lacunas metodológicas ao se considerar projeções determinísticas na projeção do despacho das usinas no parque gerador do ERJ. A recomendação se dá sempre para a utilização de simulações estocásticas em adição a adoção de análises estatísticas sobre os resultados e, para o caso específico foram adotadas as medidas estatísticas de tendência central. "

GNV (Gás Natural Veicular) - A CEG, no sentido de justificar as diferentes projeções, já que a UFF projeta um cenário com crescimento de 7 % (sete por cento), enquanto a CEG de 2 % (dois por cento), elenca razões em defesa de sua tese, como a seguir:

- Fim da Uberização, que não deverá continuar mantendo o crescimento;
- Fim dos preços atrativos dos combustíveis fósseis o que impactará em decréscimo da demanda pelos mesmos;
- Tendência da introdução de carros híbridos no mercado brasileiro.

E conclui, afirmando que a metodologia da UFF em considerar o crescimento do número de postos de combustíveis e não o incremento do volume é equivocado.

11.1.2. Perdas de Gás

Em sua defesa, a CEG cita o relatório do Centro de Estudos da Faculdade de Engenharia da UERJ - CEFEN, que estima que as perdas atinjam



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

o patamar de 5,0%, ocasionado por fraudes na cadeia de GNV. A Concessionária afirma, às fls. 3.920, que não irá considerar este patamar e, manterá sua projeção de 2,8 %, para o índice de perdas, o que a manterá dentro dos parâmetros máximos contratuais. O gráfico da página seguinte, projeta iniciar o ciclo com o volume de perdas de 63,2 Mm³ a.a, chegando a 2020, no patamar de 63,8 Mm³, o que representaria conforme o gráfico seguinte, perda monetária entre R\$ 63,2 Milhões a.a e 63,8 Milhões em 2022, ao fim do ciclo. Quanto ao questionamento da UFF de retirar as perdas do ramal dedicado, a Concessionária afirma que o volume comprado é igual ao volume vendido. Por fim, a Concessionária insere como argumento, a questão social e de ordem pública como causadores do crescimento das perdas de gás em face de roubos constantes. Na sequência, a concessionária lista as ações que estão sendo implementadas em conjunto com autoridades diversas de diversos segmentos do Estado e da Sociedade.

Às fls. 3.941-3.959, a CEG apresenta anexo contendo o descritivo do trabalho que está sendo realizado pela empresa para minimizar os impactos das perdas de GNV. O conteúdo é muito completo e de boa técnica.

11.1.3. Gastos com GNC

No sentido de simplificar, apenas está relatado o resumo do estudo que é expresso, às fls. 3.930, valores base/dez-2016: Transporte = 0,46 R\$/m³; Estação de Compressão = R\$ 18.026,82/mês; Estação de Descompressão = 27.568,33 R\$/mês; Transporte de pequeno porte = 4,75 (R\$/Km) e Molécula de GN comprimida = 1,28 R\$/m³.

11.1.4. Custos Operacionais (OPEX)

A CEG inicia sua explanação comparando o custo já disponível para 2017, disponível neste momento do relatório, de R\$ 496 milhões e compara com



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

sua projeção da proposta que era de R\$ 510 milhões, e contrapõe estes valores a proposta efetuada pela UFF no Rel. 2 que era de R\$ 425 milhões.

Em relação aos pontos específicos que foram questionados no rel.2 da UFF, a CEG expõe seus motivos para:

- Publicidade, Propaganda e Relações Públicas - a CEG, às fls. 3.931-3.932, lista uma série de atividades que consomem a verba questionada mas não fornece nenhum elemento de "benchmarking" onde se possa avaliar seus gastos.
- Consultores e Outros Serviços - a CEG, às fls. 3.934-3.935, discorre sobre o tema citando uma série de terceirizações que contrata mas sem maiores informações comparativas com empresas similares e do mesmo mercado.
- Gastos com Medidores e Envio de Faturas - a CEG informa que não há ganhos de escala neste item, conforme defendido pela UFF.
- Gastos com Provisões - A CEG cita que espera maior inadimplência já que está expandindo suas atividades para áreas mais carentes mas sem base para provar sua tese.
- Gastos com Atividades Comerciais - os dados mais pertinentes ao esclarecimento da questão levantada pela UFF se encontram na tabela detalhada de gastos comerciais apresentada pela CEG, às fls. 3.938-3.939.

I - DOS RELATÓRIOS DO GRUPO DE TRABALHO

1. RELATÓRIO 1

Às fls. 3.668-3.671, é acostado o Relatório 1, do Grupo de Trabalho criado através da Portaria AGENERSA nº 500, emitido em 17/05/2018. Este primeiro relatório é referente ao relatório 3 da Consultoria - UFF, que foi entregue em 30/04/2018.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Assim como o Relatório da Consultoria que discorreu sobre os pontos levantados na Audiência Pública, o Relatório do GT segue o mesmo viés. Desta maneira, só será destacado a seguir, os pontos que ainda não foram abordados anteriormente, no sentido de economia processual.

1.1 Taxa de remuneração dos Ativos (TRC)

Dos pontos relatados, às fls. 3.669, apenas a manifestação da ABEGÁS não havia sido reportada anteriormente. A ABEGÁS sugere a adoção da metodologia WACC para o cálculo da TRC.

1.2 Da Estrutura Tarifária

Às fls. 3.670, a posição da Defensoria Pública ainda não havia sido relatada. Logo, importante destacar o posicionamento daquela, que solicita que se adote critérios mais abrangentes para a caracterização de clientes beneficiários da tarifa social.

2. RELATÓRIO 2

Às fls. 4.153-4.164, é encaminhado o relatório do Grupo de Trabalho em relação ao relatório 2 da Consultoria, em 25/07/2018, que tem como data de elaboração, o dia 13/07/2018.

O único ponto que merece destaque neste relatório do GT, é quando a UFF relata sobre a possibilidade de mudança da metodologia CAPM pra WACC, conforme contribuições da Audiência Pública.

A opção de não relatar o Relatório do GT de forma detalhada, é pelo fato, de que o mesmo, descreve o que a UFF pretende fazer em linhas gerais e aborda o aspecto metodológico que será adotado pela UFF. Estas questões já



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 56 58
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

estão bem claras no texto acima, e sua repetição seria cansativa e não produtiva.

J JUNTADA DO PROCESSO E-12/003/105/2018

Às fls. 3.829, está acostado CI AGENERSA/SECEX nº 997/2018, de 19/06/2018, que cumpre o disposto no artigo 2º do referido processo.

Às fls. 3.831-3.899, o inteiro teor do processo acima referenciado. Pela leitura do voto, o pleito solicitado pelo usuário na ocorrência 2017008623 é semelhante ao que a Defensoria Pública do ERJ efetuou no bojo da AP, qual seja, o aumento da tarifa social para outros serviços para que a mesma tivesse maior efetividade. O CODIR através do artigo 2º, da Deliberação AGENERSA nº 3.421, de 29/05/2018, determina que o tema seja estudado no bojo da 4ª Revisão Quinquenal, já que medida semelhante foi implementada na área de saneamento.

K - DA CONSULTORIA DA UFF - RELATÓRIO 4 (Universidade Federal Fluminense).

Às fls. 4.018, a UFF encaminha a esta AGENERSA, através do Ofício nº 019-2018/ESC-UFF, de 20/08/2018, o Relatório 4, referente a 4ª Revisão Quinquenal da CEG. Como já há o Relatório 2, tento não replicar as informações já contidas no relato da UFF anterior. Destaco, apenas, o que é novo ou divergente.

1. Taxa de Remuneração do Capital

Não foi observada nenhuma alteração relevante que haja interesse em relatar, às fls. 4.028-4.037.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
 Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 4.120, a UFF começa a apuração do cálculo e a apresentação das premissas adotadas para o cálculo da metodologia do CAPM.

Às fls. 4.124, na Tabela 38, a UFF compara suas posições com a da CEG para cada partícula do cálculo: Taxa livre de risco: UFF (5,12 %) e CEG (5,12 %); Risco País: UFF (2,56 %) e CEG (4,04%); Risco de Mercado: UFF (6,94%) e CEG (6,94%); Beta: UFF (0,54%) e CEG (0,74%); Inflação Americana: UFF (1,82%) e CEG (1,82%), o que leva ao valor consolidado da TRC de UFF (9,43%) e CEG (12,33%).

2. Cálculo da margem - "m",

Em relação ao cálculo de m, para simplificar, a melhor opção é importar a imagem do resultado geral dos cálculos diretamente do relatório 4 da Consultoria. Às fls. 4.127, a UFF apresenta a tabela 43, com o cálculo do reposicionamento Tarifário com a consideração dos efeitos do III TA.

Tabela 43 – Cálculo do Reposicionamento Tarifário (M), com 3º Termo (valores em milhões RS dez/16)

moeda dez/16		Taxa de Remuneração = 9,43%				
CEG	Valores em MRS	Ano				
		2018	2019	2020	2021	2022
I = 0,66*Margem Não Reposicionada		693,07	652,41	677,63	679,38	654,59
II = 0,66*Custos e Despesas Operacionais		297,19	310,53	326,33	326,02	332,57
III = 0,66*Receitas Correlatas		16,11	16,29	16,54	16,63	17,12
IV = 0,34*Depreciação		59,26	61,42	63,55	64,77	66,16
V = 0,34*Juros à Capital Próprio		34,22	35,44	42,97	42,97	42,97
VI = Investimentos		228,03	228,21	216,70	206,80	209,57
VII = Compensação da Retroatividade		29,18				
VIII = Gastos Processos Regulatórios		3,65				
IX = Base Inicial		3.539,75				
X = Base Final						3.700,71
XI = Compensação dos investimentos não realizados no quinquênio 2013-2017		95,13				
m = Receita Requerida / Margens Não Reposicionadas						
m = [IX + VP(II) - VP(III) - VP(IV) - VP(V) + VP(VI) - VII + VIII - VP(X) - XI] : VP(I)						
m =		1,0130				

Da mesma forma, às fls. 4.130, é extraído o resultado diretamente do relatório 4 da UFF. A tabela 46, apresenta o cálculo sem os efeitos do III TA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
Tabela 46 – Cálculo do Reposicionamento Tarifário (M), sem 3º Termo Aditivo
(valores em milhões R\$ dez/16)

moeda dez/16	Tasa de Remuneração = 5,43%					
CEG	Ano					Valor
Valores em MRS	2018	2019	2020	2021	2022	Presente
I = 0,66*Margem Não Reposicionada	692,07	682,41	677,83	675,38	684,59	2.627,71
II = 0,66* Custos e Despesas Operacionais	297,19	310,53	320,33	326,62	332,57	1.214,83
III = 0,66*Recetas Correlatas	16,11	16,29	16,54	16,63	17,12	63,80
IV = 0,34*Depreciação	58,64	58,79	60,91	62,12	63,46	231,89
V = 0,34*Juros si Capital Próprio	34,22	35,44	42,97	42,97	42,97	153,51
VI = Investimentos	228,03	226,31	216,70	206,90	209,97	840,75
VII = Compensação de Retroatividade	25,16					
VIII = Gastos Processos Regulatórios	2,65					
IX = Base Inicial	3.354,35					
X = Base Final					3.554,16	2.284,05
XI = Compensação dos investimentos não realizados no quinquênio 2013-2017	124,72					
m = Receita Requerida / Margens Não Reposicionadas						
m = [IX + VP(II) - VP(III) - VP(IV) - VP(V) + VP(VI) + VII + VIII - VP(X) - XI] / VP(I)						
m = 0,9747						

3. Demanda

A Abordagem inicial em relação à demanda, às fls. 4.038-4.042, não inova em relação ao Relatório 2.

Às fls. 4.048, a UFF relata que os valores no cenário intermediário do Relatório 2, são bem próximos ao que indica a matriz de despacho, quando se considera o despacho médio mensal de cada uma das centrais. Já a PSR entende que este despacho deveria ser 9,0 % (nove por cento menor). Às fls. 4.049 a UFF demonstra esta conclusão através do gráfico 4. Na mesma folha, a UFF esclarece que já estava utilizando as premissas atualizadas do relatório da PSR e alerta que a CEG ainda não havia atualizado suas projeções segundo este novo dado, conforme Tabela 4.

Na tabela 3 a UFF apresenta o CVU das centrais da área da CEG onde variam de R\$ 110,3 / MWh até R\$ 313,7 / MWh.

O gráfico 5, às fls. 4.050, demonstra claramente a diferença de previsões entre a CEG e a UF, para o ciclo vindouro.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A UFF ressalta, às fls. 4.051, a complexidade de se prever demandas para um intervalo de 5 (cinco) anos e alerta que o impacto deste segmento no negócio da CEG representa 45 % (quarenta e cinco por cento) do negócio.

E conclui que, por esta incerteza, a UFF recomenda o sistema de gatilhos ou a realização de revisões extraordinárias, se as diferenças do realizado e projetado forem muito significativas no próximo ciclo.

A partir das Fls. 4.051, a UFF começa a apresentar suas projeções para os segmentos não térmicos. Explica a metodologia científica utilizada para fazer as simulações e alerta que esta introduz um fator de correção entre a série histórica e as séries estatísticas.

Em relação a demanda industrial, a UFF difere da CEG, já que esta admite um cenário de estagnação, às fls. 4.056, gráfico 8.

Em relação a demanda comercial a UFF e a CEG só se contrapõe no início do período, havendo convergência ao final. A diferença, às fls. 4.059, gráfico 11, não se expressa tão significativa, se compararmos com a projeção da demanda industrial.

Em relação ao segmento residencial, às fls. 4.063, as posições da CEG e da UFF são quase idênticas.

Em relação ao segmento de GNV, as divergências entre UFF e CEG se assemelham aquelas do segmento industrial. Esse fato pode ser observado através do gráfico 17, às fls. 4.065.

Em relação aos dados consolidados, conforme a tabela 5, às fls. 4.066, apresenta as seguintes diferenças entre a UFF e a CEG: Residencial (1%); Comercial (-4%); GNV (7%) e Térmicas (131%).

Esclarece a UFF mais a frente que as demandas específicas para os segmentos de climatização, Geração Distribuída, Cogeração e Vidreiras foram incorporadas as estimativas e apresentam um volume de 3,0 bilhões de m³ de GN, 40 % (quarenta por cento) superior a projeção da CEG para o período 2018-2022, diferenças essa mais detalhadamente expressa através da tabela 6, às fls. 4.067.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

4. Custos do GNC (Gás Natural Comprimido)

No sentido de simplificar, apenas está relatado o resumo do estudo que é expresso, às fls. 4.097, valores base/dez-2016, onde apresenta valores iguais ao Relatório 2: Transporte = 0,46 R\$/m³; Estação de Compressão = R\$ 18.026,82/mês; Estação de Descompressão = 27.568,33 R\$/mês; Transporte de pequeno porte = 4,75 (R\$/Km) e Molécula de GN comprimida = 1,28 R\$/m³.

Mas, o ponto mais importante que merece destaque no relatório, é o estudo completo que a UFF apresenta em relação ao custo de GNV, na tabela 26, às fls. 4.098. Para os mais interessados, recomendo a leitura. Mas o que quero destacar é o valor projetado por US\$/MMBTU de (2018) = 51,47; (2019) = 45,87; (2020) = 50,13; (2021) = 46,76; (2022) = 45,29.

A Consultoria conclui, às fls. 4.099, afirmando que os custos estão muito altos e recomenda que, cada aprovação para o fornecimento via gasoduto virtual, seja procedida de estudo de viabilidade.

5. Compensação dos Investimentos Não Realizados

Da mesma maneira, o início de abordagem da UFF em relação a este item é idêntica ao exposto através do Relatório 2.

6. Perdas de Gás

No início da abordagem da UFF em relação a este tema, não se identifica alterações ou inovações dos conceitos e boas práticas já apresentadas.

Às fls. 4.094, a CEG pleiteia o aumento das perdas de 44,62 Mm³ de média anual no ciclo 2013-2017 para a média de 63,48 Mm³ anuais no próximo ciclo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A UFF, às fls. 4.095, depois de uma longa exposição de motivos, recomenda, pelo Princípio da Razoabilidade, que as perdas sejam fixadas em 44,62 Mm³, a mesma média realizada no ciclo anterior.

As fls. 4.096, a UFF apresenta na tabela 23, a sua projeção que impactariam nos custos e percentuais como se segue: 2018 - R\$ 46,018 milhões (1,07%); 2019 - R\$ 48,289 milhões (1,40%); 2020 - R\$ 51,166 milhões (1,62%); 2021 - R\$ 54,810 milhões (1,74%); 2022 - R\$ 59.336 (1,67 %).

7. Lei do Gás - Aumento da Oferta de Gás e de fornecedores

As fls. 4.068-4.075, a Consultoria, s.m.j, quase que repete conteúdo do Relatório 2

8. Investimentos

As fls. 4.076, a UFF resume os investimentos realizados no ciclo anterior e a projeção dos investimentos para o ciclo seguinte, conforme a tabela 8. O volume realizado do ciclo anterior ficou 16% (dezesseis por cento) abaixo do projetado, respectivamente, RS 1.297,048 Milhões x R\$ 1.548,670. Para o ciclo seguinte, a proposta da CEG é realizar R\$ 1.339, 364 milhões.

Entre às fls. 4.077-4.080, é fácil observar que a CEG não cumpriu os investimentos em valores monetários e tampouco físicos, exceto raríssimas exceções.

As fls. 4.080, a tabela 11, expressa os investimentos propostos pela CEG para o próximo ciclo. O montante é de R\$ 1.339,4 milhões divididos em 105,3 milhões para os singulares; 720,7 milhões para os fixos e 513,4 milhões para os variáveis.

Entre os investimentos singulares, conforme tabela 12, a CEG lista: R\$ 30,26 milhões para o Biometano; R\$ 39,52 milhões para Reforço de rede; R\$



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

10,55 milhões para a AMBEV, R\$ 28,96 milhões para Santa Cruz, R\$ 11,45 milhões de Estação de GNC, R\$ 10,97 milhões para Projetos de ERD e R\$ 13,14 milhões para Renovações.

Às fls. 4.082-4.085, a UFF avalia a projeção das projeções da CEG com os dados históricos e conclui: nos fixos, que a única discrepância relevante é em relação as redes auxiliares. No total geral, os valores são 28,0 % (vinte e oito por cento) maior, nos variáveis as divergências são em relação as novas redes MP/BP e novos ramais. Em relação ao montante há um acréscimo de 35 % (trinta e cinco por cento). A tabela 17, apresenta, às fls. 4.085, um acréscimo no custo de captação de novos clientes de 23,0 % (vinte e três por cento).

Às fls. 4.085-4.086, a UFF indica que o GT avalie o investimento singular referente a AMBEV. Quanto aos fixos, sugere a adoção dos mesmos do ciclo anterior. Quanto aos variáveis, que estes sejam os mesmos por cliente do ciclo anterior e, portanto, havendo uma necessidade de redução.

Sumarizando as recomendações, a UFF, às fls. 4.087, recomenda os seguintes investimentos para o próximo ciclo: R\$ 75,1 milhões para os singulares; 595,2 milhões para os fixos e 417,6 milhões para os investimentos variáveis. O montante total seria da ordem de R\$ 1.087,8 milhões o que representa -19,0% (menos dezenove por cento) daquele proposto pela CEG.

9. Custos Operacionais (OPEX)

A UFF reporta que a CEG no período anterior apresentou uma elevação de 5,2 % dos custos operacionais, já descontada a inflação medida pelo IGPM, índice de reajuste do contrato de concessão.

Às fls. 4.088, a Consultoria demonstra, utilizando agora os dados de 2017, que o OPEX atingiu o valor 496 milhões (base - 2016), dos quais 54,0 % (cinquenta e quatro por cento) de despesas operacionais, 9,7 % (nove inteiros e setenta centésimos por cento) em serviço a clientes, 9,0 % (nove por cento) de atividade comercial, 7,6 % (sete inteiros e sessenta centésimos por cento) em



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

conservação e manutenção. Somado a isso, 26,8 % (vinte e seis inteiros e oitenta centésimos por cento) com despesa de pessoal e 15,6 % (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento) com perdas. Os destaques de aumento foram aluguéis que aumentaram 27,5 % (vinte e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) e perdas que aumentaram 33 % (trinta e três por cento). O OPEX detalhado do ciclo anterior da CEG, está apresentado, às fls. 4.089.

Às fls. 4.090, a UFF compara o OPEX projetado para o último ciclo com o OPEX realizado. O resultado 2013 (-6 %); 2014 (-19 %); 2015 (-29 %); 2016 (-2 %).

A UFF recomenda a estabilidade dos valores do OPEX em relação ao realizado do último ciclo, tendo em vista a projeção da base de clientes para o ano de 2022, que deverá atingir o patamar de 1,08 milhões de clientes.

A UFF lista, às fls. 4.099-4.100, uma série de gastos que devem ser revisados: Jurídicos, Consultorias e Outros Serviços, Publicidade, Propaganda e Relações Públicas, Despesas de Viagem, Gastos com Atividade Comercial, Leitura de Medidores e Envio de Faturas, Serviços de Tele Atendimento, Subscrições e Outros Serviços, Colaborações Externas, Custo de Pessoal Expatriado e Provisões. Em relação ao gastos jurídicos, a UFF recomenda reconhecer o menor valor anual do último quinquênio, atualizado pelo IGPM. Alguns gastos foram suprimidos, na visão da UFF, pois os mesmos são vinculados ao controlador estrangeiro e não deve ser arcado pela tarifa. Quanto as provisões, a Consultoria recomenda adotar a média atualizada do ciclo anterior. O consolidado desta análise se encontra, às fls. 4.102, na tabela 28.

10. Base Regulatória de Ativos (BRA)

A UFF, primeiramente ressalta a importância deste item, que está entre as principais tarefas da regulação econômica. Na sequência, a UFF apresenta o dispositivo legal do contrato de concessão que define a BRA, e cita o artigo 4º, item a, da Deliberação AGENERSA nº 371/2009, que deve ser implementada como aditivo contratual.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A depreciação dos ativo imobilizado se dará respeitando os prazos citados nos itens a) e b) das fls. 4.104, e o prazo de depreciação é de 20 (vinte) anos conforme a Cláusula Sétima, § 8º, do Contrato de Concessão.

A atualização dos ativos também devem seguir as regras estabelecidas no item 7.2, às fls. 4.104. Pelo IGPM, mas variando conforme as datas especificadas na Cláusula Sétima, § 8º, do Contrato de Concessão.

Ainda sobre a BRA, a UFF retira o montante de R\$ 113 milhões da base para evitar a duplicidade de lançamentos. A lista destes ativos se encontra acostada, às fls. 4.111-4.113.

Em virtude da discussão da validade e da existência do III TA, que foi contestada na Audiência Pública, a UFF considerou 2 (dois) cenários, tabela 30 e 31, uma com a inclusão dos efeitos do III TA e o outro sem estes efeitos.

Na tabela 30, com os efeitos, às fls. 4.114, o valor inicial da base é de R\$ 3.411,10 milhões (base dez/2016).

Na tabela 31, sem os efeitos do III TA, o valor inicial da base é de R\$ 3.218,78 milhões (base dez/2016).

11. Compensação de Investimentos Não Realizados

A UFF inicia sua explicação a partir do valor dos investimentos aprovados para o ciclo 2013-2017, cujo o montante era de R\$ 1.548 milhões. (base/dez/2016). Desta maneira, como a CEG investiu o valor de R\$ 1.297 milhões, houve um desinvestimento de R\$ 251 milhões, que representa 16,0 % (dezesseis por cento) menor que o projetado.

Com a discussão do III TA ainda não pacificada à época em que a UFF emitiu o relatório, esta apresentou duas situações de desinvestimento, conforme tabela 34, às fls. 4.116. Onde, se considerado o III TA como abatimento de investimento, o desinvestimento passaria a somar 69 milhões.

Além dos valores a serem abatidos, existe ainda a questão de qual metodologia empregar para o abatimento dos investimentos não realizados. A



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

CEG em sua proposta utiliza a metodologia da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

A UFF se declara "de acordo" com a mesma, desde que esta seja capitalizada.

Após esta consideração, a UFF aponta o valor de R\$ 95,1 milhões, que inclui a capitalização entre 2012-2017, ao invés do valor proposto pela CEG sem capitalização, qual seja, R\$ 59,7 milhões, conforme se observa, às fls. 4.117.

Como à época, haviam dúvidas em relação ao III TA, como já reiterado acima, a UFF elaborou os cálculos para considerar os valores a serem devolvidos sem os efeitos do III TA. A UFF apresenta o valor de R\$ 124,7 milhões, ao invés do valor que seria proposto pela CEG, de R\$ 78,3 milhões (sem capitalização).

12. BRA - Comparação Demonstrativos Financeiros x Base EMOP.

O ponto mais importante que se extrai do relatório, às fls. 4.118, é a diferença entre os investimentos que constam das demonstrações financeiras e o valor informado na proposta da CEG. A UFF recomenda maior grau de informação no registros da CEG.

As comparações dos valores informados contabilmente com as bases EMOP foram compatíveis quando havia a possibilidade de apuração. A UFF cita algumas contas que puderam ser apuradas.

13. Manifestação da CEG após o informe da publicação do relatório 4 da UFF.

As fls. 4.137- 4.141, através da Carta PRESI-012/2018, de 21/08/2018, a CEG, confirma o acesso ao Relatório 4 da UFF em 20/08/2018 e relata que, conforme cronograma, está previsto prazo para as Concessionárias complementarem ou alterarem as propostas técnicas. O prazo de 10 (dez) dias para a conclusão desta atividade, no entender da CEG é "demasiado curto" e no parágrafo seguinte reforça sua posição em relação ao prazo afirmando que



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

"... a celeridade não é algo que se coaduna com a extrema complexidade dos processos revisionais, ... Apressar este processo, sem que seja ofertado o contraditório de forma efetiva e prática poderá causar prejuízos irreparáveis a Concessão e a prestação do serviço concedido."

Às fls. 4.138, relata alguns pontos de incerteza no relatório 4 da UFF, na visão da CEG, como a seguir:

13.1. Taxa de Remuneração - comenta sobre a proposta da UFF recomendar a adoção da metodologia WACC. Também rechaça a posição da ABRACE que entende que a troca de metodologia de CAPM para WACC não requereria Aditivo Contratual. Lista alguns exemplos da ANEEL (mas não cita a data que estes índices foram calculados) e aventa em uma nova TRC que seria aceitável na visão da CEG, qual seja, 10,90 %.

13.2. III TA (Termo Aditivo)

Ainda, às fls. 4.138, a CEG relata sua surpresa em relação o posicionamento da UFF em abordar o referido tema sempre considerando 2 (dois) cenários, um com o III TA e outro sem os efeitos do III TA nas tarifas. Alega que esta postura da Consultoria causa incertezas e que "...até então totalmente desconhecida pelas Concessionárias, tendo em vista que a redação do Aditivo é bastante clara em relação a este reconhecimento...", cita também que a CAPET, em resposta à indagação efetuada pela PGE, reconhece que tal reconhecimento deve ser realizado. E finaliza alegando que a Consultoria estava desconhecendo o Contrato.

13.3. BRA (Base de Ativos)

Em relação a esta questão, a CEG alega que a UFF exclui uma série de ativos que estavam sendo remunerados desde o início da concessão, e que



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

estes na palavra da CEG, estavam "blindados" e que o não reconhecimento traria insegurança jurídico-regulatória. Mais uma vez, a CEG alega falta de tempo para estudar os dados (neste caso as planilhas Excel), e remete no texto, uma possível violação dos Princípios Constitucionais da Ampla Defesa e Contraditório.

13.4. Perdas de Gás

A CEG não foi muito explícita neste relato, mas alega que a revisão proposta pela UFF introduz incertezas e que viola o Contrato de Concessão.

13.5. Investimentos

A CEG se rebela com a proposta da UFF quanto a, especificamente, os investimentos singulares. A UFF entende que só devem ser incluídos, no rol de investimentos, aqueles em que sua execução seja certa. Os demais, sugere que sejam incluídos através de Revisão Extraordinária. A CEG alega que esta postura da UFF indica desconhecimento contratual por parte da Consultoria.

13.6. Demanda

A CEG rebate a proposta da UFF, especificamente em relação a demanda termelétrica. Cita que a sugestão de gatilho ou revisão de distorções através de revisões extraordinárias são contra os Princípios da Publicidade, da Transparência e Participação Social.

13.7. Custos Operacionais (OPEX)

Quanto a este ponto específico, a CEG manifesta sua discordância em relação a proposta da UFF em criar uma metodologia para fixar os gastos



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

jurídicos. Se opõe a sugestão da UFF, para que o GT (Grupo de Trabalho) avalie despesas que estavam vinculadas aos controladores.

Em conclusão, às fls. 4.140-4.141, os últimos parágrafos da referida Carta, buscam justificar o pedido de maior prazo para resposta e citam que as discussões devem seguir um procedimento de reuniões entre o Regulador e a Concessionária, no sentido de aclarar os pontos ainda em discussão.

14. Manifestação da AGENERSA em relação aos pontos elencados acima

Às fls. 4.142, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 414/2018, de 21/08/2018, concede o prazo de 10 (dias) para a Concessionária elaborar seus comentários em relação ao Relatório 4 da UFF, e relembra que o tempo concedido para apreciação do Relatório 2 foi de 2 (dois) dias, e que naquela época, não houve contestações em relação ao mesmo. Apesar deste fato, a AGENERSA defere o prazo até o dia 30/08/2018 para a entrega desta nova manifestação da CEG.

Às fls. 4.144, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 415/2018, de 22/08/2018, após apreciação do Conselho Diretor, este entendeu ser possível a dilação do prazo em mais 10 (dez) dias, perfazendo prazo total para a resposta de 20 (vinte) dias, postergando, assim, o prazo para o dia 10/09/2018.

Esta informação em conjunto com o novo cronograma seria publicado no DOERJ.

Às fls. 4.146, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 416/2018, de 22/08/2018, esta AGENERSA remete a Casa Civil (Poder Concedente) o histórico do que havia sido decidido em Reunião Interna, em 22/08/2018, e manifesta sua estranheza em ter a CEG se dirigido à Casa Civil para solicitar ainda mais prazo do que aquele concedido. Informa que a prorrogação de prazo pleiteada, bem como a da CEG, foram reavaliadas e o CODIR optou em manter o prazo de 10/09/2018, que perfaz os 20 (vinte) dias concedidos de dilação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Destaca, neste Ofício, a AGENERSA, que sempre "primou" pela garantia dos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

Após algumas remessas de documentos, às fls. 4.152, cópia da publicação do novo cronograma no DOERJ. Nesta publicação foi fixada a data de 03/10/2018, para que fosse realizada uma nova Audiência Pública, no sentido de discutir, a proposta revisada da Concessionária e do Relatório 4 da UFF.

Posteriormente, às fls. 4.168, é acostado o Ofício AGENERSA/PRESI nº 415/2018, de 22/08/2018, postergando a data de entrega dos comentários da CEG ao Relatório 4 da Consultoria, para o dia 29/08/2018. Apenas para registro, a numeração do Ofício está coincidente com um anteriormente citado acima, fato este que não interfere em nada, em relação a análise e ao prosseguimento do feito.

Às fls. 4.172, foi anexada lista de presença da reunião realizada na AGENERSA, em 28/08/2018.

Às fls. 4.179, Carta PRESI-013/2018, de 30/08/2018, a CEG agradece a participação na reunião de 28/08/2018, e cita que gostaria de registrar que "muitos esclarecimentos foram prestados em relação as dúvidas levantadas anteriormente, e solicita adiamento da entrega da proposta revisada até o dia 28/09/2018, por razões decisórias e societárias, que obrigam deliberações em AGE, pelos acionistas".

Às fls. 4.192, Ofício da Casa Civil, nº 897/2018, de 20/08/2019, onde o Poder Concedente solicitava a postergação da proposta revisada da CEG para 45 dias, da data de 23/08/2018. Este Ofício, está acima citado, em alguns Ofícios emitidos pela PRESI/AGENERSA.

15. Manifestação da PETROBRAS em relação ao Relatório 4 da UFF

Às fls. 4.198, a PETROBRAS através da Carta GIA-RGN/ARX 0522/2018, de 17/09/2018, exerce seu direito de se manifestar como parte interessada e



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls. 5702
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

coloca suas posições em relação ao Relatório 4 da UFF, ao qual tece alguns comentários elogiosos ao trabalho da Consultoria, nas exatas palavras " ... as considerações da UFF são pertinentes e adequadas, apresentando um estudo detalhado da proposta... de forma técnica e razoável". Também diverge de alguns pontos, como a seguir:

15.1. Lei do Gás

A PETROBRAS faz crítica em relação ao Relatório, de que o mesmo não abordou o tema que a PETROBRAS levou para as Consultas Públicas nº 04 e 05/2018, bem como, na Audiência Pública nº 01/2018, às fls. 4.200.

A PETROBRAS cita o artigo 1º, da Deliberação AGENERSA nº 3.164/2017, alterado pela Deliberação AGENERSA nº 3.244/2017, onde aprovou desconto de 22,5 (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) nas margens das Concessionárias para novos empreendimentos classificados como autoprodutores e autoimportadores, atendidos por ramais específicos e exclusivos, conectados diretamente a um ponto de um gasoduto de transporte. Adiante, se refere ao artigo 2º, da mesma Deliberação, citando que o dispositivo remete a discussão e análise desta redução, para a 4ª Revisão Quinquenal em curso.

15.2. Demanda

As fls. 4.199, a PETROBRAS alega que a UFF não abordou o tema do excesso de demanda termelétrica, que resultou em um ganho acumulado no período de R\$ 587 milhões, 619 % (seiscentos e dezenove inteiros por cento), face ao valor previsto de R\$ 82 milhões, gerando uma receita não prevista de R\$ 505 milhões no ciclo anterior. Solicita que estes ganhos sejam compensados e direcionados especificamente ao setor termelétrico.



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls. 5203
ID: 5018.246.3 Rubrica: 6

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 4.213, a PETROBRAS complementa a sua última manifestação, através da Carta GIA-RGN/ARX 0546/2018, de 26/09/2018 como a seguir:

15.1. Complemento - Além do acima reportado a PETROBRAS acresce algumas informações que não constavam do documento anterior. Alega que a discussão do ramal dedicado já havia sido remetida à 3ª Revisão Quinquenal, através da Deliberação AGENERSA nº 1.250/2012 e o tema não foi concluído.

15.2. Complemento - Da mesma maneira do item anterior a PETROBRAS agrega outras informações, de que o volume termelétrico já havia sido tema de questionamento na 3ª Revisão Quinquenal e que, no seu entendimento, o que se passou no ciclo anterior poderia estar acontecendo outra vez. A subestimação do despacho termelétrico que onera os consumidores, caso esta previsão não seja realizada. A sugestão deixada pela PETROBRAS é que a AGENERSA adote metodologia para que esta seja neutra para o cálculo tarifário. Sugere tarifas específicas para os ramais dedicados o que reduziria a volatilidade da demanda. Estas tarifas estariam vinculadas aos custos inerentes a estas instalações.

Na sequência, temas não tratados na Carta anterior:

15.3 Estrutura Tarifária

A PETROBRAS solicita que seja explicitado, nas fórmulas apresentadas para o segmento, a redução de 1,9 % referente ao desconto concedido através da Deliberação AGENERSA 3.243/2017.

15.4. Investimentos

Em relação a este item, a PETROBRAS, manifesta sua concordância com a sugestão da UFF de somente incluir os investimentos singulares que tenham a certeza de serem executados e, deixando para Revisão Extraordinária, aqueles que surgirem no percurso do ciclo e que não puderem aguardar a próxima



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

revisão. Justifica esta solicitação por constatar que os investimentos, no ciclo anterior, não atingiram ao patamar projetado. Solicita também, que estes sejam compensados.

15.5. Compensação de Investimentos Não Realizados

Solicita também, que estes sejam compensados, conforme explicitado, às fls. 4.217.

15.6. Custos Operacionais (OPEX)

Às fls. 4.217-4.218, a PETROBRAS discorre sobre vários aspectos, dentre eles: custos operacionais projetados para o ciclo anterior abaixo do projetado, onerando tarifas do ciclo; necessidade da implementação do FX, já objeto de Deliberação; necessidade de criação de mecanismo de incentivo à redução de perdas; Gasodutos Virtuais com aprovação prévia e estudo da viabilidade; Retirada de contas de gastos que não sejam coerentes de serem pagas pelas tarifas e reavaliação de algumas outras que estão muito elevadas conforme a constatação da UFF.

15.7. BRA (Base Regulatória de Ativos)

Às fls. 4.218, a PETROBRAS alerta sobre providências que deveriam ser tomadas e que foram constatadas no Relatório 4 da UFF: revisão e adequação do plano de contas no sentido para torná-lo um instrumento de fácil avaliação e identificação; a retirada de R\$ 113 milhões de gastos operacionais mas que estão na BRA. Solicita também maior transparência por parte da Concessionária e uma fiscalização mais efetiva e criteriosa por parte do regulador. Solicita que itens duvidosos sejam retirados.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

15.8. TRC (Taxa de Remuneração do Capital)

A PETROBRAS endossa os dados da UFF, por serem mais críveis, segundo seu entendimento, e mais adaptados à Conjuntura Econômica Atual, bem como mais alinhados ao que outros reguladores deliberaram.

16. Manifestação da ABRACE em Relação ao Relatório 4 da UFF

Às fls. 4.220, a ABRACE remete documento, datado de 27/09/2018, onde apresenta suas contribuições em relação às Consultas Públicas referentes à 4ª Revisão Quinquenal CEG. Cita nesta correspondência que o prazo foi exíguo por não ser proporcional a complexidade do tema, mas que estes eventos são fundamentais para a diminuição do nível de assimetria de informações entre os interessados no assunto. Neste documento solicita que o prazo seja prorrogado por uma semana, e que de 08/10/2018, este passe para 15/10/2018.

L - REVISÃO DA PROPOSTA DA CEG PARA A 4ª REVISÃO QUINQUENAL

Às fls. 4.240, a CEG encaminha à AGENERSA, a PRESI -017/2018, de 28/09/2018, a Complementação/Revisão da Proposta da 4ª Revisão Quinquenal da CEG.

1. TRC (Taxa de Remuneração de Capital)

A Nova proposta apresenta a TRC de 10,87 % (dez inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) e com suas partículas componentes com os seguintes valores: Taxa Livre de Risco = 5,12 %; Beta = 0,5365%; Prêmio de Risco = 6,94 %; Risco Brasil = 4,04 %; Inflação Americana de 1,82 %.

2. Demanda



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Primeiramente a CEG esclarece que não incluiu a retroatividade de 3,60 (três inteiros e sessenta por cento) conforme a Deliberação nº 1.881/2013 e nº 2.035/2014.

Às fls. 4.246, a CEG reduz a captação de clientes 360 mil para 341 mil clientes no próximo ciclo. Informa que mesmo assim, ainda há um acréscimo se comparado o crescimento no ciclo anterior que foi de 310 mil captações, conforme pode ser observado no consolidado, Tabela 3, às fls. 4.255, isto não quer dizer que o número de clientes crescerá nesta proporção, conforme pode ser constatado, na tabela 5, às fls. 4.256. O crescimento real, s.m.j, é de 115.225 clientes no ciclo. Em relação aos volumes, as previsões da UFF e da CEG são quase idênticas, conforme gráfico 1.

No segmento comercial, a CEG reduziu de 7.7 mil para 5.4 mil clientes, mas informa que mesmo assim, a previsão é 30 % (trinta por cento) maior que o ciclo anterior. A previsão em volume que anteriormente era compatível com a da UFF, nesta revisão é bem mais baixa e estagnada. Na tabela 3 consolidada, o número real de crescimento de clientes é de 2.588 clientes no ciclo, s.m.j.

No segmento industrial a UFF e a CEG se alinham na expectativa de queda até o Relatório 4, mas a CEG reduz, ainda mais, a previsão na revisão, conforme expresso no gráfico 4, às fls.4.250.

No segmento veicular, a CEG adota a projeção do Relatório 4 da UFF e, nesta revisão, se alinha pela primeira vez as previsões da Consultoria. Está expressa esta situação, no gráfico 5, às fls. 4.252.

Em relação as projeções das Térmicas, em Milhões de m³/dia, segundo o Gráfico 8, às fls. 4.255, são de : 2018 - 8 milhões; 2019 - 2,24 milhões; 2020 - 2,314 milhões; 2,201 milhões; 2022 - 3,314 milhões.

Por fim, ainda vale relatar alguns esclarecimentos efetuados pela CEG, de que havia equívoco, anteriormente, quando a mesma fixou o valor de R na fórmula das termelétricas em 1,0, para todas as termelétricas. A CEG esclarece que varia conforme cada contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A CEG ainda esclarece um questionamento efetuado pela PETROBRAS, em relação ao desconto de comercialização da Deliberação AGENERSA nº 3.243/2017, onde fixa desconto de 1,9 % (um inteiro e noventa centésimos por cento). Afirma e lista as UTEs, que já tem este desconto, desde 2019, às fls. 4.258.

3. Custos Operacionais (OPEX)

Quanto a este aspecto, a Concessionária explica suas reduções em virtude da nova previsão de demanda e, em relação ao custos de GNC (base-dez/2016), apresenta tabela com os dados a seguir: Transporte = (0,5 R\$/m³); Compressão = (17.457,82 R\$/mês); Descompressão (17.457,82 R\$/mês); Transporte = (R\$ 4,94 R\$/Km); Molécula (4,94 R\$/Km). A CEG inclui os custos de clientes de grande porte, que anteriormente não havia citado.

Às fls. 4.264-4.270, a CEG esclarece uma série de questões que a UFF levantou no Relatório 4, em relação a algumas rubricas específicas.

Às fls. 4.275, a Concessionária apresenta através da tabela 10, o consolidado do OPEX (dez/2016) para o novo ciclo como a seguir: 2018 (R\$ 545,13 milhões); 2019 (R\$ 554,81 milhões); 2020; (R\$ 567,12 milhões); 2021 (R\$ 573,23 milhões); 2022 (R\$ 582,50 milhões).

4. Perdas

Em relação a esta questão a Concessionária mantém sua projeção de perdas para o novo ciclo de 2018-2022, no patamar médio de 2,8 % (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) e relata que está dentro do limite máximo, fixado pelo contrato de Concessão, que é de 3,0 % (três por cento).

5. Investimentos



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 4.276, a CEG apresenta a tabela 11 com o consolidado de investimentos, base-dez/2016: 2018 (R\$ 152,95 milhões); 2019 (R\$ 157,16); 2020 (R\$ 184,78 milhões); 2021 (R\$ 172,74 milhões); 2022 (R\$ 165,37 milhões).

Em relação aos investimentos singulares, os valores (base dez/2016) apresentados totalizaram R\$ 51,62 milhões. Destes foram reservados: R\$ 9,5 milhões, para Reforço de Rede Santa Cruz; R\$ 8,98 milhões para Estação de GNC; R\$ 4,92 milhões para Projetos ERD e R\$ 28,22 milhões para Renovação.

Itens excluídos foram AMBEV e Biometano (este por não haver Aditivo Contratual).

Às fls. 4.279, tabela 13, são apresentados os investimentos fixos, base-dez/2016: 2018 (R\$ 59,43 milhões); 2019 (R\$ 72,96 milhões); 2020 (R\$ 86,57 milhões); 2021 (84,59 milhões); 2022 (R\$ 77,65 milhões).

Às fls. 4.280, os investimentos variáveis, base-dez/2016, como a seguir: 2018 (R\$ 85,67 milhões); 2019 (R\$ 77,52 milhões); 2020 (R\$ 76,82 milhões); 2021 (R\$ 77,54 milhões); 2022 (R\$ 82,63 milhões).

6. BRA (Base de Ativos)

Às fls. 4.281, a CEG apresenta o valor considerado para sua base de ativos, dez/2016, no valor de R\$ 3.551,27 milhões.

7. Compensação de Investimentos Não Realizados

Às 4.283, a CEG apresenta o valor total Deliberado (valores base dez/2016) do ciclo 2013-2017, de R\$ 1.548 milhões. Abaixo apresenta o valor de R\$ 1.366 milhões sem gasodutos do III TA. Abaixo o realizado de R\$ 1.305 milhões. Às fls. 4.284, apresenta o valor não realizado de R\$ 59,66 milhões, e a capitalização do mesmo a 2018, onde se atinge o montante de R\$ 95,03 milhões, todos os valores expressos na Tabela 17.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Na sequência a Concessionária relata a aceitação da UFF em relação a metodologia desenvolvida pela FGV e relata que deveria ser efetuada a devolução da diferença defendida pelo Deloitte, superada pelo novo entendimento.

Mas adiante, a CEG cita o artigo 3º, da Deliberação AGENERSA nº 1.975/2013, que altera por autotutela a redação do artigo 7º, que passaria a determinar a compensação de valores na próxima Revisão Quinquenal (4ª), e a aplicação retroativa ao ciclo (2013/2017).

8. JCP (Juros de Capital Próprio)

Às fls. 4.285, a CEG apresenta, na tabela 18, as projeções (base dez/2016) para este item, no Quinquênio como a seguir: 2018 (R\$ 25,5 milhões); 2019 (R\$ 30,6 milhões); 2020 (R\$ 29,8 milhões); 2021 (R\$ 29,0 milhões); 2022 (R\$ 28,3 milhões).

9. Depreciação

Às fls. 4.285, a CEG apresenta, na tabela 19, as projeções (base dez/2016) para este item no Quinquênio como a seguir: 2018 (R\$ 189,35 milhões); 2019 (R\$ 191,55 milhões); 2020 (R\$ 197,06 milhões); 2021 (R\$ 200,68 milhões); 2022 (R\$ 204,61 milhões).

10. Compensação de Retroatividade da 3ª Revisão Quinquenal

Mantido o mesmo valor da proposta inicial, de R\$ 25,18 milhões base dez/2016, às fls. 4.286.

11. Compensação de Custos Autorizados pela Agência Reguladora



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Mantido o mesmo valor da proposta inicial, de R\$ 3,65 milhões base dez/2016, às fls. 4.286.

12. III TA (Terceiro Termo Aditivo)

Às fls. 4.286, apenas transcrevo, *in literis*, o que a CEG apresenta como interpretação do III TA, "...Tendo em vista que a UFF, em seu Relatório 4, apresenta um cenário considerando a possibilidade de não reconhecimento do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, no qual não inclui o pagamento da outorga compensatória na base remuneração de ativos, para fins de fixação de tarifa. A Concessionária ressalta que tal hipótese desconsidera ato jurídico perfeito...", e na sequência apresenta o texto do item 2.1.2 da Cláusula Segunda do referido III TA. Mais adiante cita o § 7º, da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, correlacionando a operação da outorga com o evento ocorrido à época da Desestatização. Cita que o valor da outorga corresponderia ao "valor mínimo" e cita no item 2 " ...O valor pago pela outorga do novo direito originado pela celebração do 3º Aditivo Contratual". Cita também, o valor pactuado de R\$ 152,49 milhões. Acrescenta ainda que "...em relação ao 3º Aditivo Contratual, cabe ressaltar que os valores dos investimentos em gasodutos, objeto do referido Aditivo, bem como sua correspondente contraprestação não serão objeto de reequilíbrio econômico financeiro, conforme itens 2.1 e 2.1.4 da Cláusula Segunda do citado aditivo, sendo desconsiderados para o cálculo da compensação dos Investimentos não realizados no quinquênio anterior...".

Por fim, não se pode deixar de registrar um trecho da argumentação da CEG, que é o cerne do que se está discutindo aqui, "...O Terceiro Aditivo inovou na previsão de outorga...".

13. Índice de Reposicionamento Tarifário - "m"



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

O referido índice de reposicionamento tarifário, está expresso na tabela 20 e a nova proposta da CEG indica o valor de 0,9699, o que leva a uma redução na margem de 3,01 % (três inteiros e um centésimo por cento).

14. Estrutura Tarifária

Às fls. 4.290-4.291, a CEG apresenta as alterações de margens e de nomenclaturas, além da supressão ou expansão de alguns segmentos de consumo.

A partir, das fls. 4.292- 4.352, a CEG disponibiliza todos os anexos conforme descrição desta página original.

M - CONTRIBUIÇÕES EM CONSULTA PÚBLICA - PERÍODO ABERTO CONCOMITANTEMENTE À SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 03/10/2018.

1. PETROBRAS

A PETROBRAS lançando mão do seu direito de opinar, mais uma vez neste período, encaminha a Carta GIA-RGN/ARX 0567/2018, de 08/10/2018, às fls. 4.370.

1.1. Taxa de Remuneração

Se alinha a consideração da UFF em relação a taxa de Risco Brasil, onde o período adotado é o dos últimos 10 (dez) anos.

1.2. Demanda



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A PETROBRAS destaca que mesmo que a CEG tenha implementado nova demanda na sua revisão de proposta, entende que a demanda ainda está subestimada, principalmente em relação aos despachos zero para as UTEs Santa Cruz e UTE Barbosa Lima Sobrinho, a partir de 2019. Para suportar sua tese, informa que acosta a Carta da ONS 254/DGL/2018, de 24/08/2018, que afirma que alguns fatores estão contribuindo para maiores débitos, e informando que utilizará o despacho fora de ordem, isto é, quando o fator de CVU não é considerado como o fator preponderante da análise. Cita que MME está tomando providências para viabilizar o despacho de UTEs que hoje não são viáveis.

Às fls. 4.374, a PETROBRAS reitera seus argumentos anteriores em relação ao volume termelétrico subestimado.

1.3. Custos Operacionais (OPEX)

A PETROBRAS inicia com a seguinte frase: "... Pareceu-nos contraditório a complementação da CEG que aumentou os custos operacionais ao mesmo tempo que diminuiu os investimentos e a projeção de captação de clientes..."

Cita também, que a Concessionária usa o argumento de aumento de provisões por captar clientes em áreas mais carentes. Dessa maneira está provisionando mais com inadimplência.

1.4. Investimento

A PETROBRAS neste ponto, diz que a forte diminuição de investimentos sem justificativas, "...coloca em questão sobre a razoabilidade do montante original..."

Cita também a grande redução em investimentos variáveis de R\$ 720 milhões para R\$ 380 milhões e os fixos de R\$ 513 milhões para 400 milhões, indicando superestimação dos valores propostos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

1.5. BRA

Às fls. 4.373, a PETROBRAS pede, como nos itens acima, maior fiscalização da AGENERSA e maior transparência da CEG para que ônus não seja transferido para os usuários.

1.6. Lei do Gás - Ramal Dedicado e Desconto da Taxa de Comercialização

Como a PETROBRAS apenas reforça as mesmas premissas anteriormente já relatadas, não será detalhado este ponto.

1.7. Cálculo da Margem de Reposicionamento "m"

A PETROBRAS atribui as fortes discrepâncias apresentadas pelos vários interessados, a falta de transparência da CEG e da falta de acompanhamento criterioso desses dados pela Agência Reguladora.

Às fls. 4.376-4.384, o documento da ONS (Operador Nacional do Sistema), que é anexado a Carta supracitada, logo acima, da PETROBRAS.

2. PODER CONCEDENTE

Às fls. 4.385 e 4.568, Ofício CASA CIVIL nº 1037/2018, de 08/10/2018, alerta sobre a não inclusão dentre os investimentos singulares das UTEs Novo Tempo, UTE Açu II e a UTE Vale Azul II, que serão ligadas à rede, no novo ciclo, para a CEG- RIO (não é objeto deste feito) e pela exclusão da projeção de investimento de Biometano, com o argumento que havia necessidade de Aditivo Contratual, argumento este que não procede, conforme Lei Estadual 6.361/2012.

Reforça o Poder Concedente, mais uma vez, que é essencial dotar o Rio de Janeiro de tarifas competitivas para atração de novos investimentos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 4.616, Ofício AGENERSA/PRESI nº 513/2018, de 15/10/2018, solicitando o encaminhamento do Projeto base da UTE Vale Azul II.

Às fls. 4.617, Ofício AGENERSA/PRESI nº 514/2018, de 15/10/2018, solicitando o encaminhamento do Projeto base da UTE Novo Tempo.

Às fls. 4.774, Ofício AGENERSA/PRESI nº 547/2018, de 24/10/2018, reforçando a necessidade de manifestação da CEG em relação ao Ofício AGENERSA/PRESI nº 449/2018, de 10/10/2018.

Às fls. 4.798-4.800, a CEG, através da Carta PRESI-019/2018, de 26/10/2018, envia a AGENERSA, as informações solicitadas no dois Ofícios citados acima, onde relata que "...As usinas Novo Tempo II (GNII), Porto Açu III e Vale Azul II, atualmente os três empreendimentos do ERJ com vitórias em leilões de energia...", na sequência apresenta um quadro com cronograma, onde demonstra o início de operação previsto para cada UTE como a seguir: Novo Tempo (01/20121); Porto do Açu II (01/2023) e Vale Azul II (01/2023). Complementa as informações, esclarecendo que se os contratos forem firmados, seguirão a orientação das Deliberações AGENERSA nº 257/2008 e 1.250/2012. Quanto o impacto da entrada de operação, explica que a projeção de demanda foi efetuada conforme os dados apresentados pela PSR e, portanto, mesmo que estas entrem em operação, seriam em substituição de outras com CVU (custo variável unitário) maior. E finaliza: "...a Concessionária entende que, por prudência e em prol da modicidade tarifária, não é cabível considerar as três termelétricas para o cálculo da margem da 4ª Revisão Quinquenal...".

2.1. MARLIM AZUL - Projeto Base - Apresentação

Às fls. 4.728-4.771, a MARLIM AZUL ENERGIA S.A. envia em 18/10/2018, o Projeto Básico de sua UTE, a esta AGENERSA, conforme solicitado através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 513/2018.

2.2. MANIFESTAÇÃO DA CEG SOBRE AS UTEs - NOVOS INVESTIMENTOS



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 4.884, a CEG remete a DIRPIR-121/18, de 19/11/2018, esclarecendo as questões levantadas pelo Poder Concedente em relação a novas UTEs.

Às fls. 4.887, elenca as razões de não considerar a inclusão do Projeto de Biometano.

Às fls. 4.889, na Tabela 2, a CEG atende a solicitação do Poder Concedente e inclui os valores para Marlim Azul (R\$ 80 milhões) e GNA (R\$ 20 milhões).

Às fls. 4.890, esclarece pontos suscitados em relação a molécula de gás e custo de comercialização que já estão contemplados nas Deliberações AGENERSA nº 3.243/2017 e 3.244/2017.

O desconto de 1,9 %, só é aplicado para supridores de gás diferentes daquele que fornece gás para as Concessionárias. Cita a Deliberação AGENERSA nº 3.243/2017 que define estas regras.

Quanto ao ramal dedicado, entende que os descontos são fixados no curso das Revisões Quinquenais para não gerarem impacto no equilíbrio econômico financeiro da Concessão e cita que o tema está sendo especificamente tratado no bojo do processo E-12/020.334/2010.

Às fls. 4.895, a CEG explica que, como fixado na Deliberação AGENERSA 3.244/2017, os ramais dedicados de Usinas termelétricas já existentes, o desconto é de 1,0 % (um inteiro por cento) por ano de operação do empreendimento.

Às fls. 4.896, a CEG demonstra que as UTEs já operam com descontos, segundo o fator R, da fórmula de termelétricas.

Por fim, apresenta às fls. 4.898-4.903, as margens com as alterações já efetuadas e as alterações na estrutura tarifária e, na sequência, às fls. 4.904-4.917.

Às fls. 4.918, através da CI PRESI/AGENERSA nº 688/2018, de 22/11/2018, solicitação para que a DIRPIR -121/18, às fls. 4.919-4.957, seja



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5716
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

disponibilizada no site da AGENERSA e que esta publicação seja informada via DOERJ.

As fls. 4.958, a publicação no DOERJ, de 27/11/2018, da manifestação da CEG em relação ao Plano de Investimentos Revisados (UTES) e em relação ao Tratamento Tarifário dos Consumidores Livres.

As fls. 5.126, através da DIREG-014/19, de 09/01/2019, se manifesta em relação aos pontos levantados pela PETROBRAS INP ARX 0006/2018, de 19/11/2018. Remete a questão da PETROBRAS em relação a tarifa de ramal dedicado à Deliberação AGENERSA nº 3.244/2017, e cita que já está deliberado lá, a metodologia.

Em relação a Retroatividade de descontos, a CEG cita que, já informou à PETROBRAS, através da Carta GECOE-016/2018, a necessidade de negociação de novos contratos que reflitam a situação vigente.

Em relação a UTE BLS, a CEG esclarece que não se trata de ramal dedicado já que a mesma é atendida por ramal da Concessão.

2.3. PETROBRAS

2.3.1 Lei do Gás

AS fls. 5.058, através da correspondência INP 0006/2018, de 07/12/2018, se manifesta, primeiramente, sobre a presunção de constitucionalidade da Lei do Gás, Lei 11.909/2009, citando que já houve análise por parte da AGENERSA e da PGE. Reforça ainda, sua discordância em relação ao tratamento desta questão pela AGENERSA e pela UFF no âmbito da Revisão Quinquenal e que, para a PETROBRAS, não é só uma questão de desconto, mas um tratamento diferenciado como fixado na Lei do Gás. Cita que a tarifa deveria representar, especificamente, o OPEX e CAPEX de cada empreendimento.

Solicita que a taxa de desconto para comercialização seja revisada, Deliberação 3.163/2017, já que está em curso uma Revisão Quinquenal. Se



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

rebelar, também, em relação a não cumulatividade das taxas de desconto. No texto deixa sua sugestão.

Cita a UTE BLS (Barbosa Lima Sobrinho), onde em seu entendimento, o desconto praticado não está correto.

2.3.2. Investimentos

Em relação ao Biometano, a PETROBRAS se manifesta de acordo com a resposta da CEG ao Poder Concedente.

2.3.3. Demanda

Às fls. 5.061, se manifesta a favor da proposta de demanda da UFF exposta no Relatório 4.

2.3.4 Estrutura Tarifária

Solicita, apenas, que seja efetuado criterioso estudo em face da situação econômica do ERJ.

Às fls. 5.062-5.065, a PETROBRAS anexa alguns documentos que serviram de base para seus pleitos.

2.4. ABRACE

Às fls. 5.067, a ABRACE envia email datado de 07/12/2018, com as contribuições em relação ao Plano de Investimento e o Tratamento Tarifário dos Consumidores Livres.

Em relação aos novos investimentos Marlim Azul e (GNA) Gás Natural Açú II, a ABRACE cobra a documentação detalhando o incremento de R\$ 100 milhões. Alerta que Marlim Azul estará em operação em 2023 e solicita esclarecimentos do porquê de estar nesta Revisão.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A ABRACE solicita a extensão do desconto, Deliberação AGENERSA 3.244/2017, aos consumidores livres de outros segmentos e cita que o definido hoje está em desacordo com os Princípios da generalidade (universalidade), da isonomia e da impessoalidade.

2.5. ABIVIDRO

2.5.1. Novos Investimentos

Segundo a mesma linha argumentativa da ABRACE, informa que considerar investimentos de forma estimativa é temerário. Solicita a não inclusão deste novos investimentos na margem da distribuidora.

2.5.2. Demanda

Discorda da CEG, quando esta cita que a inclusão destas Termelétricas não alterarão a demanda. Nas palavras da ABIVIDRO: "...Inexoravelmente afetará o volume global...".

2.5.3. Lei do Gás

Cita a impropriedade da distinção de concessão de descontos com o artigo 36, da Lei de Defesa da Concorrência, Lei 12.529/2011. Cita que as Concessionárias pleiteiam adoção de medidas discriminatórias em evidente violação as disposições legais supramencionadas e ao espírito da Deliberação AGENERSA nº 3.244/2017.

Finalizando, a ABIVIDRO solicita que a AGENERSA absorva a retroatividade e solicita a publicidade dos Contratos de Gás, e se baseia na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

3. ABIVIDRO

Às fls. 4.516-4.541, a ABIVIDRO, em email remetido a esta AGENERSA em 10/10/2018, envia suas contribuições referente à CP (Consulta Pública) em referência. Os pontos da TRC, demanda, Investimentos, BRA, margem (m) e OPEX detalhados pela THYMOS já estão, mais adiante, no conteúdo da apresentação. Desta maneira, não serão repetidos.

Os pontos que a ABIVIDRO destaca para melhoria são: aperfeiçoamento da conta gráfica e do custo médio ponderado de capital (WACC), fiscalização dos investimentos no ciclo tarifário dos investimentos em GNC, enriquecimento na análise de contratos de compra de suprimento de gás e criação de nova metodologia para a revisão tarifária.

4. FIRJAN

Às fls. 4.542 envia por email, datado de 08/10/2018, a esta AGENERSA, sua contribuição em relação as novas propostas da CEG como a seguir. Antes a FIRJAN traça um perfil da conjuntura econômica vigente e ressalta a importância de aumento da competitividade deste mercado no Rio de Janeiro, pois é importante fomentador de empregos e de desenvolvimento, com atração de novos empreendedores.

4.1. Demanda

Às fls. 4.545, entende que a demanda não é condizente com a situação atual.

A FIRJAN solicita a AGENERSA que explicita nas tarifas, especificamente, na tabela tarifária, os valores com e sem impostos e o valor do preço do gás.

5. ABRACE



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 4.549, a ABRACE reafirma o que já vinha criticando, que é curto o espaço de tempo designado para que as manifestações e estudos sejam realizados. De outra mão, também, reconhece que a Consultoria contratada trouxe ao processo relevantes contribuições e desvendou algumas incoerências, o que vem a reforçar a necessidade de se dispor sempre da transparência nas comunicações com a sociedade.

Aborda o aspecto da conjuntura econômica e rechaça os valores propostos pela Concessionária por não estarem em linha com a realidade.

5.1 Indicadores Econômicos da CEG

A ABRACE aponta e destaca um dos indicadores apresentados pela UFF, qual seja, a Rentabilidade do Patrimônio Líquido, que é indicador que mais interessa aos acionistas, por representar o quanto está tendo de retorno o capital investido no negócio. Os valores do quadro apresentado são: 2013 (47,20%); 2014 (40,40 %); 2015 (30,00%); 2016 (18,70 %); 2017 (24,10%).

5.2 Custos Operacionais (OPEX)

Basicamente, neste ponto, destaca mais uma vez, a necessidade da implementação da Deliberação AGENERSA nº 2.726/2015, que aprova a fórmula deste indicador.

Em relação ao OPEX em si, a ABRACE sugere a adoção de um custo por cliente de R\$ 428,73 (base 2015). Cita que o OPEX deveria ser 12,0 % (doze por cento) menor do que o OPEX indicado pela CEG.

5.3 Cálculo da TRC



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Em relação a este item, a ABRACE discorre sobre a mudança do cenário financeiro nacional no período e entende que estes valores devem ser decrescentes, para se adequarem a nova situação vivida pelo país. Às fls. 4.553, resume e compara a sua posição em relação à UFF e à CEG. O resultado é: CEG (1ª proposta) - 12,23 %; CEG (2ª proposta) - 10,87 %; UFF - 9,43 % e ABRACE - 9,11 %.

5.4. Investimentos

A ABRACE colabora sugerindo dois indicadores que podem ser úteis para análises: CAPEX / Unidade de Investimento e CAPEX variável// Cliente captado. Além destes indicadores cita a necessidade de garantir a consistência entre as metas físicas e as metas financeiras.

5.5. Perdas

Em relação a este tema a ABRACE se manifesta em linha com o que foi proposto pela UFF e não identifica fatores concretos que comprovem as alegações da CEG.

5.6. Demanda

A ABRACE apoia as projeções efetuadas pela UFF, que define uma demanda termelétrica no ciclo de 7.091 milhões de m³. Alerta sobre a não inclusão da termelétrica Novo Tempo e afirma que há previsão de 10,0 % mais de demanda para o período. Relata a diferença mostrada na tabela, às fls. 4.558.

5.7. III TA



Governo do Estado do Rio de Janeiro

*Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro*

Alega mais uma vez, suportada pelo Parecer da MUNDIE, de que o III TA é nulo. Alega para esta nulidade, a falta de previsão legal para esta mudança e falta de interesse público. E sugere: não considerar os efeitos do III TA, realização de aditivo contratual para retificar a cláusula que prevê a inclusão da depreciação dos investimentos realizados do quinquênio anterior na base inicial da RTQ, realização de CP para discutir a BRA, contratação de empresas para o levantamento da BRA.

5.8. Margem de reposicionamento (m)

As fls. 4.560, indica que o valor mais adequado para o valor de "m" é 0,8990, que representa aproximadamente menos 10,0 (dez por cento) da margem anterior.

6. SINDSAL - Sindicato da Indústria de refinação e Moagem do sal do ERJ

As fls. 4.671, a SINDSAL elucida o impacto que o custo de gás tem em seu processo produtivo e demonstra sua preocupação com os últimos aumentos realizados pela CEG.

6.1. Estrutura Tarifária

A SINDSAL apresenta uma comparação das tarifas da CEG em relação a outras distribuidoras de gás do Brasil. Apresenta na sequência, o valor da margem por volume contratado.

As fls. 4.673, apresenta o a diferença percentual de margem entre a CEG e as outras Distribuidoras. Esses dados demonstram que quanto o maior o consumo, os consumidores intensivos, mais a margem cresce. Por esta razão solicita revisão da estrutura tarifária.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

6.2. TRC

Registra que a metodologia de cálculo é custo médio ponderado, estabelecida através da Deliberação AGENERSA nº 247/2008. Solicita que seja corrigida conforme as principais determinantes que deformam o pleito, que foram demonstradas no relatório 4 da UFF.

N - AUDIÊNCIA PÚBLICA (03/10/2018) - PONTOS PRINCIPAIS DAS APRESENTAÇÕES

As fls. 4.563- 4.567, a lista de presença da AP realizada em 03/10/2018, na PGE-RJ.

As fls. 4.392, é acostada a CI AGENERSA/SECEX nº 759/2018, de 09/10/2018, onde lista os principais documentos e a lista de presença da referida Audiência Pública. Informa que acosta aos autos as apresentações/contribuições de: CEG e CEG_RIO, NOVIX, SIQUEIRA CASTRO, UFFPETROBRAS, ABIVIDRO, FIRJAN, PSR, CBIE -CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURAZNERGAS E ABRACE e emails de ABIVIDRO, THYMOS, FIRJAN e ABRACE, Cópia Ofício CASA CIVIL nº 1.037/2018.

1. Apresentação da CEG

Inicialmente, faz considerações diversas sobre vários temas mesclados: apresenta a participação de cada ator no custo da molécula, onde 69 % é referente ao custo da molécula, 9 % de margem de distribuição e 22 % de impostos; apresenta os custos por US\$ /MBTU (com transporte incluso): Brasil (8,9 convencional); Argentina (5,3); Colombia (6,2); México (5,1); EU (6,7) e Espanha (8,8).



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Apresenta a conjuntura econômica recessiva, onde as projeções no mercado convencional foram menores que o projetado, mas cita que houve a compensação via mercado termelétrico. Cita que o aumento do custo do gás gerou problemas, mais fortemente ao setor industrial. Destaca o aumento do número de clientes acima do projetado, apesar da conjuntura. Justifica seu desempenho abaixo do projetado em relação aos investimentos com os seguintes fatores: atraso de 1 ano da revisão quinquenal, recessão, licenças de obras e não viabilização do Porto do Açu, Projetos olímpicos e Biometano. (nem todos impactam a CEG). Cita o aumento do custo da molécula em 33,0% no período como um dos fatores de queda de produtividade do gás natural.

1.1. TRC

Apresenta os valores de sua 1ª Proposta de 12,23 %, a calculada pela UFF de 9,43 % e a de sua 2ª Proposta de 10,87 %.

1.2 Demanda

Apresenta vários gráficos de demanda que já constam e já foram relatados em documentos anteriores.

1.3 Investimentos

Apresenta informações já disponibilizadas em documentos anteriores. E na sequência fornece algumas justificativas por não atingir o valor planejado no ciclo anterior.

Termina sua apresentação, às fls. 4.406, fazendo suas considerações finais, onde atesta a significativa redução dos investimentos, e que sua proposta contempla a compensação dos investimentos não realizados conforme a metodologia FGV aprovada pela UFF. Informa também que efetuou redesenho tarifário para garantir a competitividade da tarifa nos diversos setores.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

2. Apresentação da NOVIX

2.1 TRC

A NOVIX, às fls. 4.407-4411, utiliza sua apresentação para defender que a taxa de Risco Brasil deve ter o espaço de tempo considerado similar ao espaço de tempo da Concessão, qual seja 30 (trinta) anos.

3. Apresentação do escritório SIQUEIRA CASTRO

3.1. III TA

Às fls. 4.412- 4.418, utiliza seu espaço para defender a legalidade dos aditamentos e a existência do III TA no mundo jurídico do ERJ.

3.2 BRA

Às fls. 4.419-4.425, que aborda sobre as questões do lançamento da outorga à BRA, a única inovação em relação aos itens já abordados pela SIQUEIRA CASTRO nos autos, é trazida na apresentação que faz citação da Deliberação CVM nº 654/2010, que passa incorporar em seu ambiente regulatório a OCPC 05. Os demais pontos da apresentação estão muito melhor detalhados no requerimento remetido a esta AGENERSA e, portanto, para economia processual, não serão detalhados.

4. Apresentação da UFF (Universidade Federal Fluminense)

4.1 Reposicionamento da Margem (m)



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

À fls. 4.427, a UFF demonstra o impacto de cada elemento que está sendo analisado no transcorrer do processo e o impacto que cada um deles representa na margem. O item que mais impacta na margem é a TRC, seguida pelo OPEX e demanda e BRA na mesma proporção.

4.2 TRC

Às fls. 4.428, a UFF apresenta a comparação de sua TRC de 9,43 % e a compara com as premissas da CEG, que fazem o valor da TRC chegar ao patamar de 12,23 % (1ª Proposta CEG). Nas folhas seguintes discorre um pouco sobre os elementos do cálculo.

4.3 Demanda

Às fls. 4.431-4.438 e 4.445-4.448, a UFF apresenta uma série de gráficos de demanda, mas todos já constantes no Relatório 4, detalhado anteriormente. Desta maneira, não serão reportados os detalhes.

4.4 Perdas

Às fls. 4.439, a UFF faz um gráfico, apresentando as projeções da CEG e UFF, apresenta o impacto das mesmas no OPEX. Demonstra a diferença de demanda da CEG e da UFF para o ciclo presente e informa as metas propostas para as perdas.

4.5 Custo Operacional (OPEX)

Às 4.440, a UFF apresenta uma tabela com o consolidado do ciclo anterior, da proposta da CEG e a proposta da UFF. Os principais valores: R\$



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

2.084, 8 milhões - ciclo anterior (2013-2017); R\$ 2.720,9 milhões - CEG projetado e R\$ 2.404,0 milhões - projetado pela UFF.

4.6. Investimentos

A proposta da UFF, indica a necessidade de reduzir os investimentos em 19 % (dezenove por cento no período) e sugere um nível de investimento total de R\$ 1.087,8 milhões. (valores base dez/2016).

4.7. Compensação de Investimentos Não Realizados

As fls. 4.441, a UFF declara sua concordância em relação a metodologia da FGV, exceto pelo fato de não haver a capitalização, e exprime o valor já corrigido para a compensação.

4.8. BRA

A UFF apresenta crítica em relação a dificuldade de se apurar a base de ativos, sinaliza pela falta de um plano de contas. Esclarece que foram retirados itens que para a UFF são de manutenção e deveriam estar no OPEX, acusa diferenças na depreciação. Afirma que a mesma não guarda correspondência com indicadores financeiros ou EMOP-RJ e, finaliza fornecendo o valor retirado da BRA pela UFF, que foi de R\$ 112,8 milhões.

4.9. Cálculo da Margem de reposicionamento "m"

As fls. 4.442, fornece o valor positivo de 3,16 % (três inteiros e dezesseis centésimos por cento) com os efeitos do III TA, caso a outorga fosse diretamente incorporada a BRA e considerada como se fosse investimento, e o valor negativo de -0,67 % (sessenta e sete centésimos por cento negativos), na outra alternativa.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

5. Apresentação da PETROBRAS

A PETROBRAS faz uma apresentação sem destacar pontos específicos e na maior parte das vezes só reitera suas contribuições anteriores tais como: as inconsistências importantes na projeção de investimentos, custos operacionais, base regulatória de ativos e a taxa de remuneração do capital. Entende que a solicitação de majoração da margem apresentada pela CEG é excessiva e que há necessidade de adoção de plano de contas adequado. Manifesta sua posição favorável a adoção do Relatório 4 da UFF. Reitera alguns pontos da Lei do Gás como a tarifa com desconto para termelétricas com ramal dedicado e o desconto do valor de comercialização para os Consumidores Livres. Em suas considerações finais, cita curto tempo para analisar as propostas das Concessionárias, reafirma seu entendimento da necessidade da devolução de R\$ 500 milhões ao segmento termelétrico, em virtude do subdimensionamento do despacho do 3º ciclo, às fls. 4.452-4.456.

6. Apresentação da ABIVIDRO

6.1. Demanda

Especificamente apresenta dois segmentos específicos em relação a sua divergência com relação à demanda. Declara também sua preocupação já que o risco de demanda no sistema *price-cap* é da Concessionária, o que condiciona o subdimensionamento da mesma, no sentido de se apropriar dos excedentes.

Se manifesta em relação a grande redução que a UFF fez em reação a demanda residencial, entre o Rel.2 e o Rel.4. Outro ponto é sua discordância em relação as projeções de demanda termelétrica. Afirma que a premissa hidrológica da UFF é a mais correta. E que deveria ser aberta AP para discutir este ponto especificamente.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

6.2. Custos Operacionais (OPEX)

As fls. 4.462, a ABIVIDRO registra a nova projeção de OPEX pela CEG, no montante de R\$ 2,24 bilhões, o que representa uma redução de R\$ 162 milhões em relação à projeção da UFF, que foi de R\$ 2,40 bilhões para o novo ciclo. Ainda a ABIVIDRO complementa sua análise elaborando gráfico com a projeção da THYMOS onde vislumbra um valor um pouco menor.

6.3. TRC (Taxa de Remuneração do Capital)

As fls. 4.463, discorre sobre as metodologias mais utilizadas na área de Regulação e na folha seguinte apresenta uma comparação da THYMOS em relação aos cálculos da CEG e da UFF. O resultado é como se segue: CEG (12,23%); UFF (9,42 %) e THYMOS (8,08%).

6.4. Investimentos

Basicamente a ABIVIDRO reporta os dados extraídos da nova proposta da CEG e, portanto, não replico o conteúdo. Apresenta a projeção da THYMOS reduzindo a projeção da UFF em 8,1% (oito inteiros e um décimo por cento).

6.5. Cálculo do Índice de Reposição da Margem (m)

As fls. 4.465, a ABIVIDRO projeta com os dados da THYMOS, qual seria o valor de "m" e conclui: 0,8483, o que representa uma diminuição de 15,17 % (quinze inteiros e dezessete centésimos por cento).

7. Apresentação da FIRJAN



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

As fls. 4.476, a FIRJAN apresenta uma comparação das tarifas entre a CEG e a COMGAS de SP, base Outubro/2018: COMGÁS = R\$ 1,023788 / m³; CEG = R\$ 1,35572 / m³ e CEG-RIO = R\$ 1,33902 / m³. Ainda registra a diferença de ICMS que no RJ é 12 % e SP é 15,0 %.

7.1. Demanda

Cita que a demanda está menor na 2ª proposta da CEG, o que impactou para menos a margem não reposicionada em 0,3% (três décimos por cento).

7.2. Investimentos

As fls. 4.478, a FIRJAN alerta sobre os efeitos da deliberação AGENERSA nº 3.303/17, que ainda não estão contidos nos dados. Cita que o CAPEX de 2018 deveria ser de R\$ 137,91 milhões (base dez/2016).

7.3. TRC (Taxa de Remuneração de Capital)

As fls. 4.479, a FIRJAN indica mais razoabilidade em relação aos dados da UFF quando confrontados com os dados da CEG.

8. Apresentação da PSR

As fls. 4.481-4.491, a PSR apresenta um detalhado estudo sobre as previsões estatísticas hidrológicas. Após, conclui que o despacho mais provável para o ciclo em estudo 2018-2022, é de 1.139 MW médios.

9.0 Apresentação da CBIE



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 4.492-4.499, apresenta um estudo dos parâmetros macroeconômicos que devem nortear as decisões para o novo ciclo, através de Políticas Econômicas adequadas à conjuntura.

10. Apresentação da ZENERGÁS

10.1. III TA

Às fls. 4.500-4.503, a ZENERGÁS discorre sobre os dispositivos legais componentes do III TA.

10.2. BRA

Às fls. 4.504-4.508, a ZENERGÁS, defende a tese de que os ativos que a UFF retira da BRA são investimentos, apesar de serem manutenções para manter a integridade da rede.

11. Apresentação da ABRACE

Inicia sua apresentação fazendo críticas em relação ao exíguo tempo para prestar as contribuições na AP (Audiência Pública), em virtude de só ter acesso a nova proposta da CEG, 2 dias antes da AP e conclui de que a participação da Sociedade fica comprometida.

11.1. Demanda

Às fls. 4.510, reporta que o volume comercializado x aprovado, está 53 % (cinquenta e três por cento) maior na proposta. Às fls. 4.514, a ABRACE recomenda a adoção da inclusão da térmica Novo Tempo, e as projeções da UFF para Residencial e Comercial, propostas pela UFF.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

11.2. Custo Operacional (OPEX)

Afirma que o FATOR X deve ser adotado já a partir desta Revisão Quinquenal, ou seja, já. Cita para defender sua posição, o aprovado através da Deliberação AGENERSA nº 2.726/2015, que aprova a adoção do FATOR X nos seguintes termos: "... para aplicação nos futuros ciclos revisionais."

As fls. 4.513, a ABRACE apresenta um gráfico muito semelhante com o que foi apresentado, anteriormente, pela ABIVIDRO, com queda dos valores do OPEX com o mesmo perfil, mas com valores diferentes. A sugestão apresentada é de um OPEX de R\$ 2,24 bilhões para o ciclo.

11.3. Estrutura Tarifária

A ABRACE entende que a melhor prática para este tema seria a abertura de uma CP (Consulta Pública) para redefinir a estrutura tarifária.

11.4 TRC (Taxa de Remuneração do Capital)

A ABRACE, elabora uma comparação em relação as TRC da CEG e UFF, e apresenta sua colaboração. O resultado é o que se segue: CEG (12,23% - 1ª proposta); UFF (9,42 %) e ABRACE (9,11 %).

11.5. Investimentos

As fls. 4.512, a ABRACE sugere um patamar de investimentos de 999,28 milhões, contra o montante de 1.087 milhões proposto pela UFF.

11.6. Perdas





Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A ABRACE recomenda a adoção do valor de 44,4 milhões de m³/ano, às fls. 4.513.

11.7. III TA

A ABRACE ratifica seu entendimento em relação a nulidade do Aditivo mencionado.

11.8. BRA

A ABRACE, às fls. 4.514, relata a necessidade de contratação de consultoria especializada para levantar em campo a Base de Ativos.

11.9. Índice de Reposicionamento (m)

A ABRACE, às fls. 4.515, sugere a adoção de um valor de $m = 0,899$, que representa uma redução de aproximadamente 10 pontos percentuais menos que o valor atual.

12. ABEGÁS - Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado

Às fls. 4.621-4.623, a ABEGÁS, através da Carta CT 109/18, de 15/10/2018, envia a esta AGENERSA suas considerações em relação ao apresentado pela UFF, no Relatório 4, em que apresenta cálculos com a desconsideração em relação aos efeitos do III TA sobre o Contrato de Concessão. Aponta a necessidade de atendimento da integralidade do Contrato de Concessão e se baseia nos Princípios Constitucionais do Estado Democrático de Direito tais como: ato jurídico perfeito, do direito adquirido, além



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5734
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

da menção do art. 175 da CRFB-88 (Constituição da República Federativa do Brasil).

Argui sobre a necessidade de que esta AGENERSA, exclua do estudo técnico, as considerações relativas ao cenário que desconsidera os efeitos do 3º Termo Aditivo e, finaliza adjetivando a decisão dos responsáveis pela elaboração do estudo técnico, em considerar este cenário, como arbitrária.

O - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO DA SIQUEIRA CASTRO

O escritório de Advogados Siqueira Castro, às fls. 4.355, apresenta requerimento administrativo com pedido de concessão de efeito suspensivo, protocolado no dia 04/10/2018. Às fls. 4.570, através da CI PRESI/AGENERSA nº 567/2018, de 08/10/2018, é requerido que a SECEX disponibilize no site da AGENERSA, a documentação da petição do Escritório SIQUEIRA CASTRO e a PROMOÇÃO FMMM/16/2018, emitida pela Procuradora Geral desta AGENERSA, às fls. 4571-4.581. Às fls. 4582-4606, o Gabinete da Presidência da AGENERSA, envia a informação sobre a petição do Escritório SIQUEIRA CASTRO requerendo a suspensão do processo, por risco de danos irreparáveis à Concessionária e o parecer jurídico concedendo a suspensão, até que seja julgado o mérito da solicitação.

Às fls. 4.613 e 4.615, cópia do DOERJ, páginas 22, de 10/10/2018, informando sobre o prazo de 05 (cinco) dias e para as manifestações em relação as petições da CEG e CEG-RIO referente a Quarta Revisão Quinquenal e que as informações já estavam disponíveis no site eletrônico da AGENERSA.

Às fls. 4.618, a AGENERSA envia Ofício AGENERSA/PRESI nº 515/2018, de 10/10/2018, à CEG, informando sobre a suspensão do Cronograma Revisional.

A base jurídica alegada pela CEG, representada pelo Escritório Siqueira Castro, é o III TA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Alega incertezas jurídicas criadas pela emissão do Relatório 4, da UFF mas não deixa de registrar a ocorrência de divergência sobre o tema no transcorrer da AP.

Na sequência explica sua preocupação em relação a adoção de 02 (dois) cenários que analisam a consideração ou não dos efeitos do III TA.

Aponta, que o III TA foi assinado em dezembro de 2014 e que sua validade foi contestada na AP.

Às fls. 4.357, do requerimento, é citado que "...a desconsideração do 3º termo Aditivo teria o condão de elevar de R\$ 69 milhões para R\$ 251 milhões o montante de subinvestimento..." e que "... a base de ativos submetida a remuneração sofre um encolhimento de 9,0 % (nove por cento) caso ignorada a outorga..." e que "... segundo reconhecido pela UFF... a margem de contribuição sofre reajuste negativo de - 2,53 %..."

Mais a frente, cita que o ato jurídico perfeito, é Cláusula Pétreia Constitucional. Informa também que a "... a alteração contratual foi examinada a exaustão pelos órgãos e instâncias competentes..."

Cita que foi aberto o processo E-12/001.1299/2014, autuado na Casa Civil do ERJ e que contou, às fls. 42/49, com a análise jurídica da Assessoria da SEDEIS, que apenas defende a alteração contratual da forma que foi efetuada e reconhece o direito de alteração das partes, em relação a alteração das estruturas físicas de distribuição pelo fornecimento de GNC e GNL.

Em sequência, há defesas da técnica adotada para o suprimento, que não nos cabe aqui analisar, por serem discussões de Engenharia, Logística e Economia.

Menciona também, que a AGENERSA foi consultada, seguindo o entendimento do Subsecretário Jurídico da Casa Civil à época. Solicita que a AGENERSA se manifeste em relação aos impactos sobre as tarifas.

A AGENERSA, através de sua CAPET, informa que o subinvestimento ocorrido no 2º ciclo, já teriam sido levados à compensação, no bojo da 3ª



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Revisão Quinquenal, e que descumprimentos contratuais sempre são julgados e passíveis de multa pecuniária.

Em relação a necessidade de pagamento de outorga, fica registrado o valor definido pela AGENERSA, às fls. 229 e o valor dos investimentos contemplados nesta substituição.⁷

As fls. 239/252, ficou acostada a proposição do III TA, onde constava o pagamento da outorga e o tratamento regulatório atribuído a este montante.

As fls. 4.363, agora do presente feito, o requerente registra e deixa bem claro qual a razão do pagamento de outorga que seria "...a permissão de prestação dos serviços em determinados municípios através de gasodutos virtuais...".

Para que o trecho a seguir fique bem explicado, ressalta-se que é a posição e a visão da requerente, sem juízo de valor por esta AGENERSA, neste momento. O requerente diz "...permite-se ainda aduzir que a previsão da figura da outorga compensatória, como contrapartida hábil a viabilizar a substituição de investimentos...". Outro aspecto a se destacar no texto do requerimento, é quando é descrita a situação conjuntural do ERJ, quando o requerente explica "... e ocorreu em virtude de operação de cessão de créditos realizada pelo Estado a instituições financeiras públicas, no contexto do programa de recuperação financeira desse Ente da Federação."

Ainda elenca alguns trâmites por onde o processo passou, dentre estes, a Subsecretaria Jurídica do Estado de Fazenda, Procuradoria Geral e a Contadoria Geral do Estado.

Por fim traça uma estratégia processual elencando os pilares do Direito e do Estado Democrático: segurança jurídica, (due process law), ou devido processo legal, e como todo acusador que tenta desconstruir a credibilidade de seu oponente, deixa registrado nos autos a seguinte afirmativa contra a competência técnica da UFF, "...Importante ressaltar que a simulação de cenário em patente afronta ao disposto no 3º Termo Aditivo também constitui

⁷ Palavras extraídas do requerimento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

comportamento contraditório (grifo do requerente) da própria UFF no âmbito do seu Relatório, a colocar em xeque a validade e justeza de seus pronunciamentos”.

E, como para saldar a obra prima de sua argumentação e diretiva de defesa, ressalta os méritos da AGENERSA, que irá julgar seu requerimento e cita nominalmente aqueles que poderão decidir seus interesses, como os guardiões do zelo regulatório.

Mas, de alguma forma desde já agradeço, pois estes argumentos servirão e muito, quando dispusermos o mérito da questão, que ainda se encontra em forte controvérsia.

1. Promoção FMMM nº 16/2018 - Procuradoria Geral da AGENERSA

Às fls. 4.387-4.388, a Douta Procuradora Geral desta AGENERSA, emite parecer jurídico detalhando cada ponto e argumentação jurídica contida no requerimento de suspensão do processo e conclui que pelo interesse público, a melhor solução é a suspensão conforme requerido.

Ainda destaca a importância de dar publicidade aos atos praticados pela autarquia, no sentido de garantir os Princípios Constitucionais, no que tange a segurança jurídica do processo, bem como, sua legalidade. Discorre sobre o Direito Constitucional de petição.

Desta maneira, indica como boa prática, a publicação de todo o requerimento para que o mesmo ganhe publicidade geral e que os atos aqui praticados sejam publicados em conjunto. Cita por fim, que a matéria concernente ao III TA, “envolve sérios embates”, quanto à adequada interpretação do mesmo.

Às fls. 4.390, a Concessionária é informada da Decisão do CODIR AGENERSA, tomada no curso da RI⁸, de 08/10/2108, através do Ofício

⁸ Reunião Interna.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

AGENERSA/PRESI nº 86/2018, de 08/10/2018, que deferiu a suspensão do cronograma da Revisão conforme o Requerimento apresentado nos autos.

2. Manifestações Diversas em relação a Suspensão do Processo

Às fls. 4.624, a ABRACE envia a Carta COR-DIR-111/2018, emitida em 11/10/2018, se manifesta em relação a petição de suspensão efetuada pela CEG, registrando sua tempestividade, em face do prazo fixado. Atesta que o mesmo deveria ser 19/10/2018, mas cumpre o prazo fixado. Apesar disso, deixa registrado seu descontentamento com prazo tão curto.

Às 4.627-4.650, através da petição elaborada pela Mundie Advogados, representando a ABRACE, esta solicita que seja considerada a nulidade do III TA.

Tendo em vista que, mais a frente, será enfrentado o mérito dos requerimentos, com a análise dos seus pedidos, não se procederá o detalhamento da fundamentação dos mesmos, em face destes requererem, necessária e posterior análise, por esta AGENERSA.

Às fls. 4.668-4.669, o escritório SIQUEIRA CASTRO, solicita dilação de prazo por mais 5 (cinco) dias úteis.

Às fls. 4.675-4.689, estão acostados documentos da ABEGÁS e da MUNDIE ADVOGADOS, que já foram objetos de apreciação nos autos. Estão, apenas, acostados repetidamente.

Às fls. 4.690- 4.693 e 4.701-4702, a COMGÁS, envia a esta AGENERSA, Carta datada de 15/10/2018, relatando sua preocupação em relação ao cumprimento do III TA que, em seu entendimento, poderia estar sendo descumprido em face das cogitações como as levantadas pela UFF. Solicita que esta AGENERSA afastasse, desta forma, a hipótese de descumprimento do contrato.

A ABIVIDRO, às fls. 4.695-4.700, se manifesta no corpo do processo, no sentido de delinear seu entendimento, sobre as questões envolvidas no referido



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

III TA. Estas questões não serão enfrentadas de imediato, já que haverá propícia oportunidade, quando a AGENERSA for opinar sobre as questões de mérito.

Às fls. 4.703-4.713, a ZENERGÁS envia email, em 15/10/2018, que o denomina de Parecer Técnico-Regulatório, às fls. 4.704, onde discorre sobre uma série de questões que, a princípio, serão debatidas no momento oportuno, mais adiante nos autos.

Às fls. 4.714-4.716, a PETROBRAS se opõe a interrupção e elenca uma série de motivos que elucidam a sua posição. Da mesma maneira que as contribuições anteriores, as questões serão avaliadas e respondidas posteriormente, com o teor técnico e jurídico pertinentes.

Às fls. 4.717, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 527/2018, de 17/10/2018, esta AGENERSA, informa a Concessionária sobre as contribuições recebidas e estipula o prazo de 02 (dias) úteis para a manifestação.

Às fls. 4.718, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 528/2018, de 17/10/2018, esta AGENERSA, informa a Concessionária sobre o indeferimento de sua solicitação de dilação de prazo.

Às fls. 4.723, através do Ofício CC/SDE/PPP nº 16/2018, de 17/10/2018, o Poder Concedente informa a AGENERSA do interesse da CEG em renovar o Contrato de Concessão, fato este que está sendo discutido no âmbito do processo de recuperação Fiscal do ERJ. Em seguida, às fls. 4.724-4.727, os documentos da AGENERSA e da CEG, com as tratativas efetuadas até aquela presente data. O conteúdo mais importante a destacar, é quando a CEG se manifesta ao Poder Concedente, em relação a insegurança de alguns "parâmetros regulatórios" e as incertezas que envolvem tais parâmetros.

Às fls. 4.772-4.773, o Escritório SIQUEIRA CASTRO, envia em 18/10/2018, a Procuração para representar a CEG, no curso do presente processo administrativo.

Às fls. 4.776, a MUNDIE envia correspondência em 29/10/2018, com os documentos complementares, no ensejo de representar a ABRACE, no presente



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

feito. Às fls. 4.777, está acostada a Procuração e, na sequência, às fls. 4.778-4.795, o Estatuto Social da ABRACE e a Ata de Reunião, às fls. 4.796-4.797.

3. PARECER FMMM Nº 06/2018 - PROCURADORIA GERAL

Como já relatado acima, a AGENERSA passaria a analisar o mérito do requerimento da CEG em momento oportuno. Este compromisso fica cumprido a seguir, a partir do pronunciamento da Douta Procuradora Geral, que emite o Parecer citado em epígrafe. Na sequência são apresentados os pontos essenciais exarados nesta manifestação jurídica:

Inicialmente, há uma explanação em relação as obrigações e deveres atribuídos a AGENERSA em sua Lei de Criação, Lei do ERJ nº 4.556/2005, onde o maior deles é o respeito à Constituição e as Leis vigentes no país, mormente, aquelas que regulam as Concessões, bem como, também, aos compromissos assumidos pelo Estado, quando seus representantes firmam obrigações contratuais que vinculam ambas as partes, concedendo-lhes direitos e obrigações que, obrigatoriamente, devem ser cumpridas, expressando, dessa maneira, respeito ao Estado Democrático de Direito. Como Autarquia Especial, a AGENERSA tem o dever de respeitar um dos Princípios Basilares do Direito Administrativo, que é o Princípio da Legalidade. Entendo que este foi o preâmbulo do Parecer, em face de afirmações não unidas de evidências, acostadas aos autos, que presumiam de forma precipitada e concluíam sem base nos fatos, de que haveria a possibilidade, desta AGENERSA, não cumprir aos ditames contratuais estabelecidos, desconsiderando todo um histórico de legalidade, que pode ser observado pelo baixo nível de litigiosidade produzido até a data de hoje.

Neste diapasão, há uma descrição sucinta do pedido da empresa requerente que pretende afastar uma das hipóteses aventadas pela UFF para o deslinde desta 4ª Revisão Quinquenal, no que tange aos efeitos do III TA.



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls. 5741
ID: 5018.246.3 Rubrica: 3

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A seguir, o parecer em comento, elucida que todas as partes do processo foram convidadas a se manifestar sobre o tema, e que desta forma foi garantida a transparência e o equilíbrio processuais, a Ampla Defesa e o Contraditório respeitados, além de garantir, como se observa, desde o início da instrução destes autos, o zelo pelo Princípio do Devido Processo Legal.

O Relatório extrai a argumentação de cada parte que colaborou para o engrandecimento da discussão travada nos autos, e destaco a seguir o pensamento de cada um delas.

A ABIVIDRO reafirma sua posição, mais uma vez, de que o III TA é nulo por ferir o teor do Contrato e do Edital Licitatório. Entende que ali já estava concedido o direito para que as Concessionárias distribuíssem gás, segundo a melhor técnica de suprimento. Se assim fosse, já estariam contempladas as possibilidades logísticas de GNL e GNC. Desta maneira alega que, por este motivo, não havia sentido em haver o pagamento de outorga compensatória e que os valores pagos na tarifa deveriam ser devolvidos. Ainda afirma que, se o escopo de GNC e GNL não estivessem contidos no certame licitatório, obrigatoriamente deveria ter sido efetuada nova licitação conforme a Lei.

A COMGÁS que entrou nos autos com o viés de defensora da Regulação Nacional e da Defesa da Segurança Jurídica no âmbito da Regulação, presumindo sem elementos, que a atitude da UFF no Relatório 4, foi antijurídica e contra *legis*, requer que a AGENERSA desconsidere as proposições da UFF, em relação aos cenários que não contemplavam os efeitos do III TA.

A PETROBRAS afirma sua discordância quanto ao ato em que a AGENERSA, concedeu a suspensão liminar do processo, pois entende que não deveria ser dado tratamento diferenciado a um tema específico.

Aproveita mais uma vez a oportunidade, para ressaltar, os temas de seu interesse, que não serão detalhados, por não haver conexão com a discussão específica do III TA.

A ABRACE, através do escritório Mundie Advogados, se manifesta a favor da manutenção dos cenários de desconsideração do III TA, já que entende que



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

estes representam flagrante ilegalidade. Entende que a outorga compensatória não guarda justificativa e amparo legal. Conclui que seja declarada a nulidade do III TA, com a consequente eliminação da outorga, no cálculo da tarifa, para o quinquênio 2018-2022.

A ZENERGÁS sustenta a plena e completa legalidade do processo de constituição e formação do III TA. Destaca que este, seguiu todos os trâmites legais inerentes àquele Ato Administrativo e, portanto, se declara de acordo com o teor da petição da CEG e CEG-RIO.

A ABEGÁS conduz sua argumentação em linha semelhante a da ZENERGÁS, isto é, sobre a legalidade do III TA. Afirma que a decisão da UFF foi arbitrária e que atenta contra as garantias legais e contratuais estabelecidas.

Por fim, o relatório elenca os Princípios basilares do Direito Administrativo que são expressos na CRFB-88, art. 37, informa que todas as partes tiveram oportunidade de se manifestar e que o Poder Concedente, não o fez. Esclarece que todo o esforço de descrever passo a passo as ações administrativas, até o momento, foi despendido com o intuito de facilitar a compreensão e, assim, reduzir a assimetria de informações entre a coletividade e o Poder Público. Desta maneira, zelando ao fiel cumprimento da legislação e dos contratos de concessão.

Depois do relatório que foi resumido acima, é apresentado a seguir, o resumo do Mérito do Parecer, emitido pela Douta Procuradora Geral da AGENERSA.

3.1 Edital de Desestatização; PED/ERJ nº 02/97

O Parecer ao apresentar o conteúdo do Edital, cita que o mesmo foi bastante claro em estabelecer o "espectro de atuação do serviço: "...operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro; ... exercer o controle técnico e econômico da operação ... e explorar com exclusividade de distribuição gás canalizado...participar no capital de outras



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

sociedades, visando o êxito na realização de suas atividades ou para beneficiar-se de incentivos fiscais...". Por fim prossegue e menciona que "...A presente previsão não exige o Poder Concedente de formalizar novas obrigações via termos aditivos. ...".

3.2. III TA

O Parecer descreve toda a evolução contratual do período, cita as obrigações do I e II TAs, e cita que a constituição e a gestação do III TA foram provocadas pelo "... inadimplemento ... às obrigações contratuais..." que não foram cumpridas no quinquênio anterior (2008-2012), como levar gás, via dutos físicos, aos municípios descritos pelo 2º Termo Aditivo.

A partir desta infração a Concessionária foi multada, conforme Deliberação AGENERSA nº 1.618/2013, e o valor não investido de R\$ 287,277 milhões, devolvido mediante modicidade tarifária ao consumidor no quinquênio 2013/2017.

O investimento nos gasodutos se manteve para o ciclo 2013-2017 com montante previsto de 130,85 milhões (base dez/2011). Ressalta que estes valores foram considerados para o cálculo da tarifa no referido ciclo. Cita que os valores são pagos por todos segundo o princípio da solidariedade da rede.

Cita que o III TA foi pactuado entre a Concessionária e o Poder Concedente e visava alterar obrigações pretéritas. Cita que o não cumprimento já se configurava reincidência e que a consequência era a perda da concessão nos municípios listados.

Menciona, a seguir, que o Poder Concedente, "... jungido do poder discricionário", decidiu pela realização do III TA, firmado em 09/12/2014, substituindo os gasodutos físicos por virtuais, e estabelece o pagamento de R\$ 152,490 milhões ao Estado, a título de outorga compensatória, conforme cláusula 2.1.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Mais a frente, explica que "...O 3º termo Aditivo determinou, ainda, que o valor pago a título de outorga compensatória seria considerado como "ativo intangível regulatório", na base de cálculo da remuneração dos ativos da Concessionária, gerando efeitos na fixação e revisão das tarifas..." Cita também que a cláusula 2.1.3, determinava a amortização do ativo intangível linearmente em 20 (vinte anos) e que teria início em 01/01/2018, início do ciclo 2018-2022. Cita que a contabilização da depreciação dos ativos intangíveis, também encontra respaldo na Deliberação CVM 654, de 28/12/2010 e OCPC/05.

Por fim, vale registrar que "... O valor da outorga foi estipulado pelo Estado e Concessionária, adotando-se como parâmetro o valor dos investimentos do quinquênio, atualizados até jun/2014. ... " e finalizando denomina a operação como "...aquisição de direito..".

Importante a parte que segue no parecer jurídico, para se entender os efeitos do III TA. "... a AGENERSA reconheceu o direito dos usuários quanto à imediata devolução (atualizada/data presente) dos valores recebidos na tarifa (R\$ 130. 84 milhões), no quinquênio 2013-2017, em vista da alteração da meta de investimentos contida no 3º Termo Aditivo. ... A meta inicial foi alterada de R\$ 1.108,07 milhões para R\$ 977.222 milhões, em virtude da celebração do 3º Termo Aditivo."

O comando para a devolução do montante, via modicidade tarifária se deu na Deliberação AGENERSA nº 3.139/2017.

Mais a frente, se dá, no referido parecer jurídico, a interpretação da Cláusula 2.1.4, por parte da Procuradoria da AGENERSA.

Transcrevo: "... Não se tem dúvidas que com o pagamento da outorga compensatória de R\$ 152.490.000,00 ... ao Poder Concedente, valor esse não previsto no fluxo de caixa da revisão quinquenal 2013-2017, se observa desequilíbrio contratual desfavorável... Trata-se de um desequilíbrio provocado pela própria Concessionária CEG, eis que adquiriu direito que não possuía, e por óbvio, tal fato não pode prejudicar os consumidores com majoração da tarifa



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5145
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

para o próximo quinquênio, sob pena de incidência de prática abusiva. ...

Decorre a razão de ser da Cláusula 2.1.4."

A Cláusula 2.1.4 expressa literalmente "...que não haverá reequilíbrio econômico-financeiro a ser realizado em virtude do pagamento da outorga compensatória mencionada na subcláusula 2.1. ..."

Mais adiante, o parecer relata que "... a CEG também teve como contrapartida a inclusão do valor pago pela outorga na sua conta de ativo intangível regulatório, que será remunerado na tarifa nos termos da cláusula 2.1.2 e 2.1.3 (estando de acordo com as disposições contidas na deliberação CVM 654, de 28/12/2010 e OCPC-05." (original em negrito).

Apesar do III TA ter alterado a forma logística do fornecimento, o texto do parecer citando vistorias físicas da CAENE, constata que "...nada foi realizado..." e mais a frente afirma o texto do parecer que "... Salta aos olhos... o descaso da delegatária...".

Mais adiante, é explicitada a posição da AGENERSA, até aquela data, qual seja, reconhecer, "...adstrita ao que fora pactuado entre os signatários do 3º Termo Aditivo, a inclusão da outorga compensatória na base ativos regulatórios, condicionando, todavia, o melhor tratamento contábil que a matéria reclama para os trabalhos das revisões quinquenais em curso. Dito de outra forma, a dúvida paira, no entender desta Procuradoria, quanto ao procedimento correlato à adição no ativo intangível e na base de remuneração..."

Em resumo, o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral da AGENERSA, remete a definição da forma de tratamento da outorga compensatória, para a ser avaliada dentro do presente feito.

Quanto a questão da existência, da validade e da eficácia, os três planos que devem ser analisados no negócio jurídico, a Douta Procuradora, conclui que está pacificada esta questão, isto é, juridicamente o ato administrativo em comento, preencheu todos os requisitos e, portanto, atende a legislação e, por consequência, está inserido no arcabouço regulatório vigente da CEG.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Desta forma vale salientar as questões que se seguem, já que ainda há uma questão em aberto, que requer maior debate.

Na Deliberação da CVM nº 654, há especial interesse, para a elucidação da questão em aberto, a alínea b, do item 41, citado no Parecer, o seguinte texto: "...contratos de concessão", adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial geração de receita adicional. Ou seja, a obrigação da construção não terá sido reconhecida na assinatura do contrato, mas será no momento da construção, com a contrapartida de ativo intangível. ...".

Em RI (Reunião Interna), de 29/10/2018, o Conselho Diretor da AGENERSA (CODIR) tomou ciência e deu seu "de acordo" em relação ao Parecer FMMM 06/2018, decisão esta publicada, no DOERJ, de 09/11/2018, conforme cópia, às fls. 4.838 e 4.879.

Às fls. 4.841, através da CI PRESI/AGENERSA nº 656/2018, de 08/11/2018, requer à SECEX, que publique no site da AGENERSA, o inteiro teor da Ata da RI, de 29/11/2018, às fls. 4.842-4.843, e a íntegra do Parecer FMMM nº 06/2018, às fls. 4.844-4.879.

Através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 587/2018, de 14/11/2018, é encaminhado o Parecer FMMM nº 06/2018, ao Poder Concedente.

Às fls. 4.883, cópia do DOERJ, de 10/10/2018, onde impõe a CAPET o cumprimento do artigo 4º, da Deliberação AGENERSA nº 016/2006, e que a informação do total apurado seja incorporado aos presentes autos.

Às fls. 4.963, é acostada pela CI AGENERSA/SECEX nº 2.792/2018, de 04/12/2018, a manifestação da CEG, encaminhada pela DIRPIR-E-1379/18, às fls. ss., em relação ao Parecer FMMM nº 06/2018.

3.3. Manifestações Diversas em relação ao PARECER FMMM nº 06/2018

3.3.1 CEG (Concessionária)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A CEG destaca primeiramente a legalidade do III TA citada no referido Parecer e que os valores da outorga deveriam fazer parte da Base de Ativos, portanto, do ativo intangível. Mas de outra parte, discorda da afirmativa de que estes não comporiam a base de remuneração.

Às fls. 4.966, a CEG discorre sobre as razões de sua discordância e copia o item 2.1.2, do III TA, para sustentar sua posição. Ainda, deixa registrado que "... O que buscou a Procuradoria da Agência foi interpretar criativamente... o que dispõe os Terceiros Termos Aditivos...".

Discorre sobre sobrepreço, alegando que esta é tese da Procuradoria desta AGENERSA, e se posiciona contra esta conclusão, afirmando que é carente de fundamentação.

Mais adiante rebate o que chama de equívoco da Procuradoria, quando esta aponta que a CEG havia recebido os valores integrais dos investimentos. Rebatem de que só recebem a margem.

A CEG defende que o III TA é o que garante a universalização. Todos estes pontos contidos, às fls. 4.867.

A seguir se manifesta a favor do CODIR quando este afirma que os Pareceres da Procuradoria e o estudo da UFF não eram vinculantes e que o CODIR se pronunciaria no mérito no momento oportuno, qual seja, em sede de Sessão Regulatória.

Às fls. 4.968, a CEG informa que está acostando o Parecer do escritório SIQUEIRA CASTRO que elucidam e iluminam o que foi pactuado, entre a Concessionária e o Poder Concedente e, por fim, parabeniza esta AGENERSA "... pela condução dos processos revisionais em questão, com a garantia de publicidade, transparência, ampla defesa e contraditório...".

3.3.1.1 Parecer Jurídico do escritório SIQUEIRA CASTRO - III TA



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Já na ementa de seu Parecer, fica claro o que será abordado:
Juridicidade e Validade do III TA.

O foco, a princípio, parece ser o de afastar a possibilidade de não se considerar os impactos econômicos do III TA, afastando um dos cenários apresentados pela UFF.

As fls. 4.972, elenca duas Leis Estaduais que acentuam o interesse do ERJ em criar estímulos à interiorização da distribuição de GN, Leis 6.361/12 e 6.448/13. Destaca a seguir, que o III TA, em revisão ao I e II, buscavam a universalização.

A proposta do III foi fundamentada em virtude da baixa atratividade econômica em relação à construção de dutos físicos, e para sanar este impasse econômico, a ideia era se distribuir por "gasodutos virtuais". Todos esses pontos, retirados do parecer em relato.

A partir daí, se deu a abertura do processo E-12/001.1299/2014, onde contou com a participação de vários Órgãos do Estado, sejam Técnicos ou Jurídicos.

Na sequência, o parecer expõe como o III TA foi formado, o que não carece aqui transcrever, já que os detalhes estão acostados nos autos. Cita, especificamente os itens 2.1 e 2.1.2, às fls. 4.974. Nesta mesma folha, ressalta que 04 (quatro) anos mais tarde, o III TA, volta a ser discutido.

Mais adiante, o parecer ataca a UFF, nos seguintes termos: "e de forma insólita, a Universidade Federal Fluminense (UFF), apresenta 02 (dois) cenários, no seu Relatório Final 4".

Outro ponto importante, que cabe ressaltar no parecer em análise, é o trecho em que é dado testemunho sobre a conduta e o comportamento do ERJ, desde os anos 90. Palavras do Parecer: "...Não há, enfim, precedente minimamente semelhante essa quebra de paradigma contratual no âmbito das concessões do Estado do Rio de Janeiro, ao longo de toda a trajetória percorrida desde o final da década de 90, compreendendo a atuação direta do Estado do



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro ou ainda a regulação promovida pela ASEP-RJ, pela AGETRANSP e pela AGENERSA.

Às 4.977, cita os fatos que se apresentam até a presente data (a do parecer). O que se destaca é que, dentre estes fatos, nenhum teve caráter conclusivo e tão pouco se formou "coisa julgada administrativa", exceto ao que tange a vigência dos aditivos contratuais. Desde a folha aqui em comento, até às fls. 4.988, somos brindados com uma excelente aula de Direito Administrativo, o que não nos cabe reportar, já que não há controvérsias.

Extraio a essência final que transcrevo como a seguir: "...Pode-se afirmar, portanto, que, mais do que uma mera previsão legal para alterações contratuais, os contratos de concessão de serviços públicos possuem margem de flexibilização propositais, necessárias, que objetivam conferir-lhes a capacidade de adaptação ao dinamismo da sociedade atual. Trata-se, enfim, de uma característica essencial à própria preservação da utilidade prática desses ajustes, de modo a mantê-los atualizados em face das exigências dos novos tempos.". Cita mais adiante LAUBADÈRE, onde este ressalta alguns aspectos importantes do Direito Administrativo: cita que o Concessionário tem direito a ser indenizado, quando há rompimento do direitos explicitados no Caderno de Encargos tais como: Impostos Novos, Fato do Príncipe e Imprevisão.

E por fim, depois da citação acima conclui, às fls. 4.990: "...que as alterações do contrato de concessão são recomendáveis e impositivas, o meio idôneo para se fazer alterações é o termo aditivo, foram mantidas a natureza do contrato e que o III TA possui as disposições necessárias para se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão."

A fls. 4.990-4.999, discorre e apresenta fatos, argumentos, dispositivos legais e demais razões para provar a legalidade do III TA. Como o Parecer da AGENERSA já abordou estas questões e estão em linha com o Douto Parecerista neste aspecto, não será detalhada a argumentação, pois já estão presentes nos autos e no domínio público (internet).



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Na sequência, na mesma linha de pensamento acima, o Douto Parecerista, aborda que o aditivo segue a linha do contrato original e defende a Juridicidade do III TA. Cita o Princípio da Paridade das Formas, para garantir a juridicidade dos termos aditivos, afirma que o TA respeitou a Lei das Licitações quando apenas, estava adequando a prestação de serviço ao Princípio da Atualidade e da Eficiência.

Às fl. 5.003, aborda a Cláusula Sexta do Contrato de Concessão, que fala dos investimentos. Extrai deste dispositivo contratual alguns entendimentos tais como: "... a exclusividade é medida diretamente atrelada à hipótese de recusa da realização de investimentos não definidos no Contrato de Concessão, que sequer encerra caráter de punição ou de cominação de sanção, no sentido técnico da expressão."

Às fls. 5.008, começa abordagem sobre tema controverso que é o pagamento da outorga e do tratamento regulatório.

A seguir há a descrição do termo outorga tanto no uso do vernáculo quanto pelo uso jurídico do termo Há, também, a apreciação de vários dispositivos legais que usam o termo e seus diferentes empregos regulatórios.

Mas o que mais se destaca e que é importante para o que se discute, é a lógica pública pelo qual o III TA foi constituído, vejamos: "...A outorga compensatória correlaciona-se ao direito de emprego das tecnologias de GNC e GNL e, sobremais, à substituição de investimentos de maior expressão orçamentária para outros de menor monta, dessa maneira, a intangibilidade da equação econômico-financeira da concessão."

Às fls. 5.013, ainda falando sobre a lógica empregada na outorga: "... Conforme se constata, o tratamento conferido à outorga compensatória acompanha a mesmíssima lógica empregada para a parcela do valor pago pelo controle acionário das empresas estatais..."

Caminhando um pouco mais, a menção de ARNOLDO WALD a precedente atinente ao mercado de distribuição de gás canalizado de São Paulo, envolvendo a Concessionária COMGÁS: "... para assegurar-se o



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a definição da base de remuneração deveria considerar o valor econômico do empreendimento a ser adequadamente remunerado por meio da receita tarifária, tal como estipulado nos editais de privatização e nos contratos de concessão."

Reforçando o que já foi abordado pela própria AGENERSA, de forma primeva, o Parecerista cita o item 17, da Deliberação CVM nº 654 (Comissão de Valores Imobiliários). Recorta, apenas parte dele.

Citando o § 7º, da Cláusula Sétima, do Contrato de Concessão, que fala sobre o tratamento do valor das ações no processo de desestatização, tenta afastar a conexão do item 2.1.2 com o que se está discutindo aqui, da seguinte forma: " Como bem se percebe, inexistente identidade entre o ativo intangível estabelecido pelo item 2.1.2, dos 3º Termo Aditivo e aquele mencionado no § 7º da Cláusula Sétima do Contratos de Concessão. (observação minha: esta afirmativa entra em contradição com o que está acima relatado, e será tema de abordagem do mérito).

A seguir transcreve os itens 2.1.2 e 2.1.3, literalmente, às fls. 5.020, o que não julgo necessário fazê-lo, pois já é objeto de muita controvérsia no transcorrer do presente feito. O que entendo como primordial deixar registrado no relatório, é um pequeno trecho do item 2.1.3: "...a partir da data dos pagamentos da contraprestação...".

Às fls. 5.021, (talvez o Parecerista tenha inserido por ter verificado uma aresta viva no texto, comentário próprio), logo após sua explanação anterior, qual seja, do item 2.1.3, elenca como item a esclarecer o termo específico "CONTRAPRESTAÇÃO" e abre até um capítulo para dissertar sobre ele, como a seguir: " ...o montante financeiro correspondente à mencionada contraprestação, na medida em que é possível conceber ao menos duas formas de encaminhamento, sendo elas (i) a supressão do fluxo de caixa da concessão, com a consequente diminuição das tarifas vigentes, ou, (ii) a sua reversão em favor do Estado, tal como ocorrido. (palavras, do Parecerista).



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 5.022-5.023, abordam sobre a noção jurídica sobre "...os conceitos indeterminados...". Citando ENTERRIA et. FERNANDÉZ: "...Pelo contrário, com a técnica do conceito jurídico indeterminado, a lei refere uma esfera de realidade cujos limites não aparecem bem precisados no seu enunciado, não obstante o qual é claro que tenta delimitar uma hipótese concreta. ...não obstante a indeterminação do conceito, admite ser determinado no momento da aplicação."

E conclui: "em uma sociedade complexa e cambiante...como o são conceitos indeterminados, exsurtem como uma demanda do próprio Estado uma vez que necessita traçar alicerces da liberdade do administrador público, para que este defina a melhor solução para o caso concreto.", às fls. 5.024.

Na sequência, discorre sobre temas como certeza e incerteza, interesse público, às fls. 5.024-5.027, que não serão detalhados aqui.

Mais a frente, às fls. 5.030, após longo discurso em relação a crise financeira do ERJ, afirma: "...O emprego da outorga como ferramental hábil a viabilizar o pagamento de contrapartida ao Poder concedente (Estado do Rio de Janeiro) pode dizer muito a esse respeito." e a seguir complementa que "...a outorga corresponde ao direito de exploração que, uma vez licitado, permite a geração de receitas a partir da seleção da proposta mais vantajosa. ...".

Às fls. 5.034, demanda que a AGENERSA se manifeste em relação aos cenários da UFF. Além desta afirmativa ressalta as obrigações da AGENERSA a partir da Lei 4.556/2005. Apresenta um trecho de voto da AGENERSA, onde há um pronunciamento em relação a necessidade de modificação formal, isto é, o termo aditivo, para que se estabeleça a nova metodologia para o cálculo da Taxa de Retorno, naquele caso, para alterá-la para o WACC. Ainda sobre a conduta desta AGENERSA, às fls. 5.038, ressalta mais um pronunciamento efetuado anteriormente, onde se nota claramente o pensamento consensual de "...aplicar ao cenário encontrado estritamente o que foi convencionado pelo Poder Concedente e pela Concessionária no Contrato de Concessão....".

Citando FAGUNDES et. CARVALHO, às fls. 5.040 explica: "...questões abarcadas por contratos administrativos (como ato jurídico perfeito que são) não



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

poderiam simplesmente ser modificadas por atos normativos regulatórios...".

Discorre neste bloco do parecer, sobre os limites que as Agências Reguladoras devem operar, e cita julgados e doutrina para amparar seu entendimento.

As fls. 5.045, levanta questão já superada e pacificada no âmbito regulatório estadual, que é a possibilidade de Recurso Hierárquico Impróprio e não satisfeito, lista outras supostas restrições de ação das Agências Reguladoras, que no momento correto serão enfrentadas. Estas restrições estariam contidas no Decreto nº 200, na Lei de Processo Administrativo do ERJ e jurisprudências antigas. (antigas, por meu acréscimo). Cita a característica do agir orgânico do Estado e tenta o enquadramento da AGENERSA, recordando a obrigação da submissão hierárquica aos Órgãos da Administração Direta.⁹

As fls. 5.052, ensina a AGENERSA, como esta deve proceder e tenta afastar, da AGENERSA, a possibilidade de decidir tecnicamente¹⁰ mas, "... se fixar exclusivamente no respeito ao Direito aplicável."

Por fim conclui, às fls. 5.054-5057, apenas reforçando todas as posições já assumidas e defendidas no transcurso do Parecer Jurídico e, portanto, julgo não ser necessário relatar.

P - RELATÓRIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA - Metodologia para o Cálculo do Ressarcimento do Investimento Não Realizado

As fls. 5.081, a CEG através da DIRPIR/144/2018, de 13/12/2018, envia para esta AGENERSA, o Relatório citado em epígrafe.

⁹ Registro que o texto deixa hipóteses no ar, mas não as vincula com o caso concreto em discussão e, tampouco, apresenta fatos ou evidências que a AGENERSA procedeu, procede ou tenha a intenção de proceder, conforme o conteúdo do texto. Parece algumas vezes, apenas como argumentos de retórica e não de fato. Ou mais, argumentos distorcidos dos fatos.

¹⁰ Pensamento contrário a recente alteração da LINDB e da Nova Lei das Agências Reguladoras.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 5.082-5.106, está acostado o Relatório da Consultoria Tendências. Como este relatório é estritamente econômico, não cabe a este parecer jurídico, o aprofundamento dos seus termos. Caso manifestações das partes sejam acostadas, como de hábito, serão registradas suas análises sobre o tema. Em sequência, se transcreve os dados mais importantes da Conclusão da Consultoria. Os valores que deveriam ser ressarcidos na 3ª Revisão segundo a Tendências são: (CEG) R\$ 129,4 milhões contra R\$ 366,3 milhões, o que representaria na base dez/2016, o montante de R\$ 332,0 milhões, o que acresceria o cálculo de "m" em 0,1306. Já para a 4ª Revisão, a Tendências entende que deveriam ser remetidos à modicidade tarifária, o valor de R\$ 101,3 milhões (base dez/2016). O impacto no cálculo de "m" seria de -0,0398, isto é, redução na margem nesta proporção.

Q - RELATÓRIO DO DR. EROS ROBERTO GRAU - Metodologia para o Cálculo do Ressarcimento do Investimento Não Realizado

Às fls. 5.107, a CEG através da DIRPIR/1433/18, de 17/12/2018, envia para esta AGENERSA, o Relatório em epígrafe.

As questões colocadas pela Contratante do Parecer Jurídico foram: 1- A devolução para a modicidade tarifária, de valores maiores daqueles que deveriam ser devolvidos no ciclo anterior, obriga a AGENERSA a proceder a revisão das tarifas para compensação, quando comprovado o desequilíbrio?; 2- Constatado o fato do desequilíbrio, a devolução de valores, se constitui direito adquirido para a Concessionária?

Primeiramente o Parecerista discorre sobre as formações contratuais e os Princípios do Direito que abarcam estas relações, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público.

Deste trecho, elenco os pontos fulcrais que possam iluminar as questões aqui postas. O primeiro é a explicação de que a alteração contratual de



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

contratos administrativos são possíveis desde que sejam efetuadas para zelar pelo interesse público. Da mesma maneira, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, "em situações fáticas imprevistas", também deve ser operada, da mesma maneira, isto é, para preservar o interesse público que, muitas vezes está em prover a Concessionária as condições de equilíbrio para o fiel cumprimento do Contrato, conforme pactuado em sua origem. O interesse público é o norteador das decisões, quando necessárias mudanças contratuais. E o Dr. Eros Grau, esclarece "...essa equação há de ser mantida durante a vigência do contrato...". A segunda afirmativa é quando aborda a questão e afirma que "A garantia de estabilidade contratual é fator determinante da atração de capitais e de segurança de investimentos". Outro ponto a destacar, é a explicação do equilíbrio econômico-financeiro: " ... Ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrado com a Administração não corresponde uma perfeita equivalência entre prestações contratuais, mas sim o devido respeito à relação econômica aceita pelas partes no momento de sua vinculação."

Neste ponto, às fls.5.121 se extrai a primeira conclusão do Douto Parecerista: "A AGENERSA incumbe o dever de proceder à revisão das tarifas impostas ...a CEG em razão da adoção, na terceira revisão quinquenal de tarifas ...pela Deloitte...".

E complementa, às fls. 5.123, "...12. A evidência disso é além de tudo marcante quando se considere o fato de estarem em curso os processos de revisão tarifária para o quinquênio 2018-2022, as Deliberações 2.034 e 2.035/2014, da AGENERSA determinando que o cálculo dos saldos dos investimentos não realizados, considerando o ciclo passado (2013-2017), sejam compensados nessas revisões."

Por fim, sem muito discorrer sobre este tema, conclui para o item 2 da consulta: "...sim, as concessionárias são titulares de direito adquirido a obterem a devolução de valores que lhes foram indevidamente descontados na revisão tarifária anterior."



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 57
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

R - RELATÓRIO DO ESCRITÓRIO SIQUEIRA CASTRO - Metodologia para o Cálculo do Ressarcimento do Investimento Não Realizado

Às fls. 5.128, é acostado aos autos, o Parecer conforme já citado em epígrafe.

Às fls. 5.129, o escritório introduz na discussão a necessidade de se revisitar o Processo E-12/003.334/2014, que tratou especificamente do tema em questão e transcreve o artigo 1º, da Deliberação AGENERSA nº 3.187/17.

Adiante, emite uma interpretação do artigo 1º, supracitado, de que a metodologia aplicada para a 4ª Revisão Quinquenal deveria ser extensiva à 3ª Revisão Quinquenal.

Complementando sua interpretação acima, relata que a devolução dos valores calculados pela Consultoria Tendências deveriam ser compensados por aqueles valores, no bojo da 4ª Revisão Quinquenal.

Por fim, solicita que a UFF calcule os valores que devem ser devolvidos à Concessionária nesta 4ª Revisão Quinquenal, segundo a lógica que o requerente usou no parágrafo acima.

S - RELATÓRIO COMPLEMENTAR DA UFF

Às fls. 5.137, através da PRESI/AGENERSA nº 005/2019, de 07/01/2019, há solicitação para que o Relatório da UFF seja disponibilizado no site da AGENERSA e que esta informação seja publicada no DOERJ para a publicidade do fato.

Às fls. 5.138, a UFF, através do Ofício nº 025-2018/ESC - UFF, de 20/12/2018, informa a entrega do relatório complementar a esta AGENERSA.

Às fls. 5.142, informa o escopo do referido Relatório como a seguir: Manifestação sobre a proposta complementar da CEG; a resposta da CEG em relação aos novos investimentos e ao tratamento tarifário dos Consumidores



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Livres, bem como, também, em relação a manifestação da PETROBRAS sobre o tema e as questões que não foram tratadas nos Relatórios anteriores, principalmente a relacionada à estrutura tarifária.

A nova proposta da CEG reduziu o reposicionamento da margem de 34,67 % para 26,68%. Este valor, após a solicitação de inclusão de novos investimentos, teve um acréscimo de 0,6 %, e desta forma, atingindo o valor final de 27,28 % (vinte e sete inteiros e vinte e oito centésimos por cento).

A partir daí, a UFF apresenta cada ponto de formação da margem, bem como, também, analisa e justifica cada diferença entre a sua proposta e a nova proposta da CEG.

1. TRC (Taxa de Remuneração do Capital)

A UFF demonstra que a divergência entre as duas proposições UFF x CEG está no Risco Brasil. As premissas temporais adotadas são diversas, o que causa a diferença, às fls. 5.145.

2. Demanda

A UFF demonstra neste item que a maior diferença se encontra no dimensionamento da demanda termelétrica. Mesmo depois da revisão efetuada pela CEG, a diferença ainda está em 15 % (quinze por cento), o que significa que a UFF entende que o despacho termelétrico do ciclo será maior, mesmo analisando os mesmos dados, quais sejam, as previsões da PSR.

Em relação a demanda convencional, a UFF explica que como acatou a proposição de investimentos apresentados pela CEG, onde houve redução, isto a levou a rever as projeções na base de clientes.

Como pode ser observado no Gráfico 3, às 5.149, as propostas da UFF e da CEG se aproximam, principalmente no final do ciclo. Da mesma maneira, o gráfico 4 apresenta as propostas novas da UFF e da CEG para o segmento



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

comercial e a diferença de previsões é pequena, se afastando um pouco mais no final do ciclo.

A consolidação da UFF se encontra, às fls. 5.152, Tabela 4, e indica a demanda projetada com a seguir: (2018) 4.162,2 milhões de m³; (2019) 3.125,68 milhões de m³; (2020) 2.744,52 milhões de m³; (2021) 2.549,76 milhões de m³; (2022) 2.666,59 milhões de m³.

3. Custo Operacional (OPEX)

A UFF explica seus critérios, reafirma suas posições anteriores em relação a vincular OPEX com base de clientes, declara sua concordância em relação a alguns gastos de expatriados, com exceção da rubrica gastos de pessoal e informa sua concordância com o gastos de GNC, após os esclarecimentos da CEG.

Por fim na tabela 6, às fls. 5.154-5.155, a UFF consolida sua projeção correlacionando com a base de clientes como a seguir: 2018 (R\$ 460,477 milhões / 970.269 clientes); 2019 (R\$ 491,954 / 1.000.104 clientes); 2020 (R\$ 501,906 milhões / 1.029.741 clientes); 2021 (R\$ 500,015 milhões / 1.059.133 clientes); 2022 (R\$ 510.221 milhões / 1.088.156 clientes). O montante do OPEX para o ciclo foi de R\$ 2.464,574 milhões.

4. Perdas

Em relação as perdas, a UFF informa que manteve suas projeções anteriores e expressa os valores, às fls. 5.156, tabela 8, onde também apresenta os valores da nova proposta da CEG.

5. Investimentos



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A Consultoria da UFF, às fls. 5.157, declara estar de acordo com os investimentos projetados pela CEG, nesta nova proposta.

Às fls. 5.167, entende como a maioria que, se não há certeza da implementação do Biometano, que este seja incluído através de Revisão Extraordinária, caso o empreendimento tenha condições de operar.

6. BRA

A tabela 10, às fls. 5.159, mostra a Base de Ativos da CEG, considerando III TA. O montante total é de 3.552,74 milhões (base dez/2016). Os critérios de depreciação estão conforme o contrato de Concessão. Cabe ressaltar que a UFF faz várias recomendações técnicas neste tópico buscando melhorar a apuração futura destes valores. Estas já foram citadas anteriormente. A tabela 11, considera sem o III TA e chega ao valor de R\$ 3.331,42 milhões (base dez/2016), às fls. 5.160.

7. Lei do Gás

Às fls. 5.160-5.166, discorre sobre a legislação e apresenta histórico das decisões da AGENERSA e na Tabela, mostra sua proposição nos descontos de margem para as termelétricas, que coincide com a CEG, mas entende, como a PETROBRAS, anteriormente, que os descontos deveriam ser praticados a partir do início do ciclo.

8. Estrutura Tarifária

Às fls. 5.167, a UFF comenta sobre a revisão da CEG onde reduz a margem comercial em 45 % a industrial de 10 a 18 %, em contrapartida eleva a do segmento residencial de 4 % e o GNV em 36 %.



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 54
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Em relação as proposições da Concessionária, a UFF entende que não há base técnica para sustentar tal mudança e sugere reajuste linear. Exceto para os casos específicos de Consumidores livres já abordados acima.

Às fls. 5.168, a UFF se manifesta a favor da eliminação da tarifa mínima para os consumidores de tarifas Sociais. A UFF calculou o impacto desta mudança.

9. III TA

A UFF entende, às fls. 5.169, que a Revisão Tarifária não é o fórum para este debate. Sugere abertura de processo específico para discutir este tema. Adota a recomendação da Procuradoria, desta AGENERSA, quanto a produção de efeitos gerados na regulação, a partir da assinatura do mesmo.

10. Margem de Reposicionamento (m)

Às fls. 5.169-5170, resume os pontos finais que foram alterados, onde a UFF chega a um valor de m de 5,23 % (cinco inteiros e vinte três centésimos por cento) mas acrescenta mais um cálculo conforme o gráfico 8, onde considera a alteração da tarifa social (sem o consumo mínimo), do desconto das térmicas com ramal dedicado e com desconto a partir de 2018. O valor final com estas considerações chega a um valor de m de 6,08 % (seis inteiros e oito centésimos por cento). A diferença é de 0,85% no valor de m.

11. Dados Consolidados da UFF - principais fatores da Revisão



Serviço Público Estadual
 Processo nº E-12/003.124/2017
 Data: 14/02/2017 Fls.: 5701
 ID: 5018.246.3 Rubrica: ✓

Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
 Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Tabela 13 - Revisão da Consultoria UFF (valores em milhões R\$)

	2018	2019	2020	2021	2022
Margem Não Reposicionada					
4º Relatório	1.050,11	1.033,93	1.027,01	1.023,31	1.037,25
Inclusão UTE Santa Cruz	1.079,71	1.054,97	1.039,61	1.038,12	1.053,41
Revisão	1.074,44	919,73	1.022,50	1.015,24	1.024,83
OPEX					
4º Relatório	450,29	470,50	483,35	493,96	503,90
Revisão	460,48	491,93	501,91	500,02	510,22
Novos Incrementos					
4º Relatório	228,03	226,31	218,70	206,80	209,97
Revisão	152,95	157,16	184,78	173,74	165,37
BRA Inicial com 3º TA					
4º Relatório	3.539,75				
Revisão	3.661,85				
Depreciação com 3º TA					
4º Relatório	174,34	180,69	186,82	190,49	194,41
Revisão	178,18	182,07	186,60	189,07	191,08
BRA Final com 3º TA					
4º Relatório					3.700,71
Revisão					3.567,25
BRA Inicial sem 3º TA					
4º Relatório	3.384,35				
Revisão	3.506,43				
Depreciação sem 3º TA					
4º Relatório	160,37	172,92	179,18	182,72	186,64
Revisão	170,41	174,30	178,83	181,30	183,91
BRA Final sem 3º TA					
4º Relatório					3.384,16
Revisão					3.450,70

Fonte: Elaboração própria.

12. Cálculo do Reposicionamento - com III TA

Tabela 14 - Cálculo do Reposicionamento Tarifário (M), com 3º TA (valores em milhões R\$ dez/16)

moeda dez/16	Taxa de Remuneração = 9,43%					
CEQ	Ano					Valor
Valores em MRS	2018	2020	2021	2022		Presente
I = 0,66*Margem Não Reposicionada	709,13	607,62	674,85	670,06	676,39	2.568,23
II = 0,66* Custos e Despesas Operacionais	303,91	324,69	331,26	330,91	336,75	1.248,79
III = 0,66*Receitas Correlatas	14,79	14,96	15,17	15,43	15,70	68,36
IV = 0,34*Depreciação	60,58	61,90	63,45	64,28	65,17	245,83
V = 0,34*Juros s/ Capital Próprio	34,22	38,44	42,97	42,97	42,97	183,54
VI = Investimentos	152,95	157,16	184,78	172,74	165,37	632,87
VII = Compensação de Retroatividade	25,16					
VIII = Gastos Processos Regulatórios	3,65					
IX = Base Inicial	3.661,85					
X = Base Final					3.567,25	3.273,27
XI = Compensação dos investimentos não realizados no quinquênio 2013-2017	95,13					
m = Receita Requerida / Margens Não Reposicionadas						
m = [IX + VP(II) - VP(III) - VP(IV) - VP(V) + VP(VI) - VII + VIII - VP(X) - XI] / VP(I)						
	1,0523					

Fonte: Elaboração própria.



Serviço Público Estadual
 Processo nº E-12/003.124/2017
 Data: 14/02/2017 Fls.: 5752
 ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

13. Cálculo do Reposicionamento - sem III TA

moeda dez/16	Taxa de Remuneração = 9,43%					Valor
CEG	Ano					Presente
Valores em MR\$	2018	2019	2020	2021	2022	
I = 0,66*Margem Não Reposicionada	709,13	607,02	674,85	670,06	676,39	2.588,33
II = 0,66* Custos e Despesas Operacionais	303,91	324,69	331,26	330,01	336,75	1.346,39
III = 0,66* Receitas Correlatas	14,79	14,96	15,17	15,43	15,70	58,35
IV = 0,34* Depreciação	57,94	59,26	60,80	61,64	62,53	231,67
V = 0,34* Juros s/ Capital Próprio	34,22	38,44	42,97	42,97	42,97	193,61
VI = Investimentos	152,65	157,16	164,78	172,74	165,37	632,67
VII = Compensação de Retroatividade	25,10					
VIII = Gastos Processos Regulatórios	3,65					
IX = Base Inicial	3.506,45					
X = Base Final					3.450,70	2.199,00
XI = Compensação dos Investimentos não realizados no quinquênio 2013-2017	124,72					
m = Receita Requerida / Margens Não Reposicionadas						
m = [IX + VP(II) - VP(III) - VP(IV) - V(V) + VP(VI) - VII + VIII - VP(X) - XI] / VP(I)						
	m =	1,8131				

Fonte: Elaboração própria.

Às fls. 5.234, a AGENERSA através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 112/2019, de 30/01/2019, solicita para que a UFF se manifeste em relação ao Parecer do Escritório SIQUEIRA CASTRO e em relação ao Relatório da Consultoria Tendências.

Às fls. 5.243, a UFF remete Ofício nº 003-2019/ESC-UFF, de 22/02/2019, em resposta ao Ofício acima referenciado.

1. RETROATIVIDADE DA COMPENSAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO CICLO DA 3ª REVISÃO QUINQUENAL NA 4ª REVISÃO QUINQUENAL

A UFF descreve, às fls. 5.245: "...A Petição do escritório SIQUEIRA CASTRO defende que o cálculo do reposicionamento tarifário da 4ª Revisão Quinquenal considere os efeitos retroativos da aplicação da metodologia da FGV no ciclo 2008-2012 e o Parecer da TENDÊNCIAS estima o montante que teria



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

sido descontado indevidamente das tarifas de distribuição ao quarto ciclo e o reposicionamento para compensar no quinto ciclo."

A UFF explica que a revisão deve se restringir ao ciclo que está sendo projetado e ao anterior, não se podendo extrapolar este período de tempo "...por razões regulatórias, e também porque colocaria as decisões do Conselho Diretor da AGENERSA referentes ao processo de revisão tarifária anteriores."

Explicando a metodologia a UFF relata: "...É normal e desejável que num processo de revisão ocorram ajustes e aprimoramentos nas metodologias tarifárias de revisões anteriores. Com regra geral, eventual aprimoramento não deve ter efeito retroativo a revisões anteriores ao ciclo em questão. Isto porque em um processo de revisão tarifária, a agência reguladora toma decisões sobre um grande conjunto de variáveis visando fixar tarifas justas, razoáveis e economicamente sustentáveis para a concessionária. As decisões sobre cada uma das variáveis não são necessariamente independentes. Assim, retroceder numa revisão anterior considerando apenas uma variável, significa retroceder na decisão do terceiro Ciclo Tarifário alterando o equilíbrio econômico associado à esta decisão."

Mais adiante, às fls. 5.245-5246, a UFF esclarece que a própria Concessionária solicitou uma série de mudanças metodológicas na quarta revisão quinquenal que, se implementadas agora e retroagidas, seriam desfavoráveis à Concessionária. Desta forma a UFF afirma: "... não é recomendável retroceder a decisão para um caso específico, assim como seria desrespeitar a regra e o rito da revisão tarifária, retroceder em todas as modificações metodológicas."

Por fim a UFF elucida que a celeridade do processo de revisão seria comprometida e que Revisões Extraordinárias só são pertinentes se houverem provas "...de desequilíbrio econômico persistente no contrato."

Garantindo a transparência, a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, a AGENERSA, através do Ofício AGENERSA/PRESI nº 211/2019, de 27/02/2019, remete as considerações da UFF, conforme o



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
documento já referenciado acima, para que a CEG se manifeste em um prazo de 10 (dez) dias.

2. CONTRADITÓRIO DA CEG EM RELAÇÃO AO TEMA COMPENSAÇÃO RETROATIVA DE INVESTIMENTOS

As fls. 5.255, o escritório SIQUEIRA CASTRO, representante da CEG já qualificado nos autos, inicialmente descreve em forma de sucinto relatório, e na sequência inicia seu contraditório.

Ataca a argumentação da UFF qualificando-a como "...feição meramente argumentativa..." mas logo, em seguida, usa estes mesmos argumentos em sua defesa: "...a própria consultoria UFF, no bojo da mesma manifestação ora contra-argumentada reconhece prejuízo..."

Depois de criticar a argumentação da UFF, onde esta requeria a devida evidência escreve: "...considera-se cumprido o requisito "comprovação do desequilíbrio".

Na sequência, nas palavras do peticionário: "...adiante, enfrentamento dos "motivos".

As fls. 5.259 e ss. transcreve trecho de um julgado do Ministro Luiz Fux, em sede de Mandado de Segurança, no STJ (Superior Tribunal de Justiça) nos termos a seguir: "...a Constituição Federal ao insculpir os princípios do art.37...cláusula máster da moralidade torna clara a necessidade de manter-se esse equilíbrio, ao realçar as "condições efetivas da proposta ...".

As fls. 5.262, argumenta que "...entendimento do próprio Conselho Diretor da AGENERSA no processo da 3ª Revisão Quinquenal,...por meio da Deliberação AGENERSA nº 2.034 e nº 2.035/2014...", e, na sequência, cita o artigo 3º, que alterou alguns artigos da Deliberação nº 1.976/2013 e destaca em negrito, a nova redação do artigo 7º, qual seja: " Determinar abertura de processo regulatório específico, ...para estudo da metodologia de cálculo de m,



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls. 574
ID: 5018.246.3 Rubrica: ✓

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

considerando-os já no presente ciclo tarifário (2013/2017), com eventual compensação de valores, se houver, na próxima revisão quinquenal..."

Mais a frente, citando às fls. 5.263, o voto do Conselheiro José Carlos dos Santos Araújo, no bojo do processo E-12/020.051/2009, cujo o objeto era a 2ª Revisão de tarifas da Concessionária PROLAGOS: "...argumenta...o Grupo de Trabalho, que o próprio encerramento da 1ª Revisão quinquenal teria o condão de sepultar quaisquer áleas ...não recompostas, visto que o seu julgamento implica, necessariamente, num reequilíbrio total da equação econômico-financeira. ...". Pelo que consta no parecer do Escritório SIQUEIRA CASTRO, a reflexão efetuada pelo Relator seria: "...Ora, o efetivo reequilíbrio econômico-financeiro deve ocorrer de forma concreta. Não se aplica, aqui, uma presunção absoluta de que as áleas ocorridas em determinado período foram todas recompostas pela mera superveniência de uma decisão quanto ao pleito da revisão contratual. Tampouco há, nessa seara, uma espécie de preclusão lógica. ...no que tange ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, não se pode adotar mera presunção. Há que se perquirir um equilíbrio material e não meramente formal."

O escritório SIQUEIRA CASTRO, defende sua posição da seguinte maneira: "...o entendimento transcrito é eloquente para demonstrar, também, que a intangibilidade das bases econômicas da concessão deve prevalecer vis-à-vis às argumentações suscitadas pela consultoria UFF".

Cita a Orientação Normativa nº 22, de 01/04/2009 da AGU (Advocacia Geral da União) editada à época, pelo Advogado Geral da União, o atual Ministro do STF, Ilmo Sr. Dr. Dias Toffoli., que entende, naquele documento, que o reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo.

Por fim, alega que a UFF quer com seus argumentos "...a desnaturação" do regime de *price cap*, pois o mesmo "...tem na assunção de riscos e na possibilidade de majoração de receita suas principais características. ", às fls. 5.267.



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fis. 5366
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

T- DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

Às fls. 5.281-5.291, a CEG, através da DIJUR-0161/2019, de 03/04/2019, faz requerimento administrativo com pedido de efeito suspensivo, onde o teor do mesmo é basicamente uma coletânea de tudo aquilo que já foi relatado no decorrer desta instrução processual e, portanto, o não detalhamento dos pontos do mesmo, não compromete a análise do presente parecer jurídico. Para confirmar este relato, às fls. 5.292-5.336, anexa a este requerimento, o Parecer do Escritório SIQUEIRA CASTRO, que já foi depuradamente relatado anteriormente.

Às fls. 5.337, através da CI AGENERSA/SECEX nº 617, de 11/04/2019, que informa que a recepção da Carta DIJUR-0161/2019, pela AGENERSA, foi devidamente publicada no DOERJ, de 11/04/2019, bem como, também, disponibilizada no *site* da AGENERSA. A cópia do DOERJ e da tela do *site* se encontram às folhas seguintes do processo, no sentido de garantir a transparência do mesmo.

U - OUTRA MANIFESTAÇÕES SOBRE III TA E COMPENSAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Às fls. 5.340, é entranhada aos autos a CI AGENERSA/SECEX nº 661/2019, de 16/04/2019, informando a juntada aos autos cópia de email da ABEGÁS, às fls. 5.341-5.343, que reforça seu desacordo com a linha adotada pela Procuradoria desta AGENERSA, que no entender da ABEGÁS "...desconhecem os princípios elementares que informam a estrutura de um Estado Democrático de Direito".



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 5.345, a CEG através da DIJUR-0159/2019, de 15/04/2019, remete à Subsecretaria de Óleo, Gás e Energia suas considerações a respeito do III TA -2.14 - Subexecução de Investimentos.

O tema descrito pela própria CEG e CEG RIO "...é a subexecução de investimentos do quinquênio 2013/2017, no que se refere aos investimentos então previstos nos 1º e 2º Termo Aditivo, alterado pelo terceiro termo aditivo."

E prossegue na sua sustentação elegendo a manifestação da PGE, que no entendimento da CEG, define duas possibilidades: a outorga compensatória e/ou a eventual necessidade de efetivação de redução tarifária daí resultante. neste mesmo trecho, a PGE inicia sua construção lógica a qual transcrevo: "...urge ser ouvida a AGENERSA a respeito do eventual impacto que os investimentos nestes Termos Aditivos celebrados em 2004 e 2005, tiveram sobre as tarifas..."

A seguir demonstra a opção do Poder Concedente pela outorga compensatória mas neste trecho nada fala sobre os efeitos da outorga ou tampouco sobre o subinvestimento, todos os trechos retirados do corpo do processo E-12/001/1299/2014.

A CEG ainda deixa registrado que o "interesse público primário", "...residiu na necessidade de geração de receitas para o estado, em situação de crise econômica".

Faz a 5.347, a correlação do valor pago de outorga com os valores dos investimentos. Cita que esta "equivalência", pode ser observada na leitura do item 2.1.4 do III TA.

Reforça também, e cita que não haverá equilíbrio econômico financeiro no ciclo 2018-2022, já que foram considerados quando da revisão tarifária referente ao período 2013-2017. Segundo a CEG, as partes estavam quites sem valor a compensar.

Cita adiante, o item 2.1.3, que discorre sobre o critério de amortização, fixado por um período de 20 (vinte) anos. Retira a amortização já efetuada no ciclo anterior, para evitar contabilização em duplicidade. Como se observa no



Governo do Estado do Rio de Janeiro

*Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro*

texto da CEG: "... E "ainda" a amortização destes investimentos que não foram realizados estará sendo devidamente devolvida à modicidade tarifária no quinquênio 2018-2022, uma vez que a amortização da outorga será considerada a partir de 2018."

Às fls. 5.350-5.352, através da DIJUR-0156/2019, de 15/04/2019, a CEG remete àquela mesma Subsecretaria de Governo, agora informando sobre sua posição em relação a "Metodologia de Cálculo de Compensação de Investimentos Não Realizados".

Como o teor da Carta, apenas incorpora vários aspectos já discutidos no curso deste relatório, por economia processual, não faço o detalhamento, por não haver elementos novos para o entendimento da questão.

Os documentos que embasam este posicionamento da CEG, são: a cópia do Parecer do Douto Ex Ministro EROS GRAU, às fls. 5.353-5.361, cujo original, já é parte do processo e acostado em folhas anteriores e o Relatório da TENDÊNCIAS, também já relatado anteriormente, cuja cópia foi acostada, às fls. 5.362-5.374.

Às fls. 5.375-5.37 e 5.383-5.384, através da Carta INP/ARX 0246/2019, de 16/04/2019, se manifesta em relação ao Ofício AGENERSA nº 120/2019. Cita surpresa pela falta de manifestação da AGENERSA em relação ao III TA, já que se passaram vários meses. Relata a necessidade de urgência de deliberação final da revisão e solicita que se avance nas definições das tarifas oriundas da própria Lei do Gás.

Aproveita a oportunidade para reforçar seus pedidos anteriores e agradece pela transparência da AGENERSA em permitir o acompanhamento completo, passo a passo, do processo.

A ABRACE, às fls. 5.377, através da Carta COR-DIR-23-15042019, deixa registrada sua posição, de ser nulo o III TA.

ABEGÁS, às fls. 5.380-5.382, envia a CT 085/19, de 15/04/2019, reitera suas afirmativas anteriores, não acrescentando nada novo a relatar.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A ABRACE, envia para a Subsecretaria de Petróleo, e Gás do ERJ, às fls. 5.386-5.417 ,através da COR-DIR-014-15022019, de 15/04/2019, documentos já acostados aos autos, que desta maneira não serão reportados de forma repetida neste espaço do relatório.

ABEGÁS, às fls. 5.418-5.421, envia a CT 090/19, de 10/05/2019, reitera suas afirmativas anteriores, não acrescentando nada novo a relatar.

V - MANIFESTAÇÃO FINAL DO PODER CONCEDENTE

Às fls. 5.428, através do Ofício SEDEGER/SOGE nº 04, de 09/05/2016, o PODER CONCEDENTE se manifesta no que chamou de "análise geral dos temas referentes a 4ª Revisão Quinquenal CEG e CEG-RIO", e declara que esta análise é voltada a maximizar a economia e a eficiência para a concessão, incentivando o desenvolvimento do mercado consumidor de gás natural.

1. Investimentos

Exclusão dos investimentos da empresa Gás Natural Açu (GNA) da base de remuneração, inclusão do investimento da Marlim Azul, exclusão do projeto de Biometano por indefinição regulatória. Com relação aos singulares não observou nenhuma inconsistência na proposta da CEG. Com relação aos postos de GNV, garantir recursos para expansão de 120 (cento e vinte) postos.

2. TRC

Afirma que em relação a proposta da CEG, há espaço para melhorias e que considera a janela temporal do risco Brasil fora da realidade nacional.

3. Demanda



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Em relação ao mercado convencional cita que não é necessário se instalar mecanismos de ajuste, já que a variação de demanda é risco do negócio. Que a demanda termelétrica independe de atuação pró-negócios da Concessionária, pois será ditada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico(CMSE).

Alerta que a redução de demanda deve ser acompanhada com a redução de OPEX.

4. Custos Operacionais (OPEX)

Manifesta sua certeza de que há espaço de melhoria em face da curva de aprendizado da CEG durante o tempo. O custo por cliente deve ser declinante. Cita a necessidade de implementação de um sistema mais eficiente e transparente para o controle destes gastos.

5. 5º Ciclo tarifário

Já que a Revisão avançou pelo ciclo, é importante utilizar já os valores reais para criar menos incerteza para o próprio ciclo.

X - RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO - PORTARIA AGENRESA Nº 500/2017

A parte inicial do Relatório do Grupo de Trabalho é basicamente a descrição histórica da Concessão. Na sequência, o relatório aborda quase todas as questões já levantadas até este ponto do texto e, portanto, o que já tiver sido relatado não se repetirá. Só serão destacados os pontos inusitados e, principalmente, as conclusões que o Grupo de Trabalho elenca ao final do seu reporte.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Às fls. 52, se inicia uma análise e apresentação dos Aspectos Econômicos e financeiros da Concessionária.

1. Índices Financeiros

O GT analisa estes indicadores e conclui que há uma certa estabilidade na estrutura de capital refletida por um endividamento estável. Também, nesta tabela, pode ser observada a participação/relação do Capital Próprio na estrutura de capital da Concessionária. O GT alerta para se observar a relevância da estrutura de terceiros.

Em relação a rentabilidade do Patrimônio Líquido, o GT destaca que a Consultoria identificou alta rentabilidade do Patrimônio Líquido, apesar de uma expectativa de necessidades de caixa à curto prazo, o que poderia aumentar o nível de alavancagem. Outro ponto que demonstra esta tendência é o deslocamento do ciclo de recebimentos /pagamentos que é negativo.

2. TRC

O GT, às fls. 64, identifica no Relatório 4 da Consultoria elementos importantes a respeito do debate em relação a qual metodologia adotar, quais sejam, WACC ou CAPM. Cita que há condicionantes contratuais envolvidos, lastreadas no CAPM.

3. Demanda

O GT retira do conteúdo do relatório da UFF, a possibilidade de introdução de fator K, utilizado pela ARSESP, que é uma banda de variação da demanda.

4. OPEX



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

O GT, às fls. 65, retira do conteúdo do relatório da UFF, a possibilidade de introdução de fator X, utilizado pela ARSESP, que é um redutor de custos operacionais, como se fosse um deflator ao curso do tempo.

5. Investimentos

O que se extrai de importante nesta parte do texto do GT, é a ressalva efetuada pela UFF, que alerta: "...a expansão da base de ativos não é automática, sendo vinculada à efetiva realização das intervenções.."

6. Depreciação

A UFF entende que o lançamento da depreciação na base de ativos conforme o Contrato de Concessão não está muito adequada, mas declara que os cálculos estão conforme fixado no Contrato de Concessão. O GT, às fls. 76, destaca que a UFF até identificou a Deliberação AGENERSA nº 371/2009, que já discutia o tema.

A seguir, está expressa as conclusões que o GT entende, após ponderar todas as argumentações e contribuições, ser a mais apropriada.

Inicialmente, às fls. 96, na parte introdutória, o GT se manifesta pela introdução de FX para atribuir aos usuários parte dos ganhos de eficiência obtidos pela Concessionária.

Às fls. 100, o GT indica que o mecanismo definido no Instrumento Concessivo para a tarifação consistente é o de "price cap".

Segue elencando alguns itens que deveriam ser passíveis de estudo do Poder Concedente, no sentido de uma atualização do Contrato Concessivo as melhores práticas e cita: Fator X, Fator K, a troca do CAPM pelo WACC, meta de perdas, separação dos mercados térmicos e não térmicos. Cita, também, que a oportunidade se apresenta, já que está se aproximando o fim do Contrato. O



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

GT recomenda, ainda, que seja contratada Consultoria, no sentido de reavaliar os bens reversíveis, no que tange seus aspectos físicos e contábeis.

7. Receitas Correlatas

O GT, resume estas receitas através de um quadro, às fls. 102, onde o montante é da ordem de R\$ 115, 230 milhões (base dez/2016).

8. Investimentos

O grupo de trabalho, citando a Deliberação AGENERSA nº 3.139/2017, artigos 1º e 2º, chega a um montante na ordem de R\$ 60,766 milhões à compensar sem a atualização monetária e, logo a seguir, com o valor de R\$ 95,058 milhões já atualizados.

9. Retroatividade

Em relação a esta parcela o GT informa que os valores encontrados pela CEG e pela UFF são idênticos e que se alinha desta forma aos dados apresentados.

10. Deliberações a Compensar

O GT lista as Deliberações que remetiam à compensação na 4ª Revisão Quinquenal como a seguir: Deliberação AGENERSA nº 2.855/2016, artigo 4º; nº 2.914, artigos 7º e 8º, e apresenta o valor consolidado na tabela no montante de R\$ 3,65 milhões (base dez/2016).

11. Devolução de Valores referentes a supressão de Investimentos do III TA



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

O GT informa que devem ser descontados os valores que foram relacionados a este tema, já que os mesmos foram remunerados na equação de equilíbrio da 3ª Revisão Quinquenal. O valor a ser descontado é da ordem de R\$ 130,847 milhões que, levados à base dez/2016, chegam a R\$ 182,824 milhões.

12. Custos Operacionais - OPEX

O GT apresenta a proposição da UFF que é de aprovar uma redução de 12,69 % (doze inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) e declara que se "associa parcialmente" a esta apuração. Os valores já conhecidos, à época de emissão do relatório já foram incorporados.

As rubricas que foram reavaliadas pelo GT foram: aluguéis, gastos jurídicos, publicidade/propaganda/relações públicas; gastos de atividade comercial, despesas de pessoal e perdas de gás (1,5 % do custo da compra de gás e serviços).

O valor final que o GT apurou para o OPEX é da ordem de R\$ 1.732,805 milhões.(base dez/2016).

O Relatório 2 da UFF, às fls. 54, apresenta para o cenário 2 de termelétricas, o volume total de 5.854 mil m³ / dia. O grupo de trabalho, às fls. 116, opta pelo cenário superior para demanda termelétrica do Relatório 2 da UFF. Às fls. 119, no item 16.13, o GT indica o cenário do Relatório 4 da UFF. Parece haver uma contradição.

13. Investimentos (CAPEX - Capital Expenditures)

O Total de Investimentos propostos pelo GT é de R\$ 811,097 milhões (base dez/2016).

14. BRA (Base de Remuneração de Ativos).



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

O GT esclarece no relatório que a Base de Remuneração de Ativos(BRA) foi objeto do processo E-33/120.231/2006, específico para tratar do tema. Dentre as premissas estabelecidas para a elaboração do trabalho era definir quais tipos de ativos seriam considerados como reversíveis ao Poder Concedente (lacuna existente no contrato de concessão original). Em relação a este tema e baseado nos elementos acima expostos, o GT sugere a adoção do entendimento macro de que o rol de todos os ativos físicos, este entendimento se alinhou a Lei das Concessões, ao edital de Venda PED/ERJ nº 02/97), segundo o GT. Mais adiante, separa estes bens e reversíveis e não reversíveis.

Em relação a esta questão o GT remete a definição final do assunto à contratação de Consultoria e que seus efeitos sejam apurados no próximo ciclo revisional. Como valor a ser considerado como BRA inicial, o grupo de trabalho adota o valor de R\$ 2.151.942.662,62 onde R\$ 1.645.607.917,98 são bens reversíveis, a diferença remetida ao ativo imobilizado (não reversíveis).

15. TRC (Taxa de remuneração do Capital)

Às fls. 130, o GT indica que a premissa contratual é o CAPM. Às fls. 132, o GT informa o desmembramento das parcelas consideradas e, o valor final, convergente ao da UFF, que foi de 9,43 % (nove inteiros e quarenta e três centésimos por cento).

16. JCC (Juros de Capital Próprio)

Às fls. 133, o GT se alinha aos dados apresentados pela UFF que foram extraídos dos demonstrativos financeiros da empresa.

17. Margem de Contribuição (" m ")



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

O GT apresenta a metodologia utilizada para o cálculo de "m" e às fls. 137, consolidam estes cálculos, onde se chega o valor de 0,8653194.

CÁLCULO DE m						
Em R\$ milhões						
	Ano					Valor Percentual
	2018	2019	2020	2021	2022	
I = 0,66*Margem Não Reprecionada	662,08	564,83	646,00	650,80	453,59	2.442,32
II = 0,66* Custos e Despesas Operacionais	268,38	219,56	213,68	218,53	223,50	886,40
III = 0,66* Receitas Cumuladas	14,79	14,90	13,17	13,43	13,70	59,35
IV = 0,34* Depreciação	61,31	62,48	64,36	65,50	66,92	345,89
V = 0,34* Juros s/ Capital Próprio	34,32	38,44	42,97	43,87	42,97	193,51
VI = Investimentos	144,05	144,13	184,76	172,74	183,57	618,67
VII = Recuperação da Rentabilidade	23,18					
VIII = Compensação das Deliberação	3,85					
IX = Base Inicial de Ativos Regulatórios	3.302,07					
X = Base Final de Ativos Regulatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	3.272,47	2.081,43
XI = Compensação de Investimentos não realizados	95,06					95,06
XII = Devolução tarifa recebida p/invest superações III T.A	182,84					
$m = IX - VP(II) - VP(III) - VP(IV) - VP(V) - VP(VI) - VP(VII) - VP(X) - VP(XI) - VP(XII) - VP(X)$						
m = 0,8653194						

Taxa de Remuneração 9,42%

DO MÉRITO

Antes de adentrar diretamente ao mérito do presente parecer jurídico, importante deixar registrado, que foi verificado no decorrer da execução do relatório acima, a completa aderência da AGENERSA, aos Princípios Constitucionais da República, aqueles que norteiam o Estado Democrático de Direito, bem como, também, os dispositivos infralegais, paraflegais e contratuais, pertinentes ao ambiente regulatório corrente e vigente no país.

Em destaque, os artigos que emanam, no artigo 5º, da CRFB-88, os Direitos Fundamentais que são imutáveis e perenes. Nesta mesma linha o respeito aos Princípios do Direito Administrativo, contidos no artigo 37, da Carta Magna do Brasil. E por fim, o artigo 175, que faz a ligação da Constituição com a iniciativa privada, permeando, assim, o caminho que deve ser o norte do presente parecer jurídico.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Em relação a Legislação Infralegal, mormente a Lei das Concessões, a Lei das Agências Reguladoras e a Lei de Criação da AGENERSA e, por fim, o Contrato de Concessão que é a ponte que delimita a relação público-privado no âmbito das Concessões.

Esta manifestação inicial foi motivada por várias alegações, preocupações e especulações que foram objeto de conclusões antecipadas, isto é, antes que esta AGENERSA se pronunciasse nos autos sobre as questões postas.

A construção das soluções e o sopesar das questões, se deram na própria instrução dos autos, que seguiu seu rumo próprio, onde as divergências e entendimentos contrários contribuíram, sobremaneira, à consolidação da convicção que se chega de cada questão separadamente, até que a soma de tudo ilumina, o que deve ser adotado, para o conjunto das partes interessadas, na prevalência da legalidade e do interesse público, objetivos primordiais para uma gestão pública imparcial.

Já no início da Lei das Concessões, é fixado o caminho que deve ser percorrido na análise, quando se trata desta interface tão importante para a Sociedade que é o equilíbrio entre o público e o privado.

Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

No artigo 6º, define os Princípios Legais que devem nortear toda análise efetuada no ambiente regulatório das Concessões:

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. § 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Seguindo esta diretriz, isto é, a integração destes Princípios, como a base de emissão deste parecer jurídico.

Antes de iniciar a análise das discussões jurídicas que se travaram nos autos, deixo um trecho da música "Sol de Primavera", de Beto Guedes e Ronaldo Bastos, para que possamos refletir durante a leitura do que se segue :

Sol de Primavera, abre as janelas do meu peito, a lição sabemos de cor, só nos resta aprender, ...juntos outra vez...

1. DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA CEG - III TA

O primeiro tema que será analisado é o efeito do III Termo Aditivo (III TA) do Contrato de Concessão. A razão de se iniciar por tema tão controverso, é porque a definição do que ali se encerra, é fundamental para a integração dos demais aspectos da 4ª Revisão Quinquenal.

Como a correta leitura do Direito deve ser efetuada não de maneira pontual, mas de forma integrativa, onde o conjunto dos dispositivos é que nos desvendam a real intenção daqueles que compilaram o texto, é com este espírito que se conduzirá a exegese do texto do III TA.

O objetivo é preencher a única lacuna que ficou aberta, quando esta Procuradoria emitiu o parecer jurídico FMMM nº 06/2018, qual seja, responder a seguinte pergunta: Quais os efeitos que foram gerados pelo III TA na Concessão da CEG?

As demais questões já foram esclarecidas no referido parecer, tais como: os planos da existência, da validade e da eficácia do instrumento assinado, onde ficou expresso que o III TA é existente, é válido e que gera efeitos sobre a Concessão. Ali, já foram afastadas as questões levantadas por algumas Instituições como descrito no Relatório, que aventavam a possibilidade de que o mesmo fosse nulo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

O que não foi respondido e remetido para a presente análise, pelo próprio parecer da Procuradoria, é se as remessas dos valores ali pactuados, seriam remetidos para o ativo intangível e com a consequente entrada na base regulatória de ativos (BRA).

Primeiramente, antes de responder a esta pergunta, é necessário esclarecer para aqueles que não militam na regulação que, pela doutrina, e agora, mais recentemente, encampado este conceito pela CVM (Comissão de Valores Imobiliários), todo o ativo intangível da Concessão deve ser devolvido ao Poder Concedente, ao fim do Contrato de Concessão. O ativo intangível em uma Concessão, é o local definido para a guarda dos ativos que serão devolvidos.

A resposta àquela pergunta é: SIM, os valores pactuados no III TA passarão a ser parte do ativo intangível e comporão a base de ativos regulatórios, como se demonstra a seguir. Mas mesmo, com esta afirmativa, ainda restam perguntas a serem respondidas. A primeira é como, a segunda é quando e a terceira é quanto. A partir da análise passo a passo, da Cláusula Primeira e a Cláusula Segunda é que podemos encontrar as respostas.

Se extrairá apenas o trechos que, juntos, comporão a base de conhecimento para responder as questões acima

1.A Cláusula Primeira - Do Objeto

O subitem 1.1 da Cláusula Primeira explica:

" Mediante a celebração do presente TERMO, ficam alteradas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, no item 2.1 do Termo Aditivo celebrado em 04 de agosto de 2005, que não autorizava a distribuição de gás canalizado por ... (GNC)¹¹ e/ou (GNL)¹², e que deverão ser adimplidas mediante a implantação de novas redes..."

¹¹ GNC - Gás Natural Comprimido.

¹² GNL - Gás Natural Liquefeito.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Do trecho do subitem acima, os pontos essenciais são: "obrigações" e "deverão ser adimplidas".

PABLO STOLZE, p.50¹³, citando ORLANDO GOMES, esclarece no seu Livro 2, Direito das Obrigações, "que é por meio de "relações obrigacionais que se estrutura o regime econômico, sob formas de atividade produtiva e permuta de bens..."

A razão do destaque destes textos é no sentido de entender a relação econômica ali pactuada no objeto do III TA. A obrigação anterior foi alterada por outra obrigação. Portanto, foi efetuada uma Novação (*nova obligatio*), Instituto expresso no Código Civil Brasileiro, artigo 360, inciso I.

O que se quer deduzir destes trechos é, que toda obrigação está vinculada a uma atividade produtiva ou permuta de bens, no caso da Concessão da CEG, se restringe somente a primeira possibilidade. Além deste aspecto, toda obrigação deve ser adimplida.

O subitem 1.2 da Cláusula Primeira explica:

" ACONCESSIONÁRIA assume a obrigação de construir nos municípios destacados...infraestrutura para atendimento aos clientes..."

Em relação a este item, o que importa para integrar ao raciocínio que se pretende construir é, a citação de duas simples palavras: construir e infraestrutura.

O Subitem 1.3 da Cláusula Primeira explica:

" Os custos ... (GNC) e/ou (GNL) ... são considerados objeto da concessão...serão considerados na apuração da realização dos investimentos do 4 º Quinquênio ... inclusive para fins de fixação de tarifa, na forma da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão,"

¹³ STOLZE, Pablo. PAMPLONA, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. vol.2. Editora Saraiva 20ª ed. 2019.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Do texto acima extrai-se que os custos operacionais (OPEX) para a realização dos investimentos devem ser remunerados pelas tarifas, já no 4ª Revisão Quinquenal, e obviamente, esta metodologia seguirá dali para frente.

2A. Cláusula Segunda - Da Contraprestação

Antes do início da análise dos subitens da Cláusula segunda, importante destacar uma relação biunívoca do Direito das Obrigações: toda obrigação gera uma contraprestação.

O subitem 2.1 da Cláusula Segunda explica:

"Como contraprestação à alteração promovida pela Cláusula Primeira...a Concessionária assume a obrigação de pagar ao ESTADO a quantia de..."

A primeira contraprestação está claramente expressa acima.

Mais adiante, o item 2.1.1 impõe, em caso de inadimplemento da obrigação, isto é, o não pagamento das parcelas, implicaria em multa e juros em cima das parcelas pagas. Este item só está sendo comentado aqui, pois ajudará a uma compreensão que se consolidará a seguir.

O subitem 2.1.2 da Cláusula Segunda determina:

"O valor pago a título de contraprestação será considerado como ativo intangível regulatório e, dessa forma, será considerado na base de cálculo da remuneração dos ativos da CONCESSIONÁRIA para efeitos de fixação e revisão de tarifas, na forma prevista na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, sendo atualizado monetariamente pelo IGPM... inclusive para o disposto no parágrafo 6º da Cláusula Sétima



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fis. 5782
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
do Contrato de Concessão, a partir da data dos pagamentos da
contraprestação".

O subitem 2.1.3 da Cláusula Segunda determina:

" A amortização do ativo intangível de que trata este Aditivo se dará, igualmente aos demais ativos intangíveis, linearmente em 20 (vinte) anos e terá início a partir de 01 de janeiro de 2018, sendo atualizada ... pelo IGPM ... inclusive para o disposto no parágrafo 6º da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a partir da data dos pagamentos da contraprestação, levados em consideração os valores já amortizados em função do estabelecido na revisão tarifária referente ao período 2013 a 2017, com vistas a evitar a contabilização em duplicidade de valores destinados à amortização."

O subitem 2.1.4 da Cláusula Segunda determina:

Na próxima revisão tarifária correspondente aos anos de 2018 a 2022, não haverá reequilíbrio econômico financeiro a ser realizado em virtude do pagamento da outorga compensatória mencionada na subcláusula 2.1, tendo em vista que os investimentos constantes da subcláusula 1.1, desse instrumento já foram considerados quando da revisão tarifária referente ao período 2013 a 2017, e que também não serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

E por fim, para que se possa dar prosseguimento as análises, o subitem 2.1.5 explica:

"Extinta a Concessão, todos os ativos intangíveis, tal como os demais ativos regulatórios, serão revertidos ao Estado mediante indenização à Concessionária, calculada de acordo com o valor de tais itens amortizados ... com base no Plano de Contas, ...conforme previsto na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão."



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Após a leitura atenta e minuciosa dos elementos contratuais contidos no III TA, passo a discorrer o meu entendimento.

A Cláusula Primeira é um único bloco, já que não é disposta através de um Caput. Desta maneira a leitura dos seus dispositivos devem ser integrados e entendidos como Contraprestação a sua totalidade.

A partir daí, se pode identificar duas obrigações. A primeira que é o pagamento dos valores fixados em 2.1 para que fossem efetuadas as alterações fixadas no item 1.1. A obrigação é o pagamento da outorga compensatória, a contraprestação, a alteração contratual, como expressamente é definido no item 2.1. A segunda, é expressa literalmente no item 1.2, que é a obrigação de construir nos municípios destacados, as redes físicas de distribuição de gás natural. A contraprestação neste caso, está descrito no item 2.1.2 em que indica que o valor pago será considerado como ativo intangível regulatório e, dessa forma, será considerado na base de cálculo da remuneração dos ativos.

Em resumo, duas obrigações, duas contraprestações. A seguir listo as razões que me levaram a interpretar desta forma.

A primeira razão é a que está expressa no corpo do item 2.1.2, quando determina que o valor pago seja apontado para o ativo intangível. A Deliberação CVM nº 654/2010 já normatiza a situação fática da assinatura do III TA, como a seguir pode ser observado. Como a CEG é uma Sociedade Anônima regida pela Lei 6.404/76, Lei das SAs, esta normativa é obrigatoriamente aplicável.

12.O direito de outorga é aquele decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato. Nos casos em que o preço da delegação dos serviços públicos (outorga) é pago no início da concessão de uma única vez ou em pagamentos por prazo menor que o prazo da própria concessão, o seu registro no início da concessão ou proporcionalmente ao valor adiantado (caso seja um contrato de execução), respectivamente, é inevitável. A questão de dúvida surge nas situações em que o pagamento do direito de outorga ocorre por valores predeterminados ao longo da concessão, durante a performance do contrato. Nesse caso há duas linhas de entendimento



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

e ambas são praticadas hoje pelas concessionárias brasileiras: (a) a que entende que o contrato é de execução; e (b) a que entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão.

A leitura do item 12 (a) acima, nos parece a perfeita subsunção do caso concreto aqui discutido. O próprio item 1.2 do III TA, afasta a possibilidade de se eleger o item (b).

A seguir é transcrito o item 41 da supracitada deliberação da CVM, que nos indica como proceder nestes casos:

Adições subsequentes ao ativo intangível 41. Nos contratos enquadrados no item 12(b), adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Ou seja, a obrigação da construção não terá sido reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível. Os contratos enquadrados no item 12(a) também geram adições ao ativo intangível, porém somente pelo valor da diferença entre a receita de construção e o montante até então provisionado. Essa contrapartida em serviços de construção não pode estar relacionada com manutenção e conservação. Amortização do ativo intangível

Como é claramente descrito, nos casos de outorga durante a concessão, os casos enquadrados no item 12 a, só geram adições ao ativo intangível, após haver receita da construção. Conclusão: somente depois da conclusão da construção é que se adiciona o valor ao intangível.

Apesar da primeira razão já explicar a interpretação que se defende neste parecer jurídico, ainda discorreremos outras mais.

A segunda, e que também afasta o entendimento da CEG, está expressa na própria redação do 2.1.4 em que veda o reequilíbrio entre 2013 a 2022. Se a outorga fosse incorporada imediatamente em 01/01/2018 ao ativo intangível e, conseqüentemente, a base de ativos regulatórios, haveria a necessidade de se



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

equilibrar a concessão, exatamente o que é vedado pelo III TA. Se assim ocorresse, haveria impacto na Concessão sem Contraprestação. O entendimento do Poder Concedente é que os valores para a execução do III TA já estavam contidos no ciclo, 2013-2017, tanto que fixa o prazo de conclusão das obras em 2017, conforme item 1.2.

Ainda para ressaltar, mais fortemente esta conclusão, a fixação do início da amortização foi fixada para 01/01/2018 no item 2.1.3, em face de as obras estarem "concluídas". Observa-se que a AGENERSA, em face da fiscalização da execução do III TA, que se concluiu através da Deliberação nº 3.139/2017, já sinaliza à Concessionária, como proceder, já que a mesma no meio daquele ano, deveria entregar a proposta do ciclo de 2018-2022, como determina o Contrato de Concessão.

A cronologia dos fatos, e a interpretação integrativa do Direito, onde não se dá, apenas, pela leitura de um dispositivo legal somente, mas ao contrário, deve ser lida à luz das evidências e de outras normas, vai nos conduzindo passo a passo, como dito no início desta dissertação.

Além destas razões, ainda existem razões práticas para interpretar como foi interpretado acima, quais sejam: o ativo intangível na concessão, é aquele que será devolvido ao Poder Concedente. Portanto, haveria alguma lógica, faltando poucos anos para o término da concessão, ter que devolver este valor por não estar totalmente amortizado? O Poder Concedente assinaria este Aditivo, sem uma contrapartida em serviços?

O Poder Concedente, acostou aos autos, reiteradas solicitações a esta AGENERSA, para aumentar a competitividade do setor de gás, e assina Aditivo remunerando a Concessionária em duplicidade? Uma pelo lançamento da outorga diretamente sem contrapartida de investimentos e a outra remunerando estes próprios investimentos. Esta ação iria exatamente na direção contrária de todas as manifestações contidas nos autos e, mais ainda, de diversas autoridades diferentes, em diversos tempos. O próprio Poder concedente deixa



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fis.: *[assinatura]*
ID: 5018.246.3 Rubrica: *[assinatura]*

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

explicito no 2.1.3, quando redige o seguinte texto: "com vistas a evitar a contabilização em duplicidade de valores destinados à amortização."

Outro aspecto e de questão legal, é o que preceitua o artigo 421, do Código Civil Brasileiro. Ali naquele dispositivo, ele limita a liberdade de contratar à função social do contrato. Seria socialmente aceitável elevar as tarifas sem uma contrapartida de serviço? A própria Lei das Concessões já responde que não.

Portanto, e garantindo a segurança jurídica, que foi sempre defendida por todas as partes atuantes no processo em suas manifestações, principalmente as explicitadas pelo escritório SIQUEIRA CASTRO, a ABEGÁS e a COMGÁS, como se não fosse dever desta AGENERSA fixado por lei, entendo que esteja devidamente motivadas as decisões até agora tomadas por esta AGENERSA, no que tange o III TA. A última questão que estava em aberto e que já foi respondida já no princípio, isto é, se os valores pactuados no III TA fariam parte do ativo intangível, foi a mais fácil de responder. As difíceis: Como/Quando/Quanto? Deliberação CVM 654/2010. A partir da conclusão das obras de infraestrutura pelo valor equivalente ao da outorga.

Desta maneira, as preocupações de que a AGENERSA não respeitaria o Contrato de Concessão e desta forma, por extensão, a legislação, devem estar neste ponto dissipadas.

Como a Douta Procuradora já externou em seu parecer, o III TA é instrumento existente, válido e eficaz. Quanto aos seus efeitos, espero ter esclarecido acima.

Por fim, antes de partir em frente, esta AGENERSA elucida que a UFF, em nenhum momento desconsiderou o III TA. No decorrer do processo, a própria UFF confirmou este fato. O que estava sendo informado em todos os documentos era o expurgo dos efeitos do III TA, conforme a CEG entendia que estes se dariam. A AGENERSA que ainda buscava uma convicção, em face da complexidade do tema, deixa aqui registrado, que esta só se deu a partir das diversas discussões e colaborações que foram se sucedendo. Mesmo agora



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

neste momento, nada está definido, pois só assim estará, após a formação da coisa julgada administrativa. Esta ainda levará algum tempo, até que se forme. O importante a ressaltar é que este parecer abarcou e avaliou cada manifestação efetuada, como se pode constatar pelo detalhamento do relatório. O respeito por cada posição e por cada parte interessada, que deixou sua contribuição nos autos, foi o motor propulsor que nos fez chegar até aqui. Por fim, vale citar o respeito que o Poder Concedente e seus Órgãos da Administração Direta tiveram com os usuários. Mesmo estando em situação crítica financeira, buscando garantias para implementar o Regime de Recuperação Fiscal, não imputou aos usuários maior custo e tampouco agiu para piorar a competitividade do gás natural, à época, que não era das melhores, como apresentado no decorrer do processo.

2. DA COMPENSAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NÃO REALIZADOS

Inicialmente, e para fazer uma conexão com o item acima, já que este tema está intimamente vinculado com o entendimento do anterior, lanço mão de uma manifestação efetuada pela PGE, no bojo do processo aberto pela Casa Civil, para discutir o III TA, E-12/001.1299/2014, e que faz parte do presente parecer às páginas 129: "... a outorga compensatória e/ou a eventual necessidade de efetivação de redução tarifária daí resultante."

Destaco no texto acima, a partícula utilizada pelo autor "e/ou". Entendo que este, no ato da redação, chegou ao entendimento de que poderia haver a necessidade da CEG efetuar as duas modalidades de compensação, para que o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão fosse mantido. Esta sua percepção naquele momento, fica comprovada quando se analisa, passo a passo, o inteiro teor do III TA.

[assinatura]



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 578
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

SIQUEIRA CASTRO citando ARNOLDO WALD, às fls. 113, cujo trecho deste parecer, transcrevo abaixo, faz uma vinculação estreita, daquela relação biunívoca já citada anteriormente, quando afirma:

"... para assegurar-se o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a definição da base de remuneração deveria considerar o valor econômico do empreendimento a ser adequadamente remunerado por meio da receita tarifária, tal como estipulado nos editais de privatização e nos contratos de concessão."

Relaciona equilíbrio econômico-financeiro com a BRA (Base de Remuneração dos Ativos), bem como, também, com o valor econômico do empreendimento. E prossegue, que o mesmo deveria ser remunerado através da receita tarifária. Logo, como está expresso acima, fica claro que há necessidade de receita para que haja remuneração.

Este pensamento volta a reforçar a interpretação que esta AGENERSA extrai do III TA.

Mais adiante, também vale ressaltar o Parecer do Douto Ministro EROS GRAU, quando o mesmo deixa registrado em seu parecer: " ...a alteração contratual de contratos administrativos são possíveis desde que sejam efetuadas pelo interesse público."

No que tange a argumentação do Escritório SIQUEIRA CASTRO, que utiliza para sustentação de sua tese, a Orientação Normativa AGU Nº 22, de 01 de abril de 2009, transcrita abaixo, entendo que a mesma se aplica aos Contratos regidos pela Lei 8.666/1993.

O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PODE SER CONCEDIDO A QUALQUER TEMPO, INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO CONTRATUAL, DESDE QUE VERIFICADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS ELENCADAS NA LETRA "D" DO INC. II DO ART. 65, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

As Concessões são regidas por outra Lei específica, que por razões de Antinomia, tem prevalência sobre as demais. Não que a Lei das Licitações não



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5769
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

possa ser utilizada na Concessão, mas deve ser usada de forma subsidiária. O que prevalece em relação a extração do significado de equilíbrio econômico-financeiro, provém da Lei 8.987/1995. De 2009 para o presente data, muito se evoluiu em termos de Regulação. A prova deste fato é a manifestação em RESP, do Ministro Herman Benjamin, transcrita abaixo:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.137 - RJ (2019/0029662-4)

"...deve-se atentar para o fato de que o intervencionismo judicial não pode ultrapassar o conhecimento técnico evidenciado nos devidos processos administrativos que amparados pelos substratos fáticos específicos, detêm alta cognição técnica. Os magistrados, apesar da expertise na área jurídica, nem sempre são dotados de conhecimentos que o especialista em regulação de telecomunicações domina."

Como se observa, na decisão do Ministro, as decisões regulatórias são de natureza diferente das puramente administrativas. O entendimento do regulador deve ser respeitado no âmbito judicial, desde que sejam obedecidos os trâmites processuais, isto é, os aspectos formais do processo.

A cognição técnica regulatória deve ser mantida no sentido de dar maior segurança jurídica aos contratos. Outro aspecto em relação a conduta ensinada pelo Ministro Herman Benjamin, é que é essencial garantir o Princípio da Separação dos Poderes, ponto fulcral e Cláusula Pétrea da CRFB-88, no artigo 60.

A ação judicial não é afastada e, tampouco, o Direito de Petição. O que deve existir é a integração e o equilíbrio mútuo entre os Poderes Republicanos. Cada um tem sua própria atribuição originária. Suas expertises e atribuições funcionais são diversas, como bem ressalta o Ministro Herman Benjamin.

Em face das razões expostas, entendo que a questão de Compensação de Investimentos Não Realizados, já foi fixada através da Deliberação AGENERSA nº 3.139/2017. As conclusões exaradas no conjunto completo da deliberação, isto é, no voto e no corpo do dispositivo legal, expressam a convergência em relação as conclusões deste item específico com o III TA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A Deliberação citada acima, tem a mesma linha exegética, com o que foi interpretado e desenvolvido neste parecer jurídico. Esta convergência de interpretação fortalece a segurança jurídica, que está entre os deveres que esta Agência Reguladora tem obrigação de preservar.

Demonstra, assim, o viés científico e técnico das decisões, que é característica primordial na conduta da regulação, característica específica que permite, somente e estritamente nesta área, tomar decisões técnicas e discricionárias.

Salvo esta exceção, é dever das Agências Reguladoras, quando se trata do Direito Administrativo, em si, se restringir ao que a Lei determina, preservando desta forma, o Princípio da Legalidade. Estas Autarquias Especiais estão sobre a Ògide do Estado e, portanto, devem preceder desta maneira.

Discurso sobre este aspecto híbrido das Agências Reguladoras, em face do posicionamento do Escritório SIQUEIRA CASTRO. Na ânsia de defender sua posição, omite este aspecto essencial da Regulação quando, em um exercício de retórica, afirma que esta AGENERSA deve "... se fixar exclusivamente no respeito ao Direito aplicável...", conforme página 115 do presente parecer jurídico.

Com o compromisso de manter, na presente análise, a metodologia que foi proposta deste o início deste parecer jurídico, qual seja, analisar o fato concreto, através de uma leitura integrativa do Direito, exponho as decisões tomadas no bojo da Deliberação AGENERSA nº 3.139/2017, onde no artigo 11, se determina:

Art. 11 - Determinar que durante os trabalhos da próxima Revisão Quinquenal o presente voto seja utilizado como parâmetro para cálculo tarifários e ainda abordado pela empresa de consultoria conjuntamente com a interpretação sobre a contabilização dos valores da outorga no intangível;

Exatamente para dar cumprimento ao artigo acima, garantindo desta maneira a legalidade do Direito Administrativo, é que foi interpretada, à luz do Direito, o Instituto Jurídico da Outorga, inserida na Lei 8.997/2005.

Segundo a CVM, que é o Órgão competente para normatizar o tema, a



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

aplicação dos efeitos da outorga nas Concessões, se dá, conforme o prescrito pela OCPC-05. Como este documento foi desenvolvido por Contadores e incorporado ao bojo regulatório da CVM, através da Deliberação 654/2010, entendo ser o mais específico em relação ao item em análise. Esta conduta da CVM vem corroborar, com o que foi afirmado acima, de que a Regulação busca integrar várias áreas do conhecimento técnico em face da complexidade e especificidade dos seus campos de atuação. Com isso, a CVM buscou na expertise dos Contadores, a melhor solução, para tratar do tema da outorga nas Concessões.

Creio que com este procedimento, seguindo estritamente o que foi determinado no artigo 11, é que podemos dar cumprimento ao mesmo.

Após o discurso mais focado à interpretação do que ali estava prescrito, na sequência, destaco a parte prática da interpretação, que é a Compensação dos Investimentos Não Realizados, que é o item central e o cerne da presente discussão.

O artigo 8º, da mesma Deliberação, AGENERSA nº 3.139/2017, transcrito abaixo, determina como deve se dar a compensação:

Art. 8º - Determinar a devolução pela Concessionária CEG de R\$ 130,84 milhões, atualizados desde dez/2011 pelo IGP-M (Índice Geral de Preços), em favor do consumidor, via modicidade tarifária, influenciando negativamente no cálculo da variação da margem, por ter a CEG recebido na tarifa valores a maior no ciclo 2013/2017 a título de investimento para construção de gasodutos físicos de alta pressão nos municípios de Mangaratiba e Maricá, meta esta posteriormente alterada para menor, pela assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da CEG;

Por fim, para elucidar o último ponto que falta em relação a Compensação de Investimentos Não Realizados, extraio o texto do artigo 1º, da Deliberação 3.187/2017, que já no início do Relatório, às páginas 1, esclarece que: " a Deliberação tem o objetivo de cumprir e integrar o artigo 7º, da Deliberação



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5192
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

AGENERSA nº 1.796/2013, às Deliberações nº 1.881/2013, 1.914/2013 e 2.035/2014."

Art. 1º. Considerar a fórmula aplicada na Terceira Revisão Quinquenal como sendo a metodologia dos saldos dos investimentos não realizados e sua aplicação no cálculo "m" para a Concessionária CEG na próxima Revisão Quinquenal, permitindo, para tanto, que a Consultoria contratada para os trabalhos da Quarta Revisão Quinquenal, juntamente com o Grupo de Trabalho, possam fazer os ajustes técnicos necessários, evidenciando uma melhor eficiência na aplicação dos elementos ali estabelecidos.

A discussão aberta no parecer jurídico do escritório SIQUEIRA CASTRO, às fls. 5.129, do presente feito, cita que esta AGENERSA abriu processo específico para dar cumprimento ao artigo 7º, mencionado acima, e que trata diretamente do assunto aqui em pauta. Para tanto, cita o artigo 1º, da Deliberação AGENERSA nº 3.187/2017, mas distorce a seu favor a redação do mesmo, como se prova a seguir.

Entende o Parecerista que o artigo 7º, da 3ª Revisão Quinquenal, Deliberação AGENERSA 1.796/2013, transcrito na sequência, determinava que as conclusões do estudo da Metodologia de Cálculo dos Saldos dos Investimentos Não Realizados, fossem automaticamente aplicadas à 3ª Revisão Quinquenal.

"Art. 7 - Determinar a abertura de processo regulatório específico, com a realização de Consulta e Audiência Públicas, para estudo da metodologia de cálculo dos saldos dos investimentos não realizados e sua aplicação no cálculo de m, considerando-os já no presente ciclo tarifário (2013/2017), com eventual compensação de valores, se houver, na próxima revisão quinquenal."

Ouso discordar, com todo o respeito. O que está expresso no artigo 7º, acima, é que a metodologia será aplicada ao ciclo 2013-2017 e é, exatamente, o



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

que está sendo operacionalizado, nesta 4ª Revisão Quinquenal, ciclo 2013-2017.

Depois de muitas apresentações e discussões, depois da contratação da FGV pela CEG, da apresentação da FGV para a UFF, esta metodologia foi confirmada, também, por outras apresentações na própria AGENERSA de consultorias levadas pela CEG, para defender sua posição.

Ao final deste longo caminho de discussões técnicas, a UFF declara, no Relatório 4, que foi apresentado na 2ª Audiência Pública, estar de acordo com a metodologia apresentada pela FGV.

Desta maneira, conforme pode ser observado nos cálculos da UFF e referendados pelo GT da AGENERSA, esta metodologia será aplicada no ciclo 2013-2017, exatamente como determina o artigo 7º, da Deliberação AGENERSA nº 1.796/2013, com os ajustes devidos efetuados pela Consultoria e pelo GT da AGENERSA, cumprindo desta forma, o artigo 1º, da Deliberação AGENERSA nº 3.187/2017.

O que o Escritório SIQUEIRA CASTRO quis fazer no seu parecer jurídico, foi induzir, por uma técnica de excesso de informação, a distorção dos fatos.

Mistura o ciclo futuro da 3ª Revisão Quinquenal (2013-2017) no texto, para que se pudesse justificar a retroação desta metodologia para o ciclo (2008-2012).

O que o artigo 7º determinou, foi aplicar a metodologia referendada no ciclo 2013-2017 e, não, à 3ª Revisão Quinquenal, se assim fosse, estaria expressamente determinado, conforme imposição do Direito Administrativo.

Este "link" de ideias é proposital, pois a CEG, através dos seus representantes legais, defendiam retroagir a aplicação desta nova metodologia ao ciclo 2008-2012.

O que se provará, na sequência, é que, quanto a este pleito da CEG, não se deve dar provimento.

A seguir, razões que elucidam e complementam a explanação anterior que é uma integração das Deliberações emitidas pela AGENERSA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Primeiramente, para rechaçar esta tese, transcrevo o § 3º, da Cláusula Sétima, do Contrato de Concessão. Esta deixa claro qual será o procedimento da Revisão Quinquenal. "... a Concessionária... apresentará...no penúltimo semestre de cada quinquênio, uma proposta de revisão do valor limite...para vigorar para o quinquênio subsequente."

Este texto deixa bem claro que as Revisões Quinquenais se restringem à dois ciclos quinquenais.

Caso não fosse assim, haveria enorme insegurança jurídica. Como foi provado acima, a AGENERSA sempre procedeu sinalizando que respeita tanto a norma quanto a convenção estabelecida na doutrina regulatória.

A seguir, traslado do relatório deste parecer jurídico, às fls. 125, o trecho a seguir, para ajudar na conclusão do tema:

"...A UFF explica que a revisão deve se restringir ao ciclo que está sendo projetado e ao anterior, não se podendo extrapolar este período de tempo "...por razões regulatórias, e também porque colocaria as decisões do Conselho Diretor da AGENERSA referentes ao processo de revisão tarifária anteriores."

Em resumo, não há como se fazer a retroação, para implementar nova metodologia, à ciclos não contemplados pela Revisão em curso, conforme a própria UFF esclarece:

"...É normal e desejável que num processo de revisão ocorram ajustes e aprimoramentos nas metodologias tarifárias de revisões anteriores. Com regra geral, eventual aprimoramento não deve ter efeito retroativo a revisões anteriores ao ciclo em questão. Isto porque em um processo de revisão tarifária, a agência reguladora toma decisões sobre um grande conjunto de variáveis visando fixar tarifas justas, razoáveis e economicamente sustentáveis para a concessionária. As decisões sobre cada uma das variáveis não são necessariamente independentes. Assim, retroceder numa revisão anterior considerando



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5795
ID: 5018.246.3 Rubrica:

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
apenas uma variável, significa retroceder na decisão do terceiro Ciclo Tarifário alterando o equilíbrio econômico associado à esta decisão."

Seguir na linha proposta pela CEG seria gerar uma grande insegurança jurídica, além de usurpar o direito do usuário de ter previsibilidade.

Em relação a este ponto, que bem comentou o Douto Parecerista Ministro Eros Grau: "...A incerteza afasta o investidor..." e é, exatamente isto, que o ERJ não necessita neste momento. Ao contrário, em face da grave crise financeira, espera-se que as Políticas Públicas atraíam novos empreendimentos.

Os responsáveis por implementar Políticas Públicas (Órgãos da Administração Direta) já sinalizaram no processo, que a prioridade desta Revisão é alavancar a competitividade do Gás Natural no território do ERJ.

Esta ação é proposta, no sentido de gerar mais desenvolvimento e, desta forma, mitigar os graves prejuízos que o ERJ vem sofrendo, desde o traslado da capital para Brasília.

O que se depreendeu das manifestações do Poder Concedente é que, o importante é trabalhar no volume e não na tarifa.

O equilíbrio de menos tarifa e mais volume, é a expectativa apreendida em todas as manifestações.

Esse binômio tende a beneficiar a CEG e também ao Estado, uma parceria de "ganha-ganha", estratégia ganhadora de um prêmio NOBEL de Economia.

3. Taxa de Remuneração de Capital (TRC)

Em relação a esta questão que entendo, ter mais cunho econômico do que jurídico, a análise é restrita a parte formal, área que se atém o Direito, neste caso concreto.

Primeiramente, ressalto dois itens fundamentais no Direito e, por consequência, na Regulação, quais sejam: O Princípio da Razoabilidade e da Proporcionalidade.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Dentro deste viés principiológico geral e com a aderência aos Princípios mais específicos da Regulação, do §1º, do artigo 6º, da Lei 8.987/1995, é que se analisa este parâmetro tão essencial na Revisão Tarifária.

Conforme se depreende dos gráficos apresentados pela UFF, em relação ao impacto de cada item sobre o cálculo do "m", este particularmente, tem peso significativo.

Portanto, sobre um prisma científico, retirados os "outliers", da ANEEL (7,56 %) e o primeiro valor apresentado pela CEG, na sua proposta original que foi de (12,0 %), nos restam o intervalo de (8,08 %) da THYMOS; (9,11 %) da ABRAC; (9,43 %) da UFF e do GT e, por último, o da CEG revisado de (10,87%).

Assim sendo, pela razoabilidade e proporcionalidade, qualquer decisão entre 9,11 % a 10,87 %, entende-se que está na direção de uma adequabilidade aos preceitos jurídicos vigentes.

Em relação a posição defendida pela NOVIX, na página 87, de se adotar prazo de 30 (trinta) anos para o Risco Brasil, conforme o tempo do Contrato de Concessão, a mesma foi afastada por quase todos os demais interessados, bem como também, pelo próprio Poder Concedente. Todos entendem que é irreal a postulação apresentada por aquela Consultoria.

Quanto a metodologia, tema recorrente nas Revisões Quinquenais, isto é, pela adoção da Metodologia WACC ou a Metodologia CAPM, entendo que o momento é oportuno para se fazer um estudo sobre o tema, já que o Contrato de Concessão está próximo de seu último ciclo.

Pelo que se depreende da explicação das metodologias que foram acostadas no processo, ambas são aplicáveis. A diferença é quanto a estrutura de capital, se próprio ou de terceiros. Esta é uma análise estritamente econômica que não cabe aqui opinar.

O que percebi pela leitura do Contrato de Concessão, é que os elementos da metodologia CAPM estão lá elencados. É o máximo que chego. Se essa interpretação é correta, entendo que os signatários do Contrato, em sua origem,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
não privilegiaram a possibilidade de uma empresa alavancada financeiramente.

Esta opção contratual pode fazer sentido, se pensarmos que o serviço público essencial requer maior prudência.

A opção de contar com recursos próprios (tarifa) e não ficar a mercê do mercado, parece fazer sentido.

Mas em face de não ser especialista, apesar de não ser leigo, o pensamento acima é apenas uma suposição, uma hipótese.

Portanto, importante concluir de que cabe estudar o tema, no sentido de se ter novas alternativas de gestão do contrato.

Por fim, entendo que a melhor forma de se aplicar este tipo de alteração é por via de aditivo contratual, em homenagem ao § 1º, do artigo 6º, da Lei das Concessões. Procedendo-se desta forma, garante-se a continuidade, a segurança e a cortesia entre as partes.

4. Custos Operacionais (OPEX - Operation Expenditures)

Em relação a este ponto específico, se encontram poucos aspectos jurídicos a comentar. Destaco apenas dois, que são de extrema importância: Fator X (Fx) e as Perdas de Gás.

Em relação ao fator X, tema recorrente nas discussões teóricas das revisões quinquenais, me foco na decisão exarada no processo E-12/003-322/2014, Deliberação 2.726/2015. O artigo 1º desta deliberação afasta a aplicação deste fator, no 4º ciclo revisional (2013-2017). E cita o porquê: não havia dispositivo contratual que desse suporte a esta implementação.

Mais importante ainda, é destacar o artigo 3º, onde esta AGENERSA, recomenda ao Poder Concedente, a celebração de Aditivo Contratual para a implantação do fator X.

Portanto, passado mais de um ciclo revisional, o Poder Concedente não optou por fazê-lo. Logo, é pacífica a situação, no que tange ao aspecto jurídico, isto é, não deve ser aplicado o Fx para o presente ciclo em estudo, pelas



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

mesmas razões anteriores e pela inação do Poder Concedente, que deve entender que o mesmo não seja essencial nesta fase da Concessão.

Particularmente, entendo que este tipo de alteração, deva ser aplicada, quando houver uma análise prévia do *status quo* atual. Isto é, não antes da verificação se os atuais patamares de custo são eficientes. Esta comparação poderia ser efetuada via indicadores comparáveis através de "benchmarking" de mercado.

Entendo que aplicar um deflator, sem antes verificar a adequabilidade dos custos, é imprudência. E mais, adotar esta medida entendendo que a mesma, por si, resolveria a questão, pode ter efeito adverso. Isto é, perpetuar algo que talvez possa não estar eficiente, contrariando assim, o § 1º, do artigo 6º da Lei das Concessões já citado.

Quanto as perdas, entendo que este item é preocupante, já que a CEG solicita um índice bem perto do patamar máximo contratual de 3,0 %, conforme a UFF relatou. Entendo que o problema é multidisciplinar, já que envolve, também, ações do Poder Concedente. O alento é que, pelo que foi apresentado pela CEG, várias ações de "security" já foram tomadas e muitas implementações tecnológicas foram aplicadas para mitigar o problema.

Do ponto de vista jurídico, endossar um patamar muito mais alto do que a média, se volta novamente contra os Princípios Gerais e Específicos da Regulação, principalmente os da economicidade (eficiência), da regularidade e da modicidade tarifária.

Entendo que acompanhamento contínuo sobre o tema, por parte das Câmaras Técnicas, através de monitoramento e indicadores, poderá gerar soluções de inovação e tecnologia que, talvez, possam colaborar com a Concessionária, para mitigar esta questão.

Entendo prudente, também, informar aos Órgãos de Estado de Segurança e Meio Ambiente, no sentido de: o primeiro, dar suporte a CEG para implementação das soluções tecnológicas e de promover a integração da CEG com esta parte do Poder Público, e segundo, do Órgão Ambiental, com o



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

objetivo de contabilizar o impacto ambiental, caso ocorra o pior cenário informado pela CEG.

Quanto as demais rubricas, que também são importantes, entendo ser primordial o acompanhamento e, o ponto de partida, poderia ser algumas sugestões que foram elencadas no curso do processo pela ABRACE (página 83) e ABIVIDRO (página 62), que introduzem a ideia de adoção de Indicadores de Performance, lastreados em estudos com base científica.

Em relação a sugestão da PETROBRAS, às páginas 38, qual seja, de introduzir um plano de contas, presumo que ela se refira a um plano de contas específico para regulação, já que o plano de contas contábil está estruturado.

Entendo que esta sugestão poderia ser objeto de estudo, assim como outros pontos já citados acima.

Por fim, não recomendo interferir nos gastos específicos da rubrica Gastos Jurídicos, já que a Concessionária pode alegar, no futuro, em sua defesa, que a AGENERSA cerceou seu direito de ampla defesa e do contraditório.

5. Investimentos (CAPEX - Capital Expenditures)

No tocante a este item específico não existem muitas questões jurídicas a se abordar.

Vale à pena comentar, que houve forte convergência da parte de todos os interessados, que opinaram nos autos, de que o melhor seria reduzir os investimentos, conforme a ABIVIDRO, página 62 deste parecer jurídico. Nesta direção, algumas sugestões foram compartilhadas, como a de vinculá-los ao crescimento do número de clientes, conforme a ABRACE na página 83.

Em relação a este item, a FIRJAN alerta para que se observe o que foi determinado pela Deliberação AGENERSA nº 3.303/2017, para o ano de 2018, especificamente, o artigo 3º.

Entendo que o cumprimento do artigo 3º, da Deliberação acima citada, deva ter seu cumprimento verificado. Mas, no que tange a fixação dos valores



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

para a Revisão, recomendo, como melhor prática, o lançamento dos valores realizados, consolidados nos demonstrativos financeiros já disponíveis e depositados na CVM.

Importante ressaltar que os investimentos singulares, que tem característica de Política Pública, foram convalidados junto ao Poder Concedente, como deve ocorrer, por razões de competências exclusivas.

6. Base Regulatória de Ativos (BRA)

Este tema, pelo que foi relatado, é o mais incipiente dentro do processo da Revisão Quinquenal. Se verifica que não há uma definição nítida sobre o que comporá a BRA. Há muitas divergências conceituais e a pacificação dos mesmo não está próxima. A CEG entende que o que foi definido na Deliberação AGENERSA nº 371/2009, é o que está correto, e defende sua tese de blindagem dos ativos. Do outro lado, a grande maioria entende ser necessária a contratação de uma consultoria, para melhor estudar a questão, dentre estes, a ABRACE, seguida pela UFF e pelo GT (Grupo de Trabalho).

Neste sentido, penso que é precipitada e prematura qualquer manifestação jurídica a respeito e, recomendo, que qualquer mudança seja extremamente motivada e explicada, no sentido de ser sustentável e perene para a Concessão.

7. Demanda

Este item é fundamental para a Revisão Quinquenal em face do seu impacto sobre as tarifas.

A PETROBRAS, ABIVIDRO e ABRACE, reiteradas vezes, citam que houve subestimação da demanda termelétrica para o ciclo 2013-2017, que causou receita extra de grande proporção para a Concessionária.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Penso que a solução deste tema é de grande complexidade, já que a demanda é estimada com base no passado e em bases estatísticas, tal como a TRC.

Estas duas estimativas tanto da demanda quanto da TRC, são sempre polêmicas e geram muitas divergências na discussão dos ciclos revisionais e, principalmente, em revisões mais recentes.

A explicação é simples, tanto o clima quanto a conjuntura econômica brasileira passam por mudanças estruturais. Dessa forma, previsões que levam em conta o passado, não refletem bem os eventos presentes, já que em sua base de dados, os valores são bem diferentes daqueles observados na atualidade. Em relação a TRC, a solução encontrada e de consenso, é o de reduzir os intervalos de tempo, aproximando-os mais para o presente. Em relação ao clima, esta coletânea de dados está apenas começando, portanto, sujeita a maiores erros, tanto para cima quanto para baixo, isto é, tem alta volatilidade.

Algumas soluções foram descritas no decorrer do processo, uma delas a adoção do Fator K que já é usado pela ARSESP em São Paulo. Outra, a implementação de um gatilho e, por fim, a realização de uma Revisão extraordinária.

Em uma análise jurídica superficial, identifico que a introdução de quaisquer destas soluções iriam em sentido contrário ao que determina o Contrato de Concessão. Neste está embutido o risco da Concessionária que é expresso pelo método do "price cap". Entendo que este seja um obstáculo jurídico do presente e, em face da proximidade do término da Concessão, poderia ser definido ou no novo edital ou na renegociação do contrato atual.

Quaisquer das sugestões, se fossem implantadas, desconfigurariam o que foi acordado no Contrato de Concessão e, portanto, do ponto de vista jurídico, não recomendado. Neste item, o risco é para os dois lados.

Não tenho dúvida de que aqueles que contribuíram no processo de Revisão, a PSR, a ONS e os demais consultores, são do primeiro time do



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

conhecimento científico nacional e muito respeitados no ambiente de negócios. Portanto, dentre o que se tem hoje, foi aplicada a excelência em termos de previsões.

Nesse sentido e, com a proximidade do fim do Contrato, entendo que a sugestão do GT, de se fazer um estudo detalhado sobre este tema, é muito pertinente.

Aproveito este item para reafirmar o compromisso e o dever que a Agência Reguladora tem de respeitar o Contrato, a Legislação e, também, o ambiente regulatório ao qual a AGENERSA está inserida.

A legitimidade de cada parte em defender os seus interesses é o que mais contribui para a consolidação do Estado Democrático de Direito e, a AGENERSA, como Regulador, a palavra já exprime tudo, funciona como um Árbitro, contrabalançando as forças e apontando-as sempre ao interesse público, que é o que define os pesos da balança.

8. Receitas Correlatas

Estas estão previstas desde o Edital, conforme pode ser observado na parte inicial do Parecer Jurídico FMMM 06/2018. Portanto, não há muito o que discorrer no aspecto jurídico. Logo, recomendo seguir o que o GT validou no seu relatório final.

9. Depreciação

Em relação a este elemento de apuração do cálculo de "m", a UFF relatou que, o que está estabelecido no Contrato de Concessão, não está em linha com as melhores práticas. Recomendo seguir o Contrato de Concessão e que esta possibilidade de mudança seja estudada junto com a BRA, caso a sugestão do estudo, seja deliberada pelo CODIR, em sede de Sessão Regulatória. Mais uma



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

vez reforça-se que, o momento é oportuno, em face da Concessão já estar caminhando para seu último ciclo.

10. Retroatividade

Em relação a esta parcela, exparto do relatório, a conclusão a qual me alinho: "... Em relação a esta parcela o GT informa que os valores encontrados pela CEG e pela UFF são idênticos e que se alinha desta forma aos dados apresentados."

11. Juros sobre Capital Próprio

Como estes valores foram extraídos dos demonstrativos financeiros que são auditados por terceira parte, a UFF compilou os valores dos mesmos e o GT referendou. Desta maneira não há mais o que acrescentar.

12. Compensação de Deliberações

Repito o texto do Relatório: "O GT lista as Deliberações que remetiam à compensação na 4ª Revisão Quinquenal como a seguir: Deliberação AGENERSA nº 2.855/2016, artigo 4º; nº 2.914, artigos 7º e 8º, e apresenta o valor consolidado na tabela no montante de R\$ 3,65 milhões (base dez/2016)."

13. Margem de Contribuição ("m")

Em relação ao cálculo da margem de contribuição, metodologia que já está consolidada, desde as revisões quinquenais anteriores, o único comentário com teor jurídico, segue, mais uma vez, na linha da razoabilidade e da proporcionalidade.

Os valores apresentados pela ABIVIDRO (0,8483), ABRACE (0,8990), e a do GT (0,8653), UFF (0,9747), UFF Rev. (1,0131+0,0085) e CEG (0,9699) estão muito próximos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Entendo que qualquer valor intermediário, seja um valor razoável. Apesar disto, deixo registrado que, o ponto de vista jurídico, neste item específico, é bem afastado do ponto de vista econômico. Isto é, pequenas diferenças causam impactos significativos. Em resumo, o que quis dizer é que, esta decisão tem viés mais econômico do que jurídico e, portanto, é nesta linha decisória que deve seguir.

15. Lei do Gás

Em relação, especificamente, a Lei 11.909/2009, a AGENERSA através do processo E-22/007.300/2019, cuja decisão foi exarada através da Deliberação 4.068/2020, já esclarece e estabelece as diretrizes e encaminhamentos futuros para todas as questões levantadas no presente feito.

Alguns efeitos da decisão já estão extrapolados para o presente estudo revisional e, podem ser observados, quando a UFF dimensiona o impacto da concessão de descontos para as termelétricas, no cálculo de "m".

Em relação as Deliberações AGENERSA nº 3.029/2016, 3.163/2017, 3.164/2017, 1.250/2012, 3.244/2017, 3.164/2017 citadas pela PETROBRAS, estas foram revogadas pelo artigo 3º, da Deliberação AGENERSA nº 4.068/2020.

Portanto, entendo que as ações requeridas pela PETROBRAS, já foram contempladas naquela decisão.

Recomendo implementar, já nesta Revisão Quinquenal, as decisões que ali foram tomadas, obviamente, as que forem possíveis.

16. Estrutura Tarifária

Em relação as alterações da estrutura tarifária, onde o GT acata parcialmente a proposta da Concessionária, entendo que:



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

- caso esta estrutura tenha sido apresentada desde a 1ª Proposta, como se extrai, do § 3º, da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, abaixo, nenhum óbice de que se efetue a proposta da CEG, com o ajuste mencionado no relatório final do grupo de trabalho.

§3º - Para fins da revisão quinquenal, a CONCESSIONÁRIA apresentará à ASEP-RJ, no penúltimo semestre de cada quinquênio, uma proposta de revisão do valor limite das tarifas e da estrutura tarifária que figura no ANEXO I, para vigorar para o quinquênio subsequente, instruída com as informações que venham a ser exigidas pela referida agência.

- caso contrário, entendo ser a posição da UFF, transcrita abaixo, extraída da página 122, deste parecer jurídico, a mais apropriada à dicção, do § 3º, supracitado.

Às fls. 5.167, a UFF comenta sobre a revisão da CEG onde reduz a margem comercial em 45 % a industrial de 10 a 18 %, em contrapartida eleva a do segmento residencial de 4 % e o GNV em 36 %. Em relação as proposições da Concessionária, a UFF entende que não há base técnica para sustentar tal mudança e sugere reajuste linear. Exceto para os casos específicos de Consumidores livres já abordados acima.

Esta posição é motivada por manifestações de interessados durante o processo, que entendem que o melhor fórum de discussão para estas questões é em Audiência e Consulta Pública. Estes poderiam alegar que não lhe foram dispostos o contraditório e a ampla defesa, em relação a esta questão específica e que a AGENERSA não estaria cumprindo o devido processo legal.

A recente mudança da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, conhecida no meio jurídico como a nova LINDB, impõe algumas diretrizes para que se consolide o Direito. Nesta mesma direção, a nova Lei das Agências Reguladoras, já adota esta linha decisória mais "garantista".

Em relação a eliminação da tarifa mínima para os consumidores de tarifas sociais, esta Procuradoria entende e recomenda que: considerando o momento em que vivemos, em plena pandemia de Covid-19, com os extremos danos sociais já causados pela mesma e os futuros prejuízos que virão; considerando



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

não haver nenhum óbice legal desta ação regulatória; considerando que o desequilíbrio econômico-financeiro que esta medida impôs a concessão, já foi calculado para compensar a Concessionária e considerando que esta medida é extremamente oportuna e necessária para o desenvolvimento social do Estado, a adoção de tal ação é oportuna e está em linha com o texto abaixo:

As fls. 5.168, a UFF se manifesta a favor da eliminação da tarifa mínima para os consumidores de tarifas Sociais. A UFF calculou o impacto desta mudança.

Por fim, há uma solicitação da Defensoria Pública, que pleiteia a extensão de benefício, similar ao concedido aos usuários da Prolagos e da CAJ, pela Deliberação AGENERSA nº 3.337/ 2018, aos usuários da CEG e CEG-RIO.

Entendo que a melhor via é, nos moldes da Prolagos e da CAJ, abrir processo específico para tratar do tema.

17. Diversos

17.1. Gasoduto Virtual

A UFF recomenda que novas outorgas similares as do III TA sejam submetidas a aprovação da AGENERSA em relação a viabilidade do investimento.

A Procuradoria entende ser de boa prática regulatória este procedimento proposto pela UFF e sugere a confecção de uma IN (Instrução Normativa) para tratar do tema.

17.2 Data da Revisão

A ABIVIDRO, na Audiência Pública, pleiteou a alteração da data-base da revisão para dez/2017.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Há impossibilidade de se apreciar este tema, já que o Contrato de Concessão na Cláusula Sétima, § 2º, determina o ciclo revisional. É o que está prescrito ali, que é seguido por esta AGENERSA.

O outro impedimento é de teor prático. Como o prazo do Contrato de Concessão é de 30 (trinta) anos, ciclos de 5 anos, permitem ao fim da Concessão, se fazer 5 (cinco) revisões.

17.3. Publicidade de Contratos de Comercialização da Molécula de Gás

A FIRJAN re ABIVIDRO reclamam sobre a falta de Publicidade dos Contratos de Comercialização de Gás. À época, este acesso estava restrito, mas por força de ações do Governo Federal, não mais.¹⁴

17.4. Reajuste de GN Semestralmente - Ofício Casa Civil nº 562/2018

Entendo que este tema possa ser tratado no âmbito da Deliberação AGENERSA nº 4.068/2020 já que lá impõe que os novos contratos sejam aprovados por esta AGENERSA.

17.5. Subsídio Cruzado - ABIVIDRO - Audiência Pública

Como expresso através do artigo 13, da Lei das Concessões, Lei 8.987/1995 e cominado ao Princípio da Solidariedade Tarifária que permite o subsídio cruzado para implementar a universalização do serviço, não se observa óbices, de o mesmo ser praticado, no sentido de privilegiar o interesse público.

¹⁴ <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/movimentacao-estocagem-e-comercializacao-de-gas-natural/acompanhamento-do-mercado-de-gas-natural/publicidade-de-contratos-de-compra-e-venda>. Acesso em 26/10/2020.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Art. 13. As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

17.6. Desconto de Termelétricas - extensível à outros segmentos

A ABRACE pleiteia que seja concedido descontos extensíveis à outros segmentos. Sugiro que se trate deste tema em processo específico e que, no mesmo, seja expresso: se há viabilidade econômica e se há interesse público em promover a mudança.

17.7. Lei do CADE, Lei nº 12.529/2011, artigo 36

A Lei do CADE regula mercados concorrenciais. O caso concreto aqui abordado é sobre monopólio natural, razão pela qual o serviço é regulado.

17.8. Recurso Hierárquico

Como pode ser observado e para confirmar a pacificação que já ocorria sobre o tema, foi alterada a Lei de Criação da AGENERSA, lei 4.556/2005 do ERJ, como transcrito abaixo:

Art. 4º - Compete à AGENERSA, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades, observadas as disposições legais e pactuais pertinentes

II – dirimir, como instância administrativa definitiva, conflitos envolvendo o Poder Concedente ou Permitente, os concessionários ou permissionários de serviços públicos na área de energia e saneamento básico e os respectivos usuários, excetuados os serviços públicos de energia elétrica;

* Nova redação dada pela Lei 8638/2019.

17.9. Transparência na conta de gás



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

A FIRJAN sugere que além do valor da tarifa, sejam expressos os impostos e o valor da molécula de gás, para que desta forma haja a transparência para o usuário, de como a tarifa foi formada.

Esta Procuradoria entende que a proposição atende aos requisitos do artigo 37, da CRFB-88, e sugere a adoção da proposição da FIRJAN.

DA CONCLUSÃO

A condução deste parecer jurídico teve o objetivo de considerar todas as questões que foram colocadas ao longo da sua instrução. d

Desta maneira, esta Agência Reguladora demonstra o respeito que tem para com as partes interessadas.

Se uma questão ou outra tenha se perdido pela complexidade e pela quantidade de questões que foram suscitadas, estas poderão ser arguidas a nível de recurso, conforme o Regimento Interno desta AGENERSA, caso as partes entendam ser a melhor solução para preservar seus interesses.

Portanto, gostaria de deixar registrado a qualidade da instrução do presente feito, que permitiu e permitirá a todos, através de uma leitura atenta, entender e verificar todos os ângulos de várias questões regulatórias que foram analisadas.

Entende-se que a obrigação delegada pelo Poder Concedente a esta Agência Reguladora foi cumprida, isto é, a de estabelecer o equilíbrio das partes e mais, avançar um pouco no processo regulatório.

Por fim, agradecer a todos que colaboram com críticas, ideias, argumentos, sugestões e proposições, que jogaram luz à várias questões muito complexas e com inúmeras variáveis a se ponderar. Alguns pontos ainda não se



Serviço Público Estadual
Processo nº E-12/003.124/2017
Data: 14/02/2017 Fls.: 5310
ID: 5018.246.3 Rubrica

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

consolidaram, especialmente as questões da base regulatória de ativos e a contabilidade regulatória, mas muitas outras puderam atingir sua maturação neste processo.

Desta forma, espero que as decisões que se consolidarem a partir deste processo, possam atingir aos pedidos exarados pelo Poder Concedente, que é o de tornar a tarifa de Gás Natural competitiva e, assim, atrair novos investimentos para o ERJ, em tempos tão difíceis.

Este é o meu parecer, s.m.j.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2021.


Washington L. S. Monteiro

ID: 5018.246.3



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Serviço Público Estadual

Processo nº E-12/003.124/2017

Data: 14/02/2017 Fls.: 581

Rubrica: ID nº

Paulino Magalhães Mendes

Procurador Geral

Matr. 201-2 AGENERSA

ID 42182417

Processo nº E - 12/003.124/2017

Concessionária CEG

À Relatoria do feito,

Inicialmente verifico que a proposta apresentada pela CEG foi intempestiva, cabendo lembrar que, bem antes de expirar o prazo contratual para apresentação da proposta, a AGENERSA exigiu incessantemente a apresentação do citado documento em respeito aos prazos constantes no Instrumento Concessivo. Não se tem dúvidas que tal descaso causou severos prejuízos ao consumidor.

Ao que parece, a Concessionária não se preparou adequadamente para a revisão quinquenal, a exemplo dos diversos documentos suplementares solicitados pelo Grupo de Trabalho, sem contar as fragilidades contidas na segunda proposta. **Por óbvio, isso atrai aplicação de penalidade pecuniária grave.**

Ato contínuo, em relação a nova estrutura tarifária apresentada e pleiteada pela CEG, esta Procuradoria entende que a matéria deve ser discutida no âmbito de processo específico para tal fim c/c estudos de impacto. Entendo que não é o momento adequado para o aumento pleiteado - 36% (trinta e seis por cento) de margem. **Neste sentido, acato em parte o parecer do Grupo de Trabalho.**

Outrossim, há que se ressaltar que 69 (sessenta e nove) milhões não foram investidos ao longo dos cinco anos (**fato reconhecido pela própria CEG**). Tal montante, atualizado pelo IGPM alcança aproximadamente 95 milhões. Em decorrência, o descaso da companhia c/c o rol de expectativas frustradas atrai novamente aplicação de penalidade grave, sem prejuízo de devolução imediata e atualizada deste valor aos usuários.

Ademais disso, em relação ao 3º Termo Aditivo, esta Procuradoria registra que até o presente momento o documento em esboço goza de eficácia e vem produzindo seus regulares efeitos regulatórios. Não é tarde lembrar, conforme interpretação sistemática ao Instrumento Concessivo, que o Conselho -Diretor da AGENERSA entendeu que a outorga compensatória não é remunerada na base de ativos regulatórios. Tal



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

Serviço Público Estadual

Processo nº E-12/003.124/2017

Data: 14/02/2017

Rubrica: *Flavine Meghy Metne Mendes*

Ass: 244.2 - AGENERSA
ID 42182417

512

entendimento foi lastreado com base nos princípios que regem a regulação, como o equilíbrio contratual.

Outrossim, cabe lembrar a imperiosa necessidade de apresentação, por parte da CEG, de todo o histórico da concessão, que deverá vir de forma bem detalhada e bem documentada, eis que daqui há sete anos expira o prazo da concessão.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2021

Flavine Meghy Metne Mendes
FLAVINE MEGHY METNE MENDES
PROCURADORA-GERAL DA AGENERSA
ID FUNCIONAL Nº. 42182417